

LÚCIA TAVARES NASCIMENTO

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

**A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTOS: UMA
REALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ
BONIFÁCIO 1928-1933**

SANTOS

2016

LÚCIA TAVARES NASCIMENTO

Universidade Católica de Santos

Mestrado em Educação

**A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTOS: UMA
REALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ
BONIFÁCIO 1928-1933**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós- Graduação *stricto sensu* em Educação
da Universidade Católica de Santos, como requisito parcial
para obtenção do grau de Mestre em Educação.
Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Franco Pereira

SANTOS

2016

[Dados Internacionais de Catalogação]
Departamento de Bibliotecas da Universidade Católica de Santos

N244e Nascimento, Lúcia Tavares

A escola normal livre de Santos: uma realização da Associação Instrutiva José Bonifácio 1928-1933. / Lúcia Tavares Nascimento; Orientadora: Prof.^a Dr.^a Maria Aparecida Franco Pereira. – 2016.

124 f. ; (Dissertação de Mestrado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Mestrado em Educação.

1. Escolas normais livres. 2. Formação de professores. 3. Santos. I. Pereira, Maria Aparecida Franco. II. Universidade Católica de Santos. III. **A escola normal livre de Santos : uma realização da Associação Instrutiva José Bonifácio 1928-1933.**

CDU 37(043.3)

Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo.

Comissão Julgadora

Prof^a. Dr^a. Maria Aparecida Franco Pereira – Orientadora - Membro-Nato – UNISANTOS

Prof. Dr. Luiz Carlos Barreira - Titular – UNISANTOS

Prof^a. Dra. Ana Clara Bortoleto Nery - UNESP

José e João Tavares dos Santos (*in memoriam*), que ensinaram a cantar, viver...

E à minha família, em especial a minha mãe e filhas, exemplos de luta e perseverança.

Agradecimentos

Se chorei¹
Ou se sorri
O importante
É que emoções eu vivi

A Deus, por estar sempre presente em minha vida.

A Dra. Maria Aparecida Franco Pereira, que embarcou comigo nesta pesquisa e no meio de tantos “mares revoltosos” soube como manter o barco sem naufragar, com um gesto de carinho, às vezes nem tanto e com palavras de conforto. Muito obrigada.

Às minhas filhas Viviane e Sheila Tavares Nascimento, que sempre apoiaram o meu projeto, e ao meu marido que colaborou com suas pacientes leituras.

Aos professores do programa de Mestrado em Educação da UNISANTOS, por suas contribuições durante as aulas e nos corredores, sempre gentis, perguntando como estava a pesquisa, para em seguida dirigir uma palavra estimulante.

Aos colegas do mestrado que proporcionaram momentos de estudos e debates durante as disciplinas e na hora do café.

Ao professor Luiz Carlos Barreira, sempre atencioso com indicações de textos, leituras e uma boa conversa.

À equipe gestora, corpo docente e discente da E.E. Cleóbulo Amazonas Duarte, em especial a professora Sara Midoli Camargo Fagundes, bibliotecária, que sempre acha um livro que só eu vou gostar, e a Maria Ângela de Jesus, que aguçou o interesse pelo Professor Cleóbulo Amazonas Duarte.

À Dra. Jaqueline Costa Castilho Moreira, que no curso de pedagogia me questionava e estimulava o conhecimento da História da Educação de Santos, Sueli Neves Duarte que me incentivou a cursar Pedagogia e a Supervisora Matilde Quintários e seu querido e lindo filho, com a pesquisa nos arquivos da AIJB.

Ao Adenir Pfiffer Cruz, tão silencioso (meu objeto de pesquisa), que foi normalista da AIJB no ano de 1963, e a Wanda tão tranquila, linda e alegre, partiram e foram educar em outro plano.

Aos pesquisadores da Fundação Arquivo e Memória de Santos – FAMS, da Hemeroteca Municipal de Santos e do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

A todos vocês, muito obrigado.

¹ <http://www.vagalume.com.br/roberto-carlos/emocoes-letras.html>

RESUMO

NASCIMENTO, Lúcia Tavares do. **A ESCOLA NORMAL LIVRE DE SANTOS: UMA REALIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO 1928-1933.** 2016. Dissertação (Mestrado em Educação), UNISANTOS, Santos-SP.

Nesta dissertação de Mestrado em Educação estão contidos os resultados da pesquisa sobre a criação da Escola Normal Livre da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos (SP), com a promulgação da Lei nº 2.269/ 1927 (SP). Está balizada entre os anos de 1928, marcado pela criação das denominadas Escolas Normais Livres no Estado de São Paulo, equiparadas à Escola Normal Oficial da Capital, e 1933 com a implantação do Código da Educação Paulista. Essa reforma veio numa sequência de leis na Instrução Pública Paulista, que permitiu prefeituras e particulares atuar nesta área de ensino até então de competência restrita ao Estado. A ampliação do número de Escolas Normais tinha como objetivo formar professores primários e reduzir o analfabetismo principalmente nas áreas rurais. Esta pesquisa teve como objetivo investigar a constituição da Escola Normal Livre da Associação Instrutiva José Bonifácio no momento em que havia uma carência de professores e era baixo o índice de alfabetização, principalmente nas áreas rurais. A metodologia empregada foi a investigação histórica documental, cujas fontes foram a documentação encontrada nos arquivos da instituição e a legislação estadual. A criação de uma instituição de formação de professores reconhecida pelo Estado ocorreu tardiamente em relação a outras regiões de menor importância política e econômica e a criação do Curso Normal de Formação Profissional de Professores da AIJB e as Escolas Normais Livres contribuíram para expansão da formação desses profissionais para a cidade, região e todo Estado de São Paulo.

Palavras – chaves: Escolas Normais Livres – Formação de professores - Santos

ABSTRACT

NASCIMENTO, Lúcia Tavares do. The Free Educational School of Santos: A study of the Educational Association José Bonifácio 1928-1933. 2016. Thesis (Masters in Education), UNISANTOS, Santos-SP.

This Master's Thesis contains the research results related to the foundation of the educational school named "Associação Instrutiva José Bonifácio" in Santos (SP). With the enactment of the law 2.269/1927 (SP). It is limited between the years 1928, which is the year of foundation of free educational schools of the State of São Paulo, matched with the capital's official educational school, and 1933, year of the state's educational code promulgation. This reform is the consequence of the laws related to the public instruction, previously not allowed to the city halls and private people to act in the teaching area, previously dependent of the State. The raise in the number of schools had the goal to form new elementary teachers and to reduce the illiteracy in rural areas. The research methodology was the historical study of the teaching institution documents and the state's legislation. The establishment of an institution focused on the teacher's qualification and recognized by the State of São Paulo occurred previously in regions of lower political and economic expression, in comparison to Santos, and the creation of the free educational schools and the AIJB, professional's qualification school, contributed to the number raise of these professionals for the city of Santos, its region and the São Paulo state.

Keywords: Free Educational Schools – Teachers training - Santos

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Escolas Normais Primárias e secundárias.	12
Quadro 2: Estimativas para erradicação do analfabetismo no Estado de São Paulo anos 1919- 1922.	13
Quadro 3: Permanências e mudanças na composição dos cursos Normais.....	32
Quadro 5: Cursos da AIEJB	41
Quadro 6: Formação da Sociedade Anônima AIJB, 1928	46
Quadro 7: Alunos Ingressantes da Escola Normal da AIJB.....	63
Quadro 8: Número total de alunos matriculados.....	64
Quadro 9: Disciplinas da Escola Normal e distribuição de aulas semanais	73
Quadro 10: Disciplinas da Escola Complementar e distribuição de aulas semanais	78
Quadro 11: Distribuição das seções e disciplinas da Escola de Professores.....	83
Quadro 12: Atuação dos professores formados em Santos entre 1928-1936.....	87

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Relação dos Grupos Escolares instalados no Estado de São Paulo 1898 – 1923.	17
Figura 2- Grupo Escolar Dr. “Cesário Bastos”	21
Figura 3- Grupo Escolar "Dr. Cesário Bastos”	22
Figura 4- Grupo Escolar Barnabé.....	23
Figura 5: Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo	24
Figura 6- Grupo Escolar Municipal "Auxiliadora da Instrução"	25
Figura 7- Diretores desde o ano de 1907.....	43
Figura 8: Edifício Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos	48
Figura 9: Palacete João Otavio Rua da Constituição nº 140	48
Figura 10: Solenidade no pátio da Escola no palacete “João Otávio”	49
Figura 11: Avenida Conselheiro Nébias, bairro Vila Nova, por volta de 1915.	50
Figura 12: Palacete da Vila Nova, Av. Conselheiro Nébias/Av. Campos Salles.	51
Figura 13:– Sétimo Distrito Educacional do Estado de São Paulo	58
Figura 14: Anúncio da criação da Escola Normal de Santos	61
Figura 15 Primeiros alunos inscritos para o primeiro exame de seleção 1928	62
Figura 16: Primeiras formandas da Escola Normal Livre da AIJB.....	68
Figura 17: Prof. ^a Maria Odete Mendes, inspetora da Escola Normal Livre “José Bonifácio”	72
Figura 18: Relação dos alunos promovidos para o 4º ano do magistério 1931	74
Figura 19: Ingresso no Curso Complementar 1932.....	76
Figura 20: Comprovante do exame de admissão.....	77
Figura 21: Exigências para ingresso no Curso Normal	79
Figura 22: Convocação matrículas dos Cursos Normal e Complementar.....	79
Figura 23 Caderno de História	101
Figura 24: Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte.....	102
Figura 25: Formatura da turma dos alunos de 1963 de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, da Sociedade Visconde de São Leopoldo (UNISANTOS).	104
Figura 26: O Dr. Cleóbulo A. Duarte discursando em 1944.....	105
Figura 27: Dr. Cleóbulo A. Duarte discursando para formandos no ano de 1955 na AIJB	106
Figura 28 Anúncio de inscrição geral para o funcionamento da Escola Normal.	109
Figura 29 Formandas de 1934.....	111
Figura 30 Hino de despedida.....	112
Figura 31 Alunos ilustres da AIJB	113
Figura 32 Hino oficial da AIJB	114

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA.....	10
1.1 Gênese das Escolas Normais.....	10
1.2 Década de 1920: Analfabetismo e formação de professores.....	12
1.3 Grupos Escolares e a Formação de Professores Primários.....	15
1.4 Professores Urbanos e Rurais: Regras para Nomeações	18
1.5 A rede escolar santista.....	20
1.6 Reformas de ensino e formação dos professores.....	26
1.6.1 A Reforma Sampaio Dória.....	27
1.6.2 A Reforma Pedro Voss.....	28
1.6.3 A Lei 2.269/1927 (Reforma Amadeu Mendes).....	29
CAPÍTULO 2 - ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO DE SANTOS.....	34
2.1 A origem da Associação Instrutiva José Bonifácio – AIJB	34
2.2 Intelectuais: Uma Presença Marcante na Educação Santista.	37
2.2.1 Destacando Intelectuais da AIJB.....	38
2.2.2 Outros Intelectuais.....	39
2.3 Cursos da AIJB	41
2.4 A Reorganização da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos- 1928.....	43
2.5 Adequações e organização para instalação da Escola Normal.....	47
2.6 A presença no Bairro Vila Nova (berço da elite santista).	49
2.7 O contexto Social e Político do Brasil 1920-1930	53
CAPÍTULO 3 - UMA ESCOLA NORMAL LIVRE PARA SANTOS.....	55
3.1 Proposições para criação de uma Escola Normal para a cidade de Santos	55
3.1.2 Proposição de uma Escola Normal Rural para o Litoral Paulista	57
3.2 Liceu Feminino, um marco na formação de professores.....	59
3.3 Ingresso na Escola Normal Livre de Santos.....	61
3.4 Entre Marias, Carmelitas e.....	65
3.5 A Regulamentação da Lei das Escolas Normais Livres.....	68
3.6 Formação de professores, e as constantes de modificações na legislação.....	70

3.7 Complementaristas da AIJB.....	76
3.8 Movimentos Educativos e a Reforma Fernando Azevedo	80
3.9 Santos: Formação de Professores e conseqüências	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
FONTES.....	90
APÊNDICE	100
O professor Catedrático de História da Escola normal	100
1. Cleóbulo Amazonas Duarte: Origem 1893-1979 e Formação	102
2. O Jornalista, Escritor e Poeta	104
3. Um Santista	107
ANEXOS	109

INTRODUÇÃO

A partir de questionamentos durante o curso de Pedagogia, entre os anos de 2010 a 2013 da UNESP-UNIVESP (São Vicente), sobre a formação de professores na cidade de Santos (SP) no limiar do século XX, foram gerados interesses pela pesquisa sobre a temática, percebendo que a História da Educação da cidade de Santos não havia contemplado esse tema, havendo apenas breves notícias em periódicos da cidade e pequenos estudos monográficos de cursos da Universidade Católica de Santos (UNISANTOS) sobre escolas normais e sobre a Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos (AIJB).

Com essas constatações, ingressei no programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Católica de Santos e confirmei minha opção para estudar a constituição da formação de professores na cidade de Santos (SP) a partir do ano de 1928 na Associação Instrutiva José Bonifácio, quando foi criada a “Escola Normal de Formação Profissional de Professores”. No ano de 1927, foram autorizadas no Estado de São Paulo a criação das chamadas Escolas Normais Livres, municipais e particulares, para formar professores para as escolas primárias, onde havia carência desses profissionais, e reduzir o número de professores leigos, que era significativo em todo Estado, principalmente na área rural.

Foi possível constatar a importância social da Associação Instrutiva José Bonifácio e da Escola Normal, reconhecida pelos santistas; anteriormente, a cidade contava apenas com o Liceu Feminino Santista, que formava professores aceitos somente na rede municipal de ensino de Santos. Ao implantar o Curso Normal, a instituição formou um contingente de professores para a região, e este veio a juntar-se a outros cursos concorridos da AIJB, como Escola de Comércio, Ginásio, Primário, Jardim da Infância, Curso Complementar e outros cursos superiores livres implantados posteriormente.

Para compreender o período estudado foi necessário conhecer aspectos dos antecedentes da história da formação de professores no Estado de São Paulo, do período republicano, a partir da reforma Caetano de Campos no ano de 1890, e as reformas na educação paulista na década de 1920, de Sampaio Dória, no ano de 1920, a Pedro Voss do ano de 1925 e a reforma de 1927 de Amadeu Mendes, esta que permitiu a criação das denominadas Escolas Normais Livres no Estado de São Paulo.

Esta dissertação² tem como objetivo investigar a constituição da Escola Normal Livre da Associação Instrutiva José Bonifácio, no ano de 1928.

² Esta dissertação contou com apoio financeiro da Secretaria Estadual da Educação de São Paulo- SEE-SP

Específicos:

- Buscar os primeiros momentos da organização do Curso Normal.
- Analisar a organização da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos como promotores do empreendimento.
- Compreender a estruturação e adequação da instituição à legislação que criou as Escolas Normais Livres.
- Identificar instituições anteriores formadores de professores e as proposições de uma Escola Normal para Santos.

Com o estabelecimento dos objetivos geral e específicos, foram elaboradas questões que auxiliaram no encaminhamento da dissertação: a) Por que a iniciativa de tal curso surge na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos? b) Quais as razões pelas quais a cidade não foi contemplada com uma Escola Normal Oficial no início da República? c) A quem era destinada essa Escola Normal?

Para elaborar esta dissertação foi necessária uma imersão acadêmica, sendo preciso muitos retornos e retomadas para a compreensão do momento histórico e educacional pelo qual passava o Estado de São Paulo.

Foi delimitado o ano de 1928 como marco temporal inicial da pesquisa, a partir da promulgação da Lei nº 2.269/1927 (SP), que criou as Escolas Normais Livres no Estado de São Paulo, e a organização e implantação do Curso Normal na Associação Instrutiva José Bonifácio, com formação de turmas em março de 1928. Já a delimitação final foi o ano de 1933, com a formatura dos alunos que no ano de 1931 passaram por processo seletivo para cursar o quarto ano do Curso Normal na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos, em concordância com o Decreto nº 4.888 (SÃO PAULO, 1931).

A pesquisa histórica foi norteada por fontes primárias e secundárias recuperadas em artigos acadêmicos, livros, jornais, vídeos e obras de autores da história da educação.

Após levantamento bibliográfico sobre a temática, foram pontuados os seguintes textos na historiografia da educação de Santos: Paloma Lopes Barboza (2010) elaborou o estudo “O colégio Coração de Maria e a Formação de Normalistas (1944-1964)”. Cesar Neves de Souza (2010) realizou o estudo intitulado “A presença do Colégio São José na Formação Intelectual Feminina Santista”, sendo esta a segunda escola Normal Livre de Santos. Maria de Fátima Lourenço Pereira (2010) realizou pesquisa sobre a “Academia de Comércio de Santos e sua importância no contexto da cidade (1907-1917)”, cujo estudo revela o período que

antecedeu a Associação Instrutiva José Bonifácio (AIJB) de Santos, até sua desoficialização pela Lei nº 587 de 12 de janeiro de 1917.

Sobre a proposição de criação de uma Escola Normal, foi relevante a dissertação de mestrado de Rosiméri Maria de Carvalho (2006), “*Um Imposto para Instrução Pública: o alvitre de A Tribuna (1915) e a ‘municipalização’ do ensino de Santos*”, destacando as discussões sobre a criação de um imposto para a educação e a criação de uma Escola Normal para a cidade de Santos.

O estudo de Leonor Maria Tanuri (1979) em “*O Ensino Normal no Estado de São Paulo entre 1890-1930*” foi importante quando se debruça sobre a criação das Escolas Normais Livres, destacando que, apesar da relutância, os legisladores entregaram à iniciativa privada a formação de professores, e devido a sua rápida proliferação e deficiências, tanto materiais como humanas, acabaram por comprometer sua formação.

Leila Maria Inoue (2015) na sua tese de doutorado “*Entre Livres e Oficiais: A Expansão do Ensino Normal em São Paulo (1927- 1933)*” destacou a reforma Amadeu Mendes, que criou as Escolas Normais Livres em São Paulo, e a expansão dessas instituições na região Oeste do Estado.

Para a análise e problematização da criação da Escola Normal Livre de Santos, em 1928, as mudanças educacionais nos diversos períodos da História, econômicas e sociais são importantes. Vanilda Paiva (2015) em “*História da Educação Popular no Brasil, educação popular e educação de adultos*” destaca que as mudanças na educação no país foram se fortalecendo a partir dos anos de 1910 com o desenrolar da industrialização e urbanização, levando nos anos posteriores a sociedade brasileira a difundir o ensino elementar e, nos anos de 1930, o ensino técnico profissional.

Para o entendimento da criação da Escola Normal no limiar da República no Brasil, Casemiro Reis Filho (1995) em sua obra “*A Educação e a Ilusão Liberal - Origens da Escola Pública Paulista*” foi relevante para a contextualização da educação dentro de um período de transição política, marcado pela reorganização da educação, e da Escola Normal para formação de professores paulistas.

A formação e profissionalização foram destacadas por Rosa Fátima de Souza (2004) no seu texto “*Lições da Escola Primária*” como relevantes para a profissionalização do magistério primário, em especial para a construção da identidade docente, e mostrar que o aumento no número de escolas primárias resultou em aumento também da profissionalização.

O estudo de Antônio Nóvoa “*Para uma Análise das Instituições Escolares*” (1995), mostra o estabelecimento de regras para o funcionamento da instituição voltada para a

formação de professores e seus objetivos, nesse caso a Associação Instrutiva José Bonifácio, e para compreender a formação e atuação do grupo de intelectuais que atuou na AIJB, Norberto Bobbio no texto *“Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea”* (1997) auxiliou no processo.

Maria Aparecida Franco Pereira na sua obra *“Santos nos caminhos da educação popular: 1870-1920”* (1996) destacou a presença das instituições educacionais que atuavam em Santos e, em especial, a presença do Liceu Feminino Santista, instituição que desde 1902 formou professores para escolas do município de Santos e suas escolas maternas.

Jane Soares Almeida (2004) em seu texto *“Mulheres na Educação: missão, vocação e destino? A feminização do Magistério ao Longo do século XX”* contribuiu para o entendimento do acesso de um grupo de mulheres de um segmento social ao mercado de trabalho.

Ana Clara Bortoleto Nery (2009) em sua obra *“A sociedade de Educação de São Paulo. Embates no campo educacional (1922- 1931)”*, contribuiu para a compreensão de problemas por que passava a educação paulista, o debate dos intelectuais da educação, e a compreensão da presença dos professores leigos nas escolas primárias paulistas principalmente nas distantes dos centros urbanos.

Para o desenvolvimento da pesquisa foi necessária a busca nas fontes primárias nos acervos da extinta Associação Instrutiva José Bonifácio. Pereira (2007) destaca que a história das instituições é facilitada quando estas mantêm seus arquivos organizados e em funcionamento. Não é o caso da instituição pesquisada, cujos documentos se encontram sob a guarda da Diretoria de Ensino de Santos, numa sala da Escola Estadual Primo Ferreira. Foi encontrado um acervo sem descrição ou agrupamento, com evidência de descartes. A própria Diretoria mudou de prédio, não possuindo local para guarda de documentos das diversas escolas extintas sob sua responsabilidade, funcionários disponíveis para manutenção e atendimento aos pesquisadores que CASTANHA, 2011, p. 311 define:

[...] as fontes ou documentos são componentes indispensáveis para a sistematização do conhecimento histórico. O que diferencia os estudos é a forma de identificação, uso e interpretação. As fontes não falam por si, como afirmam os positivistas, mas são, de fato, os vestígios, as testemunhas que manifestam as ações do homem no tempo, por isso respondem como podem por um número limitado de fatos.

Foi possível encontrar livros atas³ de Assembleias gerais extraordinárias, Assembleias gerais ordinárias, livro de realização de exames dos alunos, livro contábil com

³ Destaco que não encontrei os textos subdivididos, a partir de uma visão geral dos documentos encontrados.

valores de mensalidades, taxa de matrícula, de diplomas, promoção de alunos, alunos do curso complementar, com poucas fotos, registros de cursos de vários períodos em condições inadequadas de arquivamento, úmidos, desorganizados e em estado de decomposição. Mesmo assim foi possível encontrar ata de reuniões para a constituição da primeira Escola Normal Livre de Santos, além de relação de alunas inscritas e aprovadas para a primeira turma de 1928 e anos seguintes até 1933.

Os documentos dos arquivos foram fontes que ajudaram a encontrar o ponto de apoio da construção historiográfica. “As fontes históricas não são fonte da história, elas são registros e testemunhos” (SOUZA, p.2). Assim, esta produção de fontes possibilitou encontrar o ponto de apoio da construção historiográfica da instituição. O acervo (se for tratado) possibilita diversas pesquisas sobre uma instituição que atuou na cidade durante o século XX, pois encontra-se documentos e registro de cursos diversos, e alguns diários de professores mais recentes, possibilitando o entendimento das mudanças ocorridas na formação dos professores primários na AIJB e as mudanças ocorridas na instituição durante o transcorrer do século XX.

Outro acervo foi o da Fundação Arquivo e Memória de Santos (FAMS), sendo possível encontrar o Parecer nº 159 da Câmara de Vereadores de Santos de 3 de janeiro de 1917, que traz toda a discussão e detalhamento para a desoficialização da Escola de Comércio, que era pública e municipal, para um grupo de professores, tendo a Lei nº 587 efetivado o ato, além de fotografias da instituição que fazem parte do seu acervo iconográfico. Esse é um acervo organizado, com funcionários capacitados, material de pesquisa higienizado e climatizado.

A pesquisa nas fontes primárias levou às legislações, devido ao grande número de temas e questões explícitos e implícitos nelas, as quais possibilitaram que as reivindicações ganhassem vida (ou não).

As leis estão em constante transformação e são sínteses de múltiplas determinações, e ao colocá-las em execução revelam as contradições, interesses particulares e de grupos e, quando contestadas, as falhas da lei aparecem, acelerando o debate. Assim, novas alternativas são propostas e novas leis são aprovadas: “a legislação foi e é mecanismo instituído pela sociedade para medir esse constante vir a ser do homem e suas relações sociais” (CASTANHA, 2011, p. 317).

Sobre formação de professores para atuar no ensino primário, cabe destacar os seguintes pontos nas legislações:

Reforma Sampaio Dória, Lei nº 1.750 (SÃO PAULO, 1920) regulamentada pelo Decreto nº 3.356 (SÃO PAULO, 1921), que unificou o ensino normal, e promoveu a elevação das Escolas Normais Primárias ao nível das Escolas Normais Secundárias.

Reforma Pedro Voss, Decreto nº 3.858 (SÃO PAULO, 1925), aprovada pela Lei nº 2.095 (SÃO PAULO, 1925) através da qual o curso normal passou a ter duração de cinco anos e o complementar foi reduzido para dois, e foram estabelecidas regras para nomeação de professores para escolas urbanas e rurais.

Reforma Amadeu Mendes, Lei nº 2.269 (SÃO PAULO, 1927), Reforma da Instrução Pública do Estado de São Paulo, que delineou a organização das Escolas Normais Livres, do Ensino Primário, das Escolas Rurais subvencionadas, das Escolas Reunidas, dos Grupos Escolares, do provimento das escolas e dos professores leigos.

Decreto nº 4.600 (SÃO PAULO, 1929) regulamentando as leis nº. 2.269, de 31 de dezembro de 1927, e 2.315, de 31 de dezembro de 1928, que reformaram a Instrução Pública do Estado.

Decreto nº 4.794 (SÃO PAULO, 1930), que suspende as equiparações e estabelece novas condições para a equiparação das escolas normais livres.

Decreto nº 4.888 (SÃO PAULO, 1931), reorganiza a Escola Normal com um curso de quatro anos, nos anexos das escolas normais, um curso complementar de três anos, e a escola normal da capital sendo convertida no Instituto Pedagógico da Capital.

Decreto nº 5.846 (SÃO PAULO, 1933), regula a formação profissional de professores primários e secundários, transformando o instituto “Caetano de Campos” em instituto de Educação, de nível universitário, reorganiza as escolas normais oficiais do Estado e estabelece providências para o ajustamento das escolas normais livres à nova organização.

Decreto nº. 5.884 (SÃO PAULO, 1933), institui o Código da Educação do Estado de São Paulo, que coordena e unifica toda legislação escolar.

Os Anuários do Ensino do Estado de São Paulo esboçavam dados sobre o caminhar da educação paulista, sendo publicados sob responsabilidade da diretoria da Instrução Pública e estão disponíveis no site do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Foram consultados os seguintes Anuários:

Anuário de 1918, onde Oscar Thompson demonstra os problemas do analfabetismo, falta de professores, destacadamente na zona rural, e as pretensas projeções para solucionar as questões educacionais que permeavam o Estado com embates entre os que atuavam na área educacional.

Anuário de 1920, quando Guilherme Kuhlmann substituiu Sampaio Dória na Diretoria da Instrução Pública de São Paulo, ocorrendo a uniformização da formação dos professores, com a elevação das escolas normais primárias ao nível das secundárias.

Anuário de 1926, mostrando que apesar das discussões e duas reformas educacionais, os problemas perduram, como analfabetismo e falta de professores; neste referido ano aparece a proposição da criação de uma Escola Normal Rural para Santos e região litorânea do Estado.

O Anuário de 1936, pois traz as questões e problemas sobre a formação de professores no período entre 1926-1936 (em que não foi publicado). Com as mudanças legislativas educacionais no litoral paulista e demais áreas do Estado persistem os problemas de falta de professores primários, destacando-se a presença e as deficiências dos cursos normais.

A Hemeroteca Municipal de Santos – Jornal A Tribuna, arquivados por trimestre. Luca (2005, p. 115-116), destaca que: “o jornal como uma das “principais fontes de informação histórica”, nem sempre a independência e exatidão dominaram o conteúdo editorial”, caracterizado como uma “mistura do imparcial e do tendencioso, do certo e do falso”.

A utilização desta fonte deve vir acompanhada de procedimentos críticos, e que estas se revestem de certa complexidade desanimadora. Como não é possível saber as influências ocultas de um determinado órgão de comunicação, papel desempenhado pela publicidade, torna-se crucial inquirir as fontes de informação de uma determinada publicação, sua tiragem, área de difusão, relações com grupos políticos, econômicos e financeiros, aspectos que não devem ser negligenciados pelos que se dedicam a escrever a história.

As pesquisas no jornal A Tribuna recaíram nos anos de 1917, com a criação da AIEJB, e posteriormente nos anos de 1928 a 1933, contemplando os seguintes fatos:

- Professores que atuavam na instituição em 1917.
- Anúncio da criação da Escola Normal na AIJB.
- Artigo destacando a lei que cria as Escolas Normais Livres na AIJB e o nome dos primeiros alunos inscritos.
- Relação dos alunos promovidos e suas classificações.
- Foto da formatura da primeira turma de normalistas.

Entre os intelectuais que atuaram na Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio destaquei o professor de História Cleóbulo Amazonas Duarte. Na biblioteca da

Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte, que foi inaugurada em junho de 1979, e que homenageou o professor, seguindo a legislação estadual, foi possível encontrar documentos para reconstrução da biografia do professor catedrático de História da Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos: “Civis Santensis” de 1963 e o discurso “Professor Cleóbulo Amazonas Duarte (in memoriam)” de Athiê Coury de 1980.

Outro acervo foi do IHGS- Instituto Histórico e Geográfico de Santos, possuidor de rico e amplo acervo documental do século XIX e XX e variados autores. Encontraram-se os seguintes textos para reconstrução da memória do professor Cleóbulo:

TORRE DE BABEL – Romance histórico do ano de 1919, Cleóbulo Amazonas Duarte AVE, JUDEX! 1953 – São textos que demonstram grande erudição histórica do professor.

A presente dissertação está dividida nos seguintes capítulos:

1 - FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Apresenta como as questões da educação paulista, do analfabetismo, estavam associadas à formação do professor primário, formado em regiões urbanas e que não eram estimulados a trabalhar nas áreas rurais, as que mais necessitavam desses profissionais. As três reformas na Instrução Pública Paulista na década de 1920 objetivaram reduzir o analfabetismo e formar professores para todas as regiões do Estado.

2 – ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO DE SANTOS

Destaca após a desoficialização da Escola de Comércio de Santos a organização da Associação Instrutiva Escola José Bonifácio (AIEJB) a partir do ano de 1917, constituindo-se um grupo de professores que atuavam como profissionais liberais e sua reorganização, tornando-se Associação Instrutiva José Bonifácio (AIJB) para a criação do Curso Normal.

3- UMA ESCOLA NORMAL LIVRE PARA SANTOS

Trata das proposições para a criação da primeira Escola Normal Livre de Santos e a existência de um Curso Complementar, um marco na educação da cidade, a organização do curso com inscrições, exames de admissão procurando caracterizar os alunos ingressantes da primeira turma e as adequações que surgiram em decorrência das legislações, e a reorganização da instituição com a formação do corpo de associados e professores.

No Apêndice destaco o professor da disciplina de História da Civilização, do Brasil e Cívica, previstas na Lei nº 2.269 (SÃO PAULO, 1927). No entanto, o professor que

atuava na Escola Normal não tinha formação específica, mas sim formação de nível superior, em Direito, caso do Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte, o catedrático de História.

No anexo contém alguns documentos arrolados sobre a Escola Normal da AIJB, recortes do jornal A Tribuna de Santos das primeiras formaturas (o acervo consultado tem uma lacuna nas suas publicações, final de 1931 e primeiro trimestre de 1932, devido incêndio em sua redação, durante a Revolução Constitucionalista de 1932) e documentos referentes a instituição.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PRIMÁRIOS NO ESTADO DE SÃO PAULO NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Para desenvolver a pesquisa sobre a Escola Normal Livre de Santos na Associação Instrutiva José Bonifácio, fez-se necessário explanar a Gênese das Escolas Normais paulistas. Destacou-se a presença do Liceu Feminino Santista e seu curso Complementar que formava professores para a rede municipal e suas escolas maternas, e o contexto que levou o Estado de São Paulo a promover três reformas educacionais na década de 1920, culminando com a Lei 2.269 de dezembro de 1927 que criou as denominadas Escolas Normais Livres do Estado de São Paulo.

1.1 Gênese das Escolas Normais

A história da Escola Normal do Brasil fez parte dos sistemas provinciais⁴, sendo implantado especificamente o modelo francês, marco da Revolução Francesa e da consolidação dos Estados Nacionais Modernos. Segundo Tanuri (2000), a partir deste período foi concretizada a criação de Instituições a cargo do Estado, com o objetivo de formar professores destinados ao exercício profissional, ligados à instrução Pública.

Nóvoa (1987, p. 416-417) distingue o grupo cuja profissionalização ocorreu mais cedo - o professor primário - função que se separou do conjunto das outras funções desempenhadas pelas famílias e pelas comunidades, tendo sido confiada a um grupo de indivíduos que passaram a ter a responsabilidade de ensinar às crianças um certo número de conhecimentos, de técnicas e de comportamentos destacando quatro etapas nesse processo, a) o magistério como ocupação principal; b) estabelecimento de um suporte legal para o exercício da atividade (diploma); c) criação de instituições específicas para formação de professores; d) constituição de associações profissionais.

Na segunda metade do século XIX, segundo Paiva (2015), a região centro-sul contava com condições mais adequadas à difusão do ensino, em decorrência da concentração de riqueza, e também para atender as exigências em matéria de instrução popular devido ao surto de industrialização e da imigração, destacadamente a europeia. Entre os intérpretes do Brasil, a educação era vista como fator determinante do aperfeiçoamento dos povos: “Tratava-se de dar forma ao país amorfo, de transformar os habitantes em povo, de vitalizar o organismo nacional, de construir uma nação” (CARVALHO, 1989, p.9). Este pensamento

⁴ O ato adicional de 1834 conferiu as assembleias provinciais legislar sobre instrução pública e criar estabelecimentos próprios para promovê-las. Na província de São Paulo a primeira Escola Normal foi criada pela Lei nº 34 de 16 de março de 1846.

sedimentou-se entre os intelectuais no Brasil nos anos de 1920, cuja crença na educação representava a solução para os problemas do país.

No Estado de São Paulo, o ideário introduzido por Caetano de Campos foi amplificado na medida em que ele, juntamente com Rangel Pestana, preparou um amplo plano para a reforma do ensino Normal, resultando no Decreto nº 27, publicado em 12 de março de 1890. A reformulação pedagógica, segundo Reis Filho (1995), aumentou o número de cadeiras de 8 para 12, criou a Escola Modelo, anexa à Escola Normal, e destinada à prática de ensino. O objetivo era melhorar a formação dos professores, permitindo o estágio das normalistas, e desenvolvendo um padrão de ensino para as escolas oficiais. As escolas modelo foram os embriões dos futuros Grupos Escolares, criados no ano de 1894 (DECRETO Nº 248, ARTIGO 81).

Em 1896, segundo o Decreto nº 246, 26 de julho de 1894, o ensino público primário estava dividido em dois cursos, o preliminar e o complementar. “Em todos os municípios, seria criada uma escola complementar para cada dez escolas preliminares existentes” (REIS FILHO, 1995, p. 135). No ano de 1895 foi criada a Escola-Modelo Complementar,⁵ anexa à Escola Normal de São Paulo. No início do século XX, no Estado de São Paulo, havia as seguintes escolas complementares (INOUE, 2015, p. 38).

- 1897 - Escola Complementar Prudente de Moraes (Capital - transferida em 1903 para Guaratinguetá)
- 1897 - Escola Complementar de Itapetininga
- 1897 - Escola Complementar de Piracicaba
- 1903 - Escola Complementar de Guaratinguetá
- 1903- Escola Complementar de Campinas

Até o ano de 1911, São Paulo contava com três Escolas Normais Secundárias destinadas a formar os professores das Escolas Normais e dos Ginásios (REIS FILHO, 1995, p. 162). O Decreto nº 2.025, de 29 de março de 1911, converteu as Escolas Complementares em Escolas Normais Primárias, determinando que estas fossem estabelecimentos de ensino profissional destinadas a dar aos candidatos a carreira do magistério, para desempenhar os deveres de professor do curso preliminar. A distribuição das Escolas Normais Paulistas, a

⁵ Plano de Estudos da Escola Normal Complementar do dia 9 de outubro de 1896 (REIS FILHO, 1995, p. 226-227).

maior parte no interior, foram contabilizadas, no período, em sete primárias e três secundárias.

Quadro 1: Escolas Normais Primárias e secundárias.

Ano Criação (Transformação)	Instituição – Escola Normal
1846 (1911)	Escola Normal Secundária da Capital
1897 (1911)	Escola Normal Secundária de Itapetininga
1897 (1911)	Escola Normal Primária de Piracicaba
1903 (1911)	Escola Normal Primária de Guaratinguetá
1902 (1911)	Escola Normal Primária de Campinas
1910 ⁶	Escola Normal Primária de Pirassununga
1911	Escola Normal Primária de Botucatu
1911	Escola Normal Secundária de São Carlos
1912	Escola Normal Primária da Casa Branca
1912	Escola Normal Primária do Brás

Fonte: INOUE, 2015, p. 39 (Grifos da autora).

Santos, apesar do maior porto exportador de café do Brasil, não foi contemplada com nenhuma dessas escolas públicas. Outras cidades importantes economicamente também nesse período não foram atendidas com uma instituição para formar professores, destacando-se Sorocaba, Itu, Ribeirão Preto, Araraquara, entre outras.

1.2 Década de 1920: Analfabetismo e formação de professores

No período imediato à Primeira Guerra Mundial, segundo Paiva (2015), ocorreu a reformulação dos sistemas educativos preexistentes, e essas transformações variavam de acordo com as condições políticas, econômicas e sociais daquele momento. Adverte que não se deve tratar o problema apenas sob esses três enfoques, embora as riquezas de uma sociedade e a oferta de oportunidades estão sempre relacionadas, e os sistemas educacionais deixam ver bem claro as desigualdades sociais e os interesses das classes dominantes. Nas

⁶ A partir da referida data são Escolas Normais criadas após Reforma Oscar Thompson, segundo Inoue 2015.

imediações da década de 1920, observamos a crítica social voltada para a difusão do ensino elementar.

No limiar do século XX, a escola era vista como uma questão emergencial, de grande relevância, e, portanto, os dirigentes republicanos desejavam encontrar um remédio emergencial, decisivo para o maior mal do Brasil: o analfabetismo. No Estado de São Paulo, segundo o Anuário de 1918, havia uma população em idade escolar de sete a doze anos de 480.164 de pessoas. Desse total, 253.406 alunos estavam matriculados em escolas estaduais, municipais e particulares e, para enfrentar um problema tão relevante, Oscar Thompson (1918), Diretor Geral da Instrução Pública Paulista recorre a levantamentos e dados para ressaltar o caráter emergencial.

A estatística levantada pela Diretoria Geral da Instrução Pública, em 1918 verificou que 232.621 crianças dos 7 aos 12 anos de idade frequentaram escolas públicas e particulares e 247.543 também em idade escolar ficaram sem escolas (ANUÁRIO, 1918, p.40).

Nesse momento ocorreram alvites entre diversos grupos ligados às lideranças educacionais. Professores foram chamados à realização de mutirões de matrículas de alunos para preenchimento de vagas nas escolas, trabalho que era realizado nos domicílios, convocando os alunos e os responsáveis para as matrículas.

A Escola era vista como uma questão urgente, de grande relevância, e no Anuário (1918), Oscar Thompson determinou que fosse preciso encontrar um remédio emergencial, decisivo para o analfabetismo. O Anuário de 1918 ressaltou alguns motivos para o baixo número de matrículas e permanência na escola, como a persistente falta de professores nas áreas rurais, desinteresse familiar, a oposição do relógio do campo em relação ao calendário escolar urbano, e a distância entre a escola e as fazendas.

A previsão para a solução do problema no Estado relacionado à Instrução Pública para o ano de 1922 era apresentada em dados estimativos por Oscar Thompson.

Quadro 2: Estimativas para erradicação do analfabetismo no Estado de São Paulo anos 1919- 1922.

ANO	ALUNOS MATRICULADOS	ALUNOS NÃO MATRICULADOS
1919	48,9 %	51,1 %
1920	64,9 %	35,1 %
1921	84,4 %	15,6 %
1922	91,4 %	8,6 %

Fonte: Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1918, p. 40.

Além da questão do tempo para redução do analfabetismo, outros problemas eram a questão econômica e a localização desses alunos, que moravam em áreas rurais pouco atendidas por professores. Esse número tendia a crescer, não só pelo aumento da natalidade, como pela imigração, e segundo o Anuário (1918), não podia haver adiamento da solução do problema da alfabetização e tampouco abandonar a sua resolução, porque a cada dia que passava, manter essa população ficava mais caro e destacava: “O intuito é educar as crianças que ficaram sem instrução e continuarão a permanecer nesse estado se medidas urgentes e patriotas e imediatas não forem tomadas” (ANUÁRIO, 1918, p. 25).

Essa colocação referia-se às crianças de sete a doze anos; os demais seguiriam analfabetos, “a não ser uma pequena percentagem que queira e possa frequentar as nossas escolas noturnas” (ANUÁRIO, 1918, p. 25). As referidas escolas somavam um total de 143 no Estado de São Paulo. Destaca-se que Oscar Thompson, com seu plano de extinguir o analfabetismo, apoia as ideias de Sampaio Dória⁷ por meio de parecer à comissão de inspetores escolares e de Antenor B. Barreto, diretor do Grupo Escolar de Brodowski.

A questão do analfabetismo perdurou, apesar das tentativas por parte dos dirigentes da Instrução pública de São Paulo. O Anuário do Ensino (1920-1921) destacou que este era um problema disseminado, principalmente em regiões distantes dos centros urbanos, e era de quase impossível solução, uma vez que o número de professores era insuficiente. O documento ainda chama a atenção para o fato de que os estudos da Comissão dos Delegados de Ensino só poderiam atenuar o problema da Instrução pública, oferecendo medidas paliativas.

Eram apresentadas teses⁸ para tornar o Ensino primário mais eficiente e atraente no tocante ao professorado:

- Melhor preparo técnico do professor;
- Estímulo e conforto material aos bons professores;
- Conhecimento das áreas rurais pelos novos professores;
- Estabelecer contato entre os professores e autoridades para troca de ideias;
- Dotar as escolas de instalações confortáveis;
- Dar estabilidade aos professores;
- Melhorar os vencimentos dos professores das escolas isoladas e , principalmente, das escolas rurais;

⁷ Sobre as modificações propostas por Sampaio Dória (ANUÁRIO, 1918, p.36).

⁸ Conclusões e memórias apresentadas pelas diferentes comissões do Conselho de Educação na 5ª sessão plena do dia 25 de julho de 1921 presidida pelo diretor da Instrução Pública paulista G. Kuhlmann (ANUÁRIO, 1920-1921)

- Acabar com a dependência entre professores e fazendeiros;
- Aumentar as inspeções com o objetivo de orientação;
- Reduzir as concessões de licenças injustificadas.

Entre as soluções apontadas pela referida comissão estão:

- a) Fazer com que as Escolas Normais tenham em tudo, as vistas voltadas para o preparo técnico de seus alunos, cuidando em especial da parte pedagógica;
- b) graduação no magistério, de modo que os professores devam permanecer em certos e determinados cargos para conseguirem acesso a outros, além de classificar cidades e zonas e estimular de todas as maneiras o trabalho dos professores;
- c) resolver o problema de moradia nas áreas rurais;
- d) criar nas Delegacias de Ensino depósito de materiais para atendimento das escolas e grupos escolares;
- e) equiparar o salário dos professores das escolas isoladas;
- f) garantir que as inspeções tivessem caráter de orientação, e que ocorra o aumento do número de inspetores em decorrência da criação de escolas;
- g) cercear o número de licenças e premiar os professores assíduos;
- h) para os alunos do ultimo ano ensinar o que é zona rural;
- i) organizar palestras nos dias do recebimento, para discutir assuntos referentes ao ensino e organizar congressos regionais de professores.

Apesar das discussões, os números demonstram que ocorreu um número significativo de ingressantes nas escolas normais do Estado de São Paulo no ano de 1920, totalizando 2.435. Porém, o número total de concluintes, segundo dados do Anuário de 1920, foi de apenas 586, para atender uma população crescente, tanto nas áreas rurais, nas denominadas escolas isoladas, como também nos Grupos escolares dos centros urbanos, uma vez que, com o crescente cultivo do café do interior paulista, a população aumentava em grandes proporções.

1.3 Grupos Escolares e a Formação de Professores Primários

O Grupo Escolar, segundo Carvalho (1989), foi decorrência da Escola Modelo criada por Caetano de Campos, diante das novas condições urbanas de concentração da população. Na nova didática, aprendia-se que não bastava ensinar, era preciso saber ensinar, no intuito de melhorar a formação dos professores para o magistério primário.

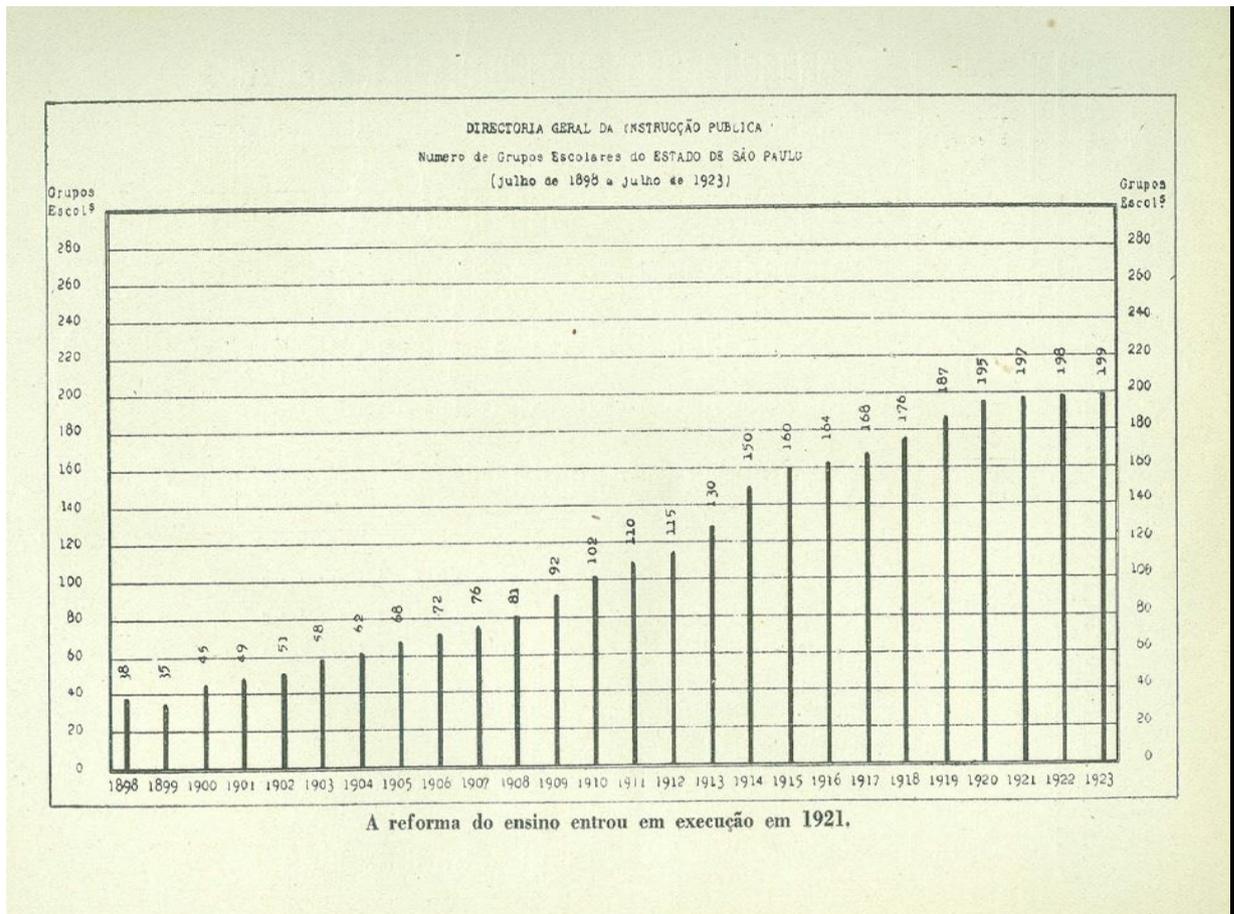
A primeira etapa da formação ocorria na Escola Modelo anexa à Escola Normal, com aplicação do método intuitivo que devia ser bem entendido e bem praticado. “Dai a formação de o professor ter acentuada feição de treino, de domínio, por meio de exercícios de procedimentos pedagógicos, sem a preocupação com suas diretrizes básicas ou fundamentação teórica” (REIS FILHO, 1995, p.80). Era aplicado por pessoas bem treinadas em uma técnica e um procedimento metodológico “tomado, então, como único e com validade “natural.” E porque estava ao nível do bom senso, parecia verdadeiramente indiscutível” (idem, p.80). Esse modelo para formar professores primários levou o autor a sentenciar que sem as discussões dos fundamentos teóricos não existia a experimentação pedagógica, tão desejada por Caetano de Campos.

Segundo Reis Filho (1995), a Escola Modelo era quase autônoma, onde os alunos do terceiro ano exerciam a prática, designados pelo diretor, sob a inspeção de professores diretores que orientavam as práticas e prestavam informações reservadas sobre habilitações, moralidade, aproveitamento e aptidões de cada um dos normalistas. Era um centro de irradiação do Método Intuitivo ou lições de coisas, uma referência de organização da escola primária e um marco na modernização da educação paulista.

Os grupos escolares foram um marco na formação docente, relevante “na profissionalização do magistério primário principalmente na construção de sua identidade” (SOUZA, 2004, p.117). Essas escolas transferiam prestígio social para os professores que nelas atuavam e facilitavam a socialização de experiências e uma identificação institucional.

Os grupos escolares, instalados em núcleos urbanos e em prédios construídos para serem escolas, contavam com um quadro de professores normalistas, melhor remunerados, com condições pedagógicas e materiais superiores as das escolas isoladas.

Figura 1: Relação dos Grupos Escolares instalados no Estado de São Paulo 1898 – 1923.



Fonte: (ANUÁRIO, 1922, p. 17)

Entre os anos de 1898 e 1923, no Estado de São Paulo, foram construídos, segundo o Anuário de 1922, uma média de sete Grupos Escolares por ano. No ano de 1923, no relatório ao Secretário do Interior, Alarico da Silveira, Guilherme Kuhlmann, Diretor da Instrução Publica, destacava que

os Grupos Escolares que tanto brilho emprestam ao ensino de São Paulo continuam a funcionar com regularidade de costume. Hoje quase nivelados às demais escolas do Estado, pela extensão de cursos e qualidades dos programas, apenas com um pequeno resíduo nos 3º e 4º anos, atualmente curso médio, proporcionam ensino necessários às classes populares. Aliviados da sobrecarga inútil dos professores encarregados de lecionar para 10, 15 ou 20 alunos, podem os grupos escolares receberem número maior de analfabetos em idade obrigatória (ANUÁRIO, 1923, p.16).

Nessas instituições, segundo Souza (2008), ocorreu uma organização mais sistemática, regulada no currículo e com conteúdos distribuídos por séries, exigindo mecanismos de avaliação mais rígidos para classificação em classes e um controle mais

severo do tempo, com o estabelecimento de calendário letivo e jornada escolar. A estruturação do trabalho escolar e as rotinas escolares sedimentaram práticas que marcaram a identidade da escola primária.

Se é fato que a divisão do trabalho significou para os professores a perda da autonomia docente sobre o trabalho educativo e a submissão à hierarquia e à burocracia escolar, por um lado, por outro, reduziu consideravelmente o trabalho dos professores, permitindo-lhes maior concentração de esforços nos conteúdos e nas atividades de uma mesma série e favorecendo uma especialização (o aprofundamento dos conteúdos de uma mesma série) (SOUZA, 2008, p.44).

A esse respeito cabe destacar que a racionalização pedagógica era respaldada na organização do trabalho nas fábricas, e segundo Souza (2008) teve boa aceitação pelos professores desejosos de soluções palatáveis ao cotidiano do ensino.

1.4 Professores Urbanos e Rurais: Regras para Nomeações

O governo do Estado de São Paulo procurou estabelecer regras para a nomeação de professores para escolas urbanas e rurais. Segundo o Decreto nº 3.858 de 1925, ficou estabelecido que, para prover em uma escola urbana do interior, o professor deveria atuar no mínimo um ano nas escolas rurais. Para prover as escolas urbanas da capital ou ser nomeado como adjunto de grupo escolar do interior, era necessário ter passado no mínimo dois anos nas escolas rurais ou um ano nas urbanas. O artigo 39 enfatiza que um ano de exercício nas escolas urbanas da capital dava direito a ser nomeado adjunto⁹ de grupo escolar.

As escolas urbanas da capital, isoladas ou reunidas, eram providas mediante concurso, e, além das notas e capacidade profissional demonstrada na prova prática, também era avaliado o coeficiente de promoção nos dois anos anteriores.

Para as escolas rurais podiam ser nomeados professores livremente pelo governo, sendo eles normalistas ou equiparados, e a preferência recaía sobre aqueles cujas famílias residiam no lugar onde funcionava a escola; “nos logares afastados dos centros populosos e sem comunicação por via férrea” (ANUARIO, 1926, p. 255), podia ser admitido o professor leigo, mediante um exame interino, procedimento que foi destacado como uma providência bendita. No entanto, essa medida não atingiu seu objetivo. Com 140 escolas atendidas, restavam no Estado de São Paulo 2408 escolas isoladas, 704 isoladas sem professores além de quinhentas novas localizações solicitadas no recenseamento escolar.

⁹ Professor assistente

A carência de professores na área rural chegava a 80% (ANUÁRIO, 1926), e diversas causas eram apontadas:

- As dez escolas normais do Estado não formavam professores na mesma proporção das necessidades crescentes principalmente para as áreas rurais.
- Professores abandonam a escola (exoneração) ou solicitam licenças que duravam até o início das férias.
- Os diplomados, principalmente os homens, largavam o magistério por empregos ou profissões menos intelectuais, menos árduas, sem exigir deslocamento dos grandes centros, e melhor remunerados.
- Recusa e resistência às nomeações para escolas rurais, só aceitas por aqueles com dificuldades financeiras.
- Falta de material e apoio profissional nas escolas.

Como o analfabetismo se alastrava no Estado de São Paulo, o governo procurou instalar escolas em todas as áreas rurais e dar provimento, inclusive com o aproveitamento de professores leigos, submetidos a concurso de habilitação com o objetivo de: “facilitar a difusão do ensino pelos recantos mais afastados do nosso Estado, propiciando desta forma recursos de campanha mais práticos e de melhor eficiência na debellação desse terrível mal, que é o analfabetismo” (REVISTA ESCOLAR, 1927, p.33).

Escolas mistas, masculinas e femininas foram instaladas de acordo com as conclusões dos recenseamentos escolares: “tem o governo procurado estabelecer os meios adequados a localização de escolas novas, tratando da criação de mais de duzentas escolas rurais e cinquenta urbanas” (REVISTA ESCOLAR, 1927, p. 72). A mesma revista destaca que, durante a gestão de Pedro Voss, foram instaladas cento e trinta e nove dessas escolas em várias regiões do Estado de São Paulo. Para atender as escolas primárias, os professores foram recrutados por concursos, além de um período de prática realizado em escolas oficiais.

Havia uma suposta abundância de escolas normais e um número de professores diplomados em quantidade superior às necessidades da rede de escolas primárias. Em contradição, não havia quantidade suficiente de professores que atuassem nas áreas rurais. INOUE (2015, p.58), destaca relatório de Amadeu Mendes, que ressaltou que as 10 escolas normais oficiais diplomavam em média 345 professores por ano, número insuficiente para fornecer instrução gratuita às crianças em idade escolar das áreas rurais; para isto seriam necessários 5.000 professores, número que seria atingido no prazo mínimo de seis anos. A

autora ainda alerta que no Estado de São Paulo foram criadas, no ano de 1926, 2.156 escolas sem professores diplomados.

A questão do número de escolas normais, segundo Tanuri (1979), e a formação de professores foram contempladas no Inquérito de 1926, do qual participaram Almeida Júnior, Sud Menucci, Lourenço Filho e Fernando Azevedo. No Inquérito foi mencionado o excesso de escolas normais e que estas, por sua vez, provocavam custos aos cofres do Estado, sendo sugerido o seu fechamento, transformando-as em ginásios. Sud Menucci colocava-se contra a expansão das escolas normais, pois via que isto poderia resultar na perda da qualidade do ensino. Foi proposta a realização de um curso normal pós-secundário. Essa questão esbarrava no orçamento do Estado, que não teria condições de pagar um professor qualificado para o magistério primário, pois este não iria para lugares longínquos do sertão, onde havia necessidade.

1.5 A rede escolar santista

Um levantamento sobre a instrução pública na cidade de Santos, a partir de 1918, incluía os então distritos do Guarujá, Cubatão e Bertiooga, que tinham uma baixa densidade demográfica. A concentração populacional era mais acentuada em Santos.

No Relatório da Câmara Municipal de Santos (1918-1919) o Inspetor da Instrução Pública de Santos, Stockler de Lima, apresentou os seguintes dados sobre a situação escolar:

Alunos nas escolas municipais 1.439

Alunos nas escolas particulares 1.310

Alunos nas escolas estaduais 744

Estes dados foram apresentados no dia 13 de janeiro de 1919 e eram parciais, visto que o ano que terminou foi marcado por uma grande pandemia (gripe espanhola), com a impossibilidade de dados mais completos.

A baixa frequência dos alunos, apresentava como uma das prováveis soluções a implantação da Caixa Beneficente Escolar (criada no ano de 1893, por uma lei federal), uma excelente arma contra o analfabetismo das crianças pobres. Era notório, segundo o Relatório, que a pobreza era causa principal para baixa frequência, pois muitos alunos não podiam comprar uniformes e material escolar. Esse problema (RELATORIO, 1918) era somado à falta de professores e às condições inadequadas das escolas do município de Santos no referido período.

As Caixas Escolares também foram tema da instrução pública paulista em 1918 e anos posteriores, considerada um fator de redução da desigualdade entre os alunos menos abastados. A autoridade escolar destaca que tal ajuda não deveria constranger os necessitados: “A zona que mais necessita é a Zona marítima, cuja população, em grande parte, paupérrima, não educa seus filhos” (ANUÁRIO, 1918, p.86).

A cidade de Santos contava com três grupos escolares estaduais: “Dr. Cesário Bastos” criado no ano de 1900 em seu endereço primitivo, em residência alugada pela Câmara Municipal de Santos, no bairro da Vila Nova, na esquina das ruas Braz Cubas e Sete de Setembro, tendo ao fundo o Monte Serrat e a então Rua Senador Feijó.

Figura 2- Grupo Escolar Dr. “Cesário Bastos”¹⁰



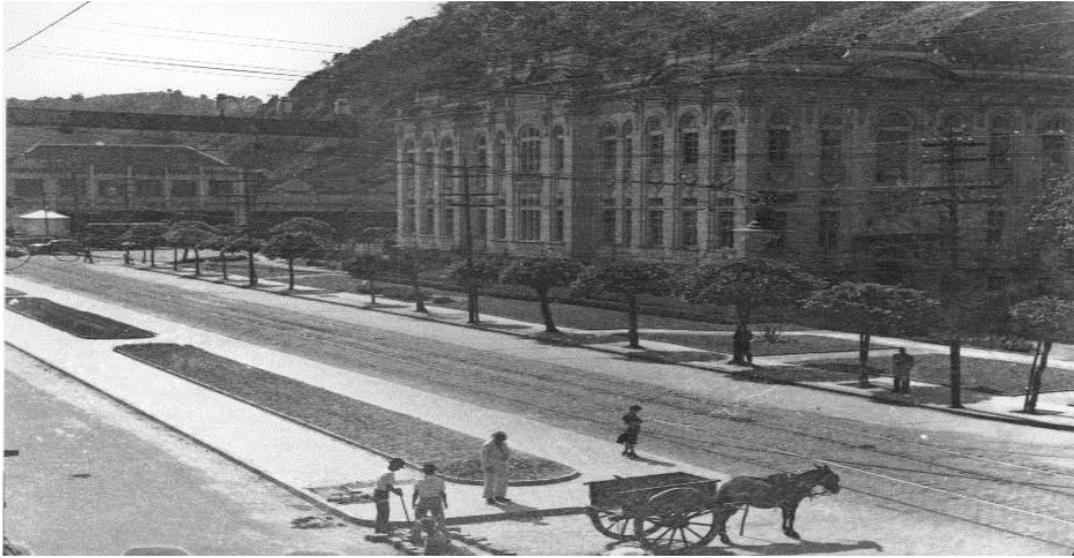
Cartão postal no acervo do pesquisador e professor de História Francisco Carballa.

Fonte: Novo Milênio

Após 16 anos, o Grupo Escolar Dr. Cesário Bastos foi transferido no dia 24 de abril de 1916 para a confluência das avenidas Rangel Pestana e Ana Costa, na Praça Narciso de Andrade, bairro da Vila Mathias.

¹⁰ Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250u.htm>>.

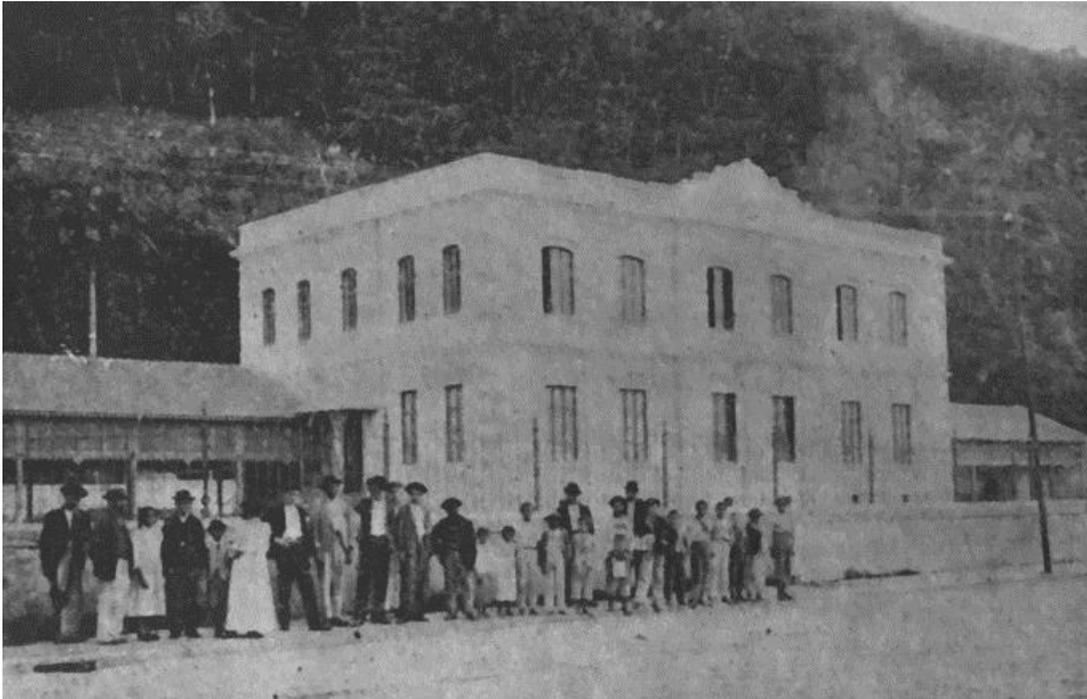
Figura 3- Grupo Escolar "Dr. Cesário Bastos"



Autor e data desconhecidos.
Fonte: FAMS

O Grupo Escolar Barnabé, o segundo mais antigo de Santos, foi criado por decreto de 5 de maio de 1902 instalado no dia 1 de julho de 1902 em edifício construído pelo Estado especialmente para abrigá-lo. Segundo Pereira (1996), o prédio foi oferta de Barnabé Francisco Vaz de Carvalhaes, que deixou 50 contos de réis para a construção de uma escola que levaria seu nome. Segundo Severino (2005), o que estava em jogo era uma relação bipolar entre o público e o privado que tem a ver com o atendimento aos interesses dos destinatários de um bem ou ação, ou seja, o interesse coletivo, da comunidade, e do outro lado o interesse individual.

Figura 4- Grupo Escolar Barnabé



Autor Maurício A. Marques.

Fonte: FAMS

O Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo foi instalado num bairro tipicamente populoso, de operários, segundo Pereira (1996) com uma clientela formada predominantemente por filhos de imigrantes. Começou a funcionar no dia 18 de fevereiro de 1915 com o nome de Grupo Escolar “Vila Macuco”. Em agosto de 1922 passou a ser denominado Grupo Escolar “Visconde de São Leopoldo”.

Figura 5: Grupo Escolar Visconde de São Leopoldo¹¹

Foto: Reprodução acervo da Escola.
Fonte: Novo Milênio

A cidade de Santos, segundo Pereira (1996), contava com Grupos Escolares municipais entre eles o Auxiliadora da Instrução,¹² o Olavo Bilac, e 29 Escolas Isoladas Municipais situadas em diversos bairros, morros e distritos.

Guilherme Kuhlmann, no anuário de 1920, aponta a presença de 11 Escolas isoladas¹³ estaduais na cidade de Santos, e 3 grandes escolas particulares religiosas, como o colégio Santista do Sagrado Coração de Jesus, dirigido pelos irmãos Maristas; o colégio Coração de Maria mantido pela congregação das irmãs do Coração de Maria, e o Colégio do Carmo, pelas freiras carmelitas. Posteriormente foram fundados, no ano de 1924, os Colégios São José e o Stella Maris (PEREIRA, 1996).

¹¹ Disponível em:< <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250z.htm>>

¹² Neste prédio funcionou a Escola de Comércio José Bonifácio desde a sua criação no ano de 1907 até o ano de 1917.

¹³ Sobre Escolas Isoladas ver Tese de Doutorado de ORIANI, Angélica Paul. “A Célula Viva do Bom Aparelhamento Escolar.” Expansão das Escolas Isoladas pelo Estado de São Paulo. (1917-1945), defendida em 2015.

Figura 6- Grupo Escolar Municipal "Auxiliadora da Instrução"



Autor e data desconhecidos. Reprodução Repórter fotográfico Rubens Onofre 01/06/1994.

Fonte: FAMS

O recenseamento escolar de 1920 realizado na cidade apresentou os seguintes dados:

Nº total de crianças recenseadas	Alfabetizadas ¹⁴	Analfabetas	Sem frequentar a escola
11.573	5.977	6.659	4.878

Fonte: PEREIRA, 1996, p. 131.

Do total das crianças recenseadas, o número de analfabetas e sem escolas era o dobro das alfabetizadas e, entre as que residiam nos distritos de Santos (já citados), a situação não apontava mudanças significativas em relação à região urbana santista, apresentando os seguintes números:

Nº total de crianças nos distritos de Santos	Alfabetizadas	Analfabetas	Frequentavam a escola	Sem instrução alguma
1811	847	1024	657	1.151

Fonte: PEREIRA, 1996, p. 132

¹⁴ Crianças que sabiam ler e escrever.

O relatório da Instrução Pública de Santos de 1920, elaborado por Stockler de Lima enquanto a Reforma Sampaio Dória estava em andamento, analisa como os programas das escolas municipais foram organizados, tendo em vista que ao terminar o segundo ano as crianças, soubessem ler, escrever e contar, e foi considerado uma campanha contra o analfabetismo.

Para atuar como professoras na educação primária, a cidade contava para formação de professores primários com o “Liceu Feminino Santista”. Os relatórios municipais sobre a instrução pública destacavam sua contribuição relevante. Sem a equiparação com a Escola Normal de São Paulo, suas diplomadas só estavam habilitadas nos seus próprios cursos e nas escolas municipais, e eram consideradas professoras leigas pelo Estado (PEREIRA,1996).

Na cidade de Santos os debates eram intensos e frequentes e com a participação ativa da imprensa, evidenciando que desde o início da República, a relação pouco amistosa entre o Estado e a municipalidade (partidos opositores nas duas esferas) era evidente: “a educação pública, a reivindicação de escolas para disseminação da educação no município e o descaso do Estado no que se refere à instrução na cidade foram assuntos frequentes estampados nas páginas do matutino” (CARVALHO, 2006, p. 28). O governo do Estado não permitiu que a cidade obtivesse um instituto secundário, que vinha sendo solicitado de longa data, fato que só veio ocorrer nas vizinhanças da década de 1930 com a Escola Normal Livre.

1.6 Reformas de ensino e formação dos professores

No ano de 1920 ocorreu a unificação das instituições destinadas ao preparo dos professores primários, elevando as escolas normais primárias ao nível das secundárias. O Estado de São Paulo contava com onze instituições para formação de professores, sendo oito escolas normais primárias visando a formação de professores para o ensino primário¹⁵.

A década de 1920 evidencia uma sequência de reformas educacionais no estado de São Paulo, tanto do Ensino Normal quanto dos demais níveis, totalizando três reformas em apenas uma década (1920, 1925 e 1927). Este era um indicativo de que o ensino normal passou a atrair com mais intensidade a atenção dos educadores. Até certo ponto, esse fato poderia ser considerado consequência dos amplos movimentos de renovação pedagógica que se difundiram nessa década e que não deixavam de ter um refluxo nas estruturas escolares.

¹⁵ Quadro, modificado a partir do Decreto nº 3.356 (SP, 1921) artigo 243, que manteve dez Escolas Normais, duas na Capital e uma unidade nas cidades a seguir: Campinas, Piracicaba, São Carlos, Itapetininga, Guaratinguetá, Pirassununga, Casa Branca e Botucatu.

“Obra de moldagem de um povo, matéria informe e plasmável, conforme os anseios de ordem e progresso de um grupo que se auto- investia como elite com autoridade para promovê-las”. (CARVALHO, 1989, p.9).

1.6.1 A Reforma Sampaio Dória

No Brasil, com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial, eclodiu um surto de nacionalismo que foi sentido nos debates e reivindicações educacionais. O foco de todos esses movimentos foi o Estado de São Paulo, “onde a nascente burguesia incentiva a efervescência no plano das ideias e da cultura, e o primeiro reflexo é a reforma do ensino paulista em 1920” (PAIVA, 2015, p. 105). Essas reformas tiveram os profissionais da educação como responsáveis, associados a políticos interessados em resolver os problemas da educação e com a melhoria do processo de aprendizagem.

Esses profissionais estão preocupados com a remodelação dos sistemas estaduais de ensino, com a melhoria da qualidade do ensino, com a psicologização do processo educacional, com uma adequada administração do ensino. Mais do que a amplitude do sistema escolar, interessa que ele funcione bem; para tanto, introduziram-se as técnicas e os princípios recomendados pela Escola Nova Fala-se em “Ciências da Educação”, utilizam-se as medidas educacionais. (PAIVA, 2015, p.114).

Sampaio Dória, segundo Paiva (2015), e a opção quantitativa de sua reforma estava ligado ao movimento nacionalista e democrático, quando foi nomeado para Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo. Este buscava, para atender as exigências educacionais daquele momento, uma escola renovada, que conhecesse a evolução do indivíduo. Ao assumir o cargo, promove um recenseamento escolar e, com o seu resultado, submeteu à Câmara Estadual o projeto da Instrução Pública, transformado na Lei nº 1.750 (SÃO PAULO, 1920). TANURI (1979, p. 159) comenta: “o mais importante nessa medida foi que a unificação das escolas normais se fez pela elevação das primárias ao nível das secundárias”.

A reforma de 1920 veio agitar o panorama do ensino paulista: a) o curso primário foi reduzido de quatro para dois anos, b) manteve as escolas complementares com duração de três anos, c) as escolas normais com duração de quatro anos, ambas regulamentadas através do Decreto nº 3.356 do ano de 1921. Entre as propostas de Sampaio Dória estavam a criação de uma Escola Normal Rural na cidade de Piracicaba, para formar professores para escolas rurais, e a criação de um instituto de aperfeiçoamento pedagógico e de cultura geral, sob o nome de Faculdade de Educação.

O Decreto 3.356 (SP, 1921), no artigo 196, fez o delineamento das escolas complementares, que eram cursos anexos às escolas normais, com o objetivo de formar alunos para escola normal ou ginásio, no período de duração de três anos. Estabeleceu as normas para organização e funcionamento das escolas normais, com quatro anos de duração, com as cadeiras do curso voltadas para formação do professor como, Psicologia e Pedagogia e Metodologia Didática (prática pedagógica) e maiores jornadas de aulas semanais.

A reforma de 1920 teve curta duração e a principal conquista relacionada à formação dos professores foi “a redução das escolas normais a um tipo único” (TANURI, 1979, p.159). As escolas normais primárias foram elevadas ao nível das secundárias, aprimorando com isso o padrão da formação dos professores primários.

1.6.2 A Reforma Pedro Voss

A Reforma Pedro Voss, instituída pelo Decreto nº 3.858 (SÃO PAULO, 1925) e autorizada pela Lei 2.095 (SÃO PAULO, 1925) reorganizou o ensino no Estado de São Paulo. Carvalho (1989) comenta que intelectuais do ensino, participantes do inquérito de 1926, consideraram essa Reforma como retrógrada.

Nesta legislação, devido a conseqüente redução do plano de estudos, essa lei foi considerada um retrocesso aos anos anteriores a 1920. O ensino primário tinha a duração de quatro anos para os alunos dos grupos escolares e de três anos para as escolas isoladas, direcionadas a alunos de sete a doze anos. O curso ginásial passou a ter duração de seis anos e o curso complementar de dois anos, com o propósito de transformá-lo em parte integrante do ensino primário, dotando-o de um único professor para todas as disciplinas de cada série, e acrescidas as disciplinas de Língua Francesa, Álgebra e Geometria, em noções bem elementares.

Os cursos normais passaram a ter uma duração de cinco anos, porém “não significou propriamente um aumento na duração dos estudos destinados a formação do professor primário, mas a absorção do terceiro ano complementar que servia de propedêutico pelo curso normal” (TANURI, 1979, p. 171). Com a ampliação do curso normal e a redução do complementar, teve a cadeira de Inglês reabilitada e a inclusão de uma nova disciplina, Noções de Direito Usual junto à cadeira de História do Brasil. Foi introduzida a disciplina de Puericultura, ao lado da cadeira de Higiene, “estabelecendo-se assim os alicerces para que em 1933, Fernando Azevedo viesse desenvolver ainda mais esse aspecto da formação profissional do professor, criando a cadeira de Biologia Educacional” (TANURI, 1979, p. 175). Outras

disciplinas sofreram desdobramentos e, comparativamente à reforma de 1920, quanto aos conteúdos pedagógicos, a situação permaneceu inalterada.

Com a saída de Pedro Voss da Diretoria Geral da Instrução Pública, “por ter sido convidado para estudar, em comissão, relevante problema da reorganização das escolas rurais” (REVISTA ESCOLAR, 1927, p.33), Amadeu Mendes foi escolhido para substituí-lo. Este, além de ser formado pela Escola Normal de Itapetininga, (era conterrâneo do presidente do Estado¹⁶, Júlio Prestes) era tido, por alguns, como emergente do magistério público paulista e com um perfil de conciliador. Sem críticas às administrações anteriores, apontava as soluções, como a intensificação, disseminação e o provimento de escolas na zona rural, e colocava a capacidade pedagógica do professorado paulista como solução. Aponta as limitações da obrigatoriedade escolar “e a equiparação das escolas normais livres com orientação e fiscalização do ensino nessas escolas e a fiscalização do ensino particular e consequente nacionalização das escolas estrangeiras” (NERY, 2009, p. 106).

1.6.3 A Lei 2.269/1927 (Reforma Amadeu Mendes)

Este foi um período marcado por preocupações quantitativas em relação à difusão do ensino, pois visava a imediata “eliminação do analfabetismo através da expansão de sistemas educacionais existentes ou da criação de pára-sistemas de programas paralelos – de iniciativa oficial ou privada, abstraindo os problemas relativos à qualidade do ensino ministrado” (PAIVA, 2015, p. 37).

A Lei 2.269/1927, que estabeleceu nova Reforma na Instrução Pública, traz no seu delineamento, a organização das Escolas Normais (art.1º), das Escolas complementares (art. 12), das Escolas Normais livres (art.19-25), do Ensino Primário (art.24-25), das Escolas Rurais Subvencionadas (art.26-29), das Escolas Reunidas e dos Grupos Escolares (art.30-35), do Provimento das Escolas (art.36-38), dos professores Leigos (39-40) e das Disposições Gerais (art.41-64). A referida lei teve como objetivo reduzir a falta de professores diplomados para preencher as vagas nas escolas rurais e promover a reorganização do ensino, de modo a satisfazer as necessidades referentes à escola primária do Estado de São Paulo, e permitiu às Prefeituras e iniciativa privada abrirem Escolas Normais Livres equiparadas às escolas oficiais.

No ano de 1927, transcorridos pouco mais de dois anos da última Reforma (1925), a formação de professores sofreu nova modificação. Foram propostas, segundo Inoue (2015),

¹⁶ A Constituição de 1891 dividiu o Brasil em vinte Estados e um Distrito Federal e que os Estados seriam governados por “presidentes” Júlio Prestes foi o último presidente eleito de São Paulo em 24/10/1930. No ano de 1935 Armando Sales de Oliveira foi eleito governador pela assembleia constituinte.

medidas que expandiram as escolas normais para outras cidades do estado, formando professores no (e para) o interior. Essas alterações não tinham continuidade, evidenciando uma ausência de diretrizes de uma política educacional, refletindo mais as ideias pessoais dos detentores do poder.

Os legisladores paulistas, preocupados com a preservação do ensino normal do início da República e temerosos de que a equiparação viesse a deteriorar essa organização, resistiram em franquear o ensino normal à iniciativa privada, só vindo a fazê-lo em 1927, medida defendida como necessária para a expansão do ensino primário na zona rural.

A medida tardia certamente veio atender a solicitações represadas de inúmeros municípios que pressionavam o poder público pelo direito de ter uma escola normal, de modo que em 1928 funcionariam 26 escolas normais livres no estado de São Paulo, as quais atingiram 49 unidades em 1930, com 4.017 matrículas ao lado das dez oficiais já existentes. Já estava claro que a iniciativa privada constituiria, cada vez mais, a principal mantenedora de escolas normais e que o controle do crescimento e da qualidade dessa rede privada demandaria preocupação (TANURI, 2000, p.70-71).

1.6.3.1 Requisitos para a Constituição das Escolas Normais Livres do Estado de São Paulo.

Foram estabelecidas condições para a criação das Escolas Normais Livres, segundo a Lei 2.269 (SÃO PAULO 1927). Para equipará-las com as escolas normais oficiais de três anos era necessário

a) terem sido fundadas tais escolas e serem mantidas por nacionais, com corpo docente de nacionais; b) serem seus cursos e programas organizados de acordo com o regime adotado nas Escolas Normais oficiais; c) possuírem um patrimônio mínimo de duzentos contos de reis; d) serem situadas em municípios, que não possuam Escola Normal oficial; e ser o seu lente de pedagogia e didática de nomeação do governo, com vencimentos idênticos aos dos lentes das Escolas Normais oficiais (ART. 20).

Foi definido que caberia ao governo do Estado a nomeação para cada Escola Normal Livre de um Inspetor Fiscal, e que este teria seus vencimentos pagos pelos estabelecimentos equiparados. O artigo 21 estabeleceu o valor mensal e o artigo 22 definiu os períodos dos depósitos, não só dos inspetores, como também do professor de Pedagogia e de Didática (que era de nomeação oficial, segundo a lei).

Outra questão apresentada na lei é a que trata dos professores leigos que atuavam de forma interina nas escolas rurais, isoladas ou reunidas. Estes deviam ser habilitados em exames e, para Nery (2009), a questão, que era supletiva e emergencial, tornou-se regra geral e extrapolou a questão da formação pedagógica, transformando-se numa questão político-partidária.

Existem numerosas escolas mal situadas e ascende a várias centenas o número de leigos que precisam ser destituídos por incapacidade, pois foram nomeados para os cargos que desempenham, não em atenção à sua competência, mas exclusivamente, devido à influência dos políticos que os apadrinharam (DIÁRIO NACIONAL, 1930, Apud NERY, 2009, p. 115).

O artigo 39, da lei nº 2.269 de 1927 no parágrafo 2º, determina as medidas para a permanência do professor leigo na função, desde que não apareçam os diplomados, e nos parágrafos seguintes seus direitos e deveres.

A formação de professores nas Escolas Normais Livres era de três anos, ocorrendo uma redução do programa de ensino e de disciplinas. Destaca-se a exceção feita à Escola Normal da Praça, que manteve o regime de cinco anos para formação de professores e destacava que os diplomados dessa escola e os formados no seu curso ginásial completo teriam a preferência nos cargos de diretores das escolas primárias, profissionais e secundárias, professores de escolas complementares, inspetores de ensino, professores de escolas normais. Esses profissionais eram diferenciados nos concursos e dispensados de estágio na zona rural (Art.3º).

1.6.3.2 A regulamentação da Lei 2.269/1927

A Lei nº 2.269 (SÃO PAULO, 1927), regulamentada pelo Decreto nº 4.600 (SÃO PAULO, 1929), estabelece as novas exigências para a abertura de escolas normais livres, como o parecer de três membros da Diretoria Geral da Instrução Pública com o objetivo de avaliar as condições da escola e as orientações didáticas.

No quadro abaixo, destacam-se as disciplinas que eram ensinadas na reforma Pedro Voss e como ficou o currículo a partir da Reforma Amadeu Mendes (Lei 2.269/1927), nas Escolas Normais Livres.

Quadro 3: Permanências e mudanças na composição dos cursos Normais

Decreto 3.858 (SP) 11/6/1925	Lei 2.269 (SP) 31/12/1927
Lente ¹⁷ de Português e Caligrafia. Literatura, História da Língua e Latim.	Lente Português e Califasia
Lente Francês e Inglês	Lente Francês
Lente de Geografia do Brasil, Cosmografia e Geografia Geral.	Lente Geografia
Lente de História da Civilização, História da América, do Brasil e Direito usual.	Lente História da civilização, do Brasil e de Educação Cívica.
Lente de Matemática.	Lente de Matemática
Lente de Física e Química	Lente de Física e Química
Lente de Biologia, Higiene, Anatomia, Psicologia Humana e Puericultura.	Lente de História Natural e Higiene
Lente de Psicologia e Pedagogia	Lente de Psicologia e Pedagogia
Professor de Didática	Professor de Didática
Professor de Desenho	Professor de Desenho
Professor de Música	Professor de Música
Professor de Ginástica (masculina e feminina)	Professor de Ginástica (masculina e feminina)
Professor de Trabalhos Manuais Uma Inspectora-professora de trabalhos manuais.	Professor de Trabalhos manuais
Um preparador para o laboratório de Química e Física	Preparador do laboratório de Física, Química e das aulas de História Natural.
Um auxiliar de marcenaria	
Um auxiliar de modelagem	
Um encarregado do gabinete de Psicologia experimental.	

Fonte: Decreto 3.858.(SP) 11/6/1925 Lei 2.269(SP)

A lei que estabeleceu a reforma da Instrução Pública Paulista no ano de 1927, eliminou as matérias de cultura geral introduzidas na reforma Pedro Vos, de 1925, e “não

¹⁷ Lente era o professor catedrático; o dono da cadeira que rege a aula.

introduziu uma remodelação mais profunda na estrutura geral do curso, que conservou a antiga organização híbrida, ou seja, com programas propedêuticos e profissionais ministrados conjuntamente” (TANURI, 1979, p.188).

Leonor Tanuri destaca que a medida não movimentou a opinião pública. A introdução das Escolas Normais Livres não alcançou projeção nacional como os Grupos Escolares. O Estado de São Paulo, com as reduções colocadas pela legislação, estava perdendo a liderança no setor educacional. A Lei 2.269 promoveu o desenvolvimento quantitativo de Escolas Normais Livres, tanto no interior quanto na capital, atraindo principalmente um público feminino. Ao final do ano de 1928, em São Paulo, haviam sido criadas 26 Escolas Normais Livres, somando um total de 44 classes, 1503 alunos matriculados e 978 promovidos em todo Estado (INOUE, 2015).

CAPÍTULO 2 - ASSOCIAÇÃO INSTRUTIVA JOSÉ BONIFÁCIO DE SANTOS

Para uma compreensão da criação do Curso de Formação Profissional de Professores na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos (AIJB), foi necessário conhecer a organização da instituição a partir do ano de 1917, quando ocorreu a desoficialização da Academia de Comércio da Câmara Municipal de Santos.

2.1 A origem da Associação Instrutiva José Bonifácio – AIJB

O funcionamento de uma instituição escolar, segundo Nóvoa (1992), é estabelecido entre a estrutura formal e as interações que se produzem no seu interior e entre os grupos com seus interesses distintos. A instituição escolar inclui as estruturas física, administrativa e social da escola. A caracterização da estrutura da instituição tem como objetivo a reconstrução de identidade própria da escola e a compreensão de suas características dinâmicas. Tendo presente tais considerações, analisa-se a criação da AIJB.

A criação da Associação Instrutiva está ligada, nos seus antecedentes, à Escola de Comércio, fundada em 1907 e mantida pela Prefeitura Municipal de Santos até o ano de 1917.

Havia uma crise econômica no Estado de São Paulo, que passava por momentos de declínio nas exportações do seu principal produto, o café, e ampliada com o impacto da Primeira Guerra Mundial entre os anos de 1914-1918, que afetou a economia da cidade de Santos, possuidora do maior porto exportador de café e importadora de produtos manufaturados (PEREIRA, 1996).

A crise econômica suprimiu por completo o subsídio que auxiliava a manutenção da “Escola de Comércio”, evidenciando a carência de recursos financeiros para manutenção da entidade de ensino por parte do município. A solução proposta e discutida foi a desoficialização da Academia do Comércio, já então denominada “Escola de Comércio José Bonifácio”. Para assumir a instituição desoficializada criou-se uma instituição particular, a Associação Instrutiva Escola José Bonifácio (AIEJB). O legislativo santista determinou que os bens ficariam sob a guarda da nova associação para manter o estabelecimento.

A Associação Instrutiva Escola José Bonifácio de Santos foi criada, portanto, para assumir, a “Academia de Comércio de Santos”¹⁸. O parecer nº 159 da comissão de finanças da Câmara Municipal, do dia 3 de janeiro de 1917 e a promulgação da Lei nº 587, de 12 de janeiro de 1917, que desoficializou a “Academia de Comércio de Santos”, gerou um contrato entre a Câmara e a nova Associação, estabelecendo a formação de uma associação entre

¹⁸ Criada pela lei municipal 258 de 24 de abril de 1907 e inaugurada no dia 4 de agosto do mesmo ano.

pessoas ligadas aos negócios da instrução da cidade, cabendo ao Estado o papel regulador para garantir à “Associação Instrutiva Escola José Bonifácio” meios para sua manutenção¹⁹.

Chegada a ocasião da câmara tomar uma deliberação decisiva de quando desonerar-se de outras responsabilizações além do auxílio que trata a Lei 258 de 1907, o meio prático para tal é a desoficialização administrativa da escola, nascida em tempo proposta pela respectiva congregação e que deve ser levada a efeito a fim de evitar despesas extraordinárias que na atualidade os cofres públicos não comportam (PARECER 159, CÂMARA MUNICIPAL DE SANTOS, 1917 p. 44).

Discutiram-se questões da manutenção, patrimônio e professorado efetivo. Para sua manutenção, o artigo 3º do referido parecer estabeleceu que a instituição receberia subvenção anual da Câmara Municipal de Santos no valor que não podia exceder a 25:000\$000 que eram pagos em parcelas mensais, e naquela presente data tinha que ser providenciado um crédito suplementar para as despesas pendentes do ano de 1916.

O encontro da temática público e privado faz parte da história da escolarização no Brasil, e na educação santista ocorre sensivelmente no limiar da República, onde havia uma urgência de escolarização. Como resposta, multiplicou-se a atuação das instituições privadas, confessionais ou não, na direção do enfrentamento da urgente necessidade de configurar a democratização do acesso à escola, “processo que se arrasta pelo período republicano sob a égide de uma prática político-educacional centradamente liberal” (ARAUJO, 2005, p.141).

A instituição, por meio do Decreto Federal²⁰ nº 3.199 do dia 30 de novembro de 1916 e publicada no mês de dezembro do mesmo ano, tornou-se de utilidade pública federal em novembro de 1916.

O Parecer nº 159 (SANTOS, 1917), da Câmara Municipal, tratou da questão dos professores, que permaneceram com seus direitos assegurados pela municipalidade.

¹⁹ A complementariedade entre público e privado estabelecendo uma relação de dicotomia sempre ocorreu no Brasil, “os dois processos, de publicização do privado e de privatização do público, não são de fato incompatíveis, e realmente compenetraram-se um no outro”. O primeiro reflete o processo de subordinação dos interesses do privado aos interesses da coletividade representada pelo Estado que invade e engloba progressivamente a sociedade civil; o segundo representa a revanche dos interesses privados através da formação dos grandes grupos que se servem dos aparatos públicos para o alcance dos próprios objetivos. O Estado pode ser corretamente representado como o lugar onde se desenvolvem e se compõem, para novamente decompor-se e recompor-se, estes conflitos, através do instrumento jurídico de um acordo continuamente renovado, representação moderna da tradicional figura do contrato social. (BOBBIO, 1986, p. 27).

²⁰ O referido decreto considerava as escolas que habilitassem para o exercício das funções comerciais e com fiscalização oficial e que estas mantivessem e executassem o ensino nos moldes estabelecidos no Decreto nº 1.339 de 9 de janeiro de 1905 que no §8º destaca que “A Academia do Comércio fica sendo considerada como órgão de consulta do Governo em assumptos que interessem o comércio e a indústria ” e que os diplomas conferidos por essas instituições conferiam a habilitação para o exercício das funções comerciais. A escola Bento Quirino da Cidade de Campinas foi outra instituição de ensino de São Paulo agraciada pelo referido decreto.

Quadro 4: Cursos e professores efetivos da AIEJB, Janeiro 1917

CURSO	PROFESSORES
Primário	Dylia Porchat de Assis Diva Porchat de Assis Bemvinda Queiros Yvonne Aguiar
Intermediário	Virginia Rocha
Secundário ou Ginásial	Tarquínio da Silva Eugenio Porchat de Assis Antenor de Campos Moura Manuel Augusto de Oliveira Alfaia Alcides Luiz Alves Alfredo Tabyra Delphino Stockler de Lima Abel de Castro Mario de Oliveira Ribeiro João Carvalhal Filho Aristoteles Ramos de Menezes Soter de Araujo Valdomiro da Silveira Magalhães Junior Benedito Calixto Benedito Ribeiro

Fonte: Jornal A Tribuna 8/1/1917 p.3

Dentre as mudanças que foram implementadas, percebe-se uma relação de troca entre a nova instituição e a Câmara Municipal de Santos a partir do ano de 1917. O parecer nº 159 estabeleceu o número de dez lugares gratuitos para alunos da primeira série, determinando que cinco vagas ficassem aos cuidados do prefeito e as demais pertenciam à Câmara Municipal, ocorrendo uma privatização de uma instituição pública e uma publicização do privado.

Há um intercambio representado seja pelos interesses sociais na configuração da educação escolar- interesses estes publicizados ou privatizados, confessionais ou não, não implicando uma mão única -, seja promovida pela iniciativa pública ou

privada, porque apesar da concorrência e da rivalidade (...) observa-se a busca do intercâmbio, da parceria, da convivência inclusive por agentes da representação pública para instituir, alimentar ou fortalecer os interesses privados. (ARAÚJO, 2005, p.142)

2.2 Intelectuais²¹: Uma Presença Marcante na Educação Santista.

A liderança coesa, formada por uma intelectualidade que atuava em várias instituições públicas, privadas e filantrópicas na cidade de Santos, foi estabelecida nesta organização como um quadro representativo dos mais atuantes, formada por diversos profissionais liberais e políticos.

Toda sociedade, em qualquer época, tem seus intelectuais ou grupos de indivíduos que exercem o poder espiritual e ideológico (cultural) contraposto ao poder temporal ou político. A Associação Instrutiva José Bonifácio, desde o ano de 1917, foi marcada pela presença de intelectuais ideólogos “que elaboram os princípios com base nos quais uma ação é justificada e, portanto aceita – em sentido forte, a ação é ”legitimada”” (BOBBIO, 1997, p.7).

A instituição da AIJB contou com intelectuais como Benedito Calixto²² e Martins Fontes²³. Cabe ressaltar que no limiar da Associação Instrutiva José Bonifácio, no ano de 1917, contou com outros nomes representativos como: professor Eugenio Alcides Luiz

²¹ Segundo Bobbio (1997), denominam-se intelectuais aqueles que em outros tempos foram chamados de sábios, doutores, filósofos, escritores, religiosos e embora com nomes diversos sempre existiram em todas as sociedades, ao lado do poder econômico, político, ideológico, um poder que se exerce sobre as mentes, transmitindo ideias, visão de mundo e ensinamentos práticos mediante o uso da palavra. A função dos intelectuais muda de sociedade para sociedade e de época, ora contrapondo-se ou estabelecendo alianças com os demais poderes.

²² (Expoente da pintura brasileira do início do século XX nasceu em Itanhaém- SP no ano de 1853 faleceu em São Paulo em 1927) Pintor, professor de História da Academia de Comércio de Santos, posteriormente AIEJB e ensaísta. Inicia seus estudos de pintura no interior de São Paulo. Em 1881 realiza sua primeira mostra individual, na sede do jornal Correio Paulistano em São Paulo e muda-se para Santos onde é incumbido da decoração do Teatro Guarany (restaurado recentemente). 1893 estudou pintura e desenho em Paris. 1884 retorna ao Brasil, trazendo uma câmera fotográfica e passa a utilizar para elaboração dos seus trabalhos. Produz inúmeras marinhas representando o litoral paulista. No começo do século XX realiza diversos painéis com temas religiosos para igrejas na capital e no interior. Pinta vistas de antigos trechos das cidades de São Paulo, Santos e São Vicente para o Museu Paulista da Universidade de São Paulo - MP/USP Dedicar-se aos estudos históricos da região e à preservação de seu patrimônio, e publica, entre outros, os livros *A Vila de Itanhaém*, em 1895, e *Capitanias Paulistas*, em 1924. Para seus quadros históricos e religiosos, como *Fundação de São Vicente*, 1900 ou *Fundação de Santos*, 1922, realiza estudos fotográficos preparatórios, para os quais se vale de minuciosa pesquisa histórica. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa8777/benedito-calixto>>. Acesso 21/11/2015.

²³ Professor de Português Clássico. Médico e poeta, membro da Academia de Ciências de Lisboa, atuou em várias entidades de saúde de Santos e recebeu diversas comendas internacionais. Literato atuou em jornais de Santos e São Paulo e publicou mais de setenta obras entre artigos científicos, poesias e prosas. Era filho do médico Dr. Silvério Fontes, um dos fundadores do Centro Socialista de Santos.

Alves²⁴; professor Alfredo Tabyra²⁵; Delphino Stockler de Lima²⁶; Abel de Castro, Mario de Oliveira Ribeiro; João Carvalhal Filho²⁷, Aristoteles Ramos de Menezes²⁸, Soter de Araujo²⁹, Valdomiro da Silveira,³⁰ Magalhães Junior, Benedito Ribeiro, Agenor Silveira (jornalista) Professor de Português Clássico; Tomaz Catunda (médico); Caetano Munhoz; Manuel Augusto de Oliveira Alfaia; Dr. Hipólito do Rego; Antônio Eberle dos Santos; Nelson Espindola Lobato; Dagoberto Gasgon; Deoclides do Amaral; Astopfo de Assis Correa; Eberle dos Santos; Nicanor Ortiz e Cleóbulo Amazonas Duarte (ver apêndice) que atuavam como professores e membros efetivos da associação.

2.2.1 Destacando Intelectuais da AIJB

A Associação, no seu quadro de professores, contou com os mais representativos membros da intelectualidade santista e que contribuíram para o legado da cidade de Santos, na educação e na sociedade como pensadores e políticos, com formação diversa e participação nos diversos segmentos sociais e políticos.

Entre esses intelectuais cabe destacar a presença de Adolpho Assis Porchat³¹, que atuou na instituição no período (1907-1933). Médico, trabalhava em várias instituições da cidade: Santa Casa de Misericórdia de Santos, na Associação Beneficente dos Empregados da Companhia Docas de Santos, na Câmara Municipal e na São Paulo Railway Company³². Atuou no combate às epidemias de febre amarela e peste bubônica, que assolaram a cidade, por várias décadas.

Ingressou no magistério na Academia de Comércio, e atuou como vice- diretor e diretor nessa instituição, desde o ano de 1907, até o ano de sua morte no ano de 1933. Foi

²⁴ Professor de Francês e professor primário da Sociedade União Operária

²⁵ Tradutor Juramentado

²⁶ Inspetor da Instrução pública de Santos

²⁷ Advogado foi vereador em duas legislaturas, presidindo a Câmara municipal de Santos no biênio 1926-1927; Deputado Estadual e Federal; secretário do Estado de São Paulo. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/poli1926.htm>>. Acesso 17/02/2015

²⁸ Farmacêutico. Formado no curso de Farmácia da Universidade Federal da Bahia em 1895 (não foi possível até o presente momento outros dados).

²⁹ Fundador do Centro Socialista de Santos.

³⁰ Cursou Direito, atuou como promotor de justiça em Santa Cruz do Rio Pardo em 1895. Em 1905 veio para Santos, atuou como advogado, professor, jornalista e a ficção. Foi deputado, diretor da Instrução pública e Secretário da Justiça do Estado de São Paulo. Deixou livros de contos e várias narrativas ainda inéditas. Na *AIEJB no ano de 1919* criou um curso prático de Português, juntamente com Martins Fontes. Disponível em: <<http://educacao.uol.com.br/biografias/valdomiro-silveira.htm>>. Acesso 17/02/2015.

³¹ Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250n.html>> acesso 16/02/2015.

³² Empresa que construiu a estrada de ferro Santos - Jundiá, inaugurada no ano de 1867, ligando as duas cidades, cuja principal passagem era a cidade de São Paulo.

professor de Geografia Geral e do Brasil no Liceu Feminino Santista³³ (onde sua esposa foi diretora) e no Instituto Dona Escolástica Rosa³⁴ (dirigido durante muitos anos por seu irmão), entre outros estabelecimentos, e fundou o Ateneu Santista. Cabe destacar que, durante os anos de 1912 e 1915, houve um certame de jogos literários (concurso) em três edições, do qual era o principal incentivador e organizador, evento esse que ficou conhecido como Jogos Florais, realizado pelo Liceu Santista, atuando também como jornalista (PEREIRA, 1996)

Mario de Almeida Alcântara, de acordo com CALAZANS (2010), ingressou no curso de Engenharia Civil no ano de 1917, no *Mackenzie College*, e no ano de 1922, formado engenheiro civil e engenheiro topógrafo, foi convidado por Porchat de Assis para o corpo docente da AIJB. Porém, seu ingresso no magistério ocorreu na Sociedade União Operária aos 17 anos. Na AIJB, atuou como professor catedrático de Matemática Financeira e Comercial. Criador do “Curso de Madureza”³⁵, membro fundador do “curso superior de Administração e Finanças” posteriormente mudado para “Faculdade de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos”, atuou várias vezes como Diretor-Presidente da Associação Instrutiva José Bonifácio. Foi professor de Matemática do Ginásio Canadá, e atuou em outras instituições de ensino de Santos. Vereador eleito pelo Partido Social Progressista (PSP) (1948-1951), redigiu o primeiro Regimento Interno da Câmara Municipal de Santos e foi eleito presidente da Câmara Legislativa de Santos.

Destacando-se no grupo dos intelectuais da AIJB, João Papa Sobrinho, diretor por mais de 25 anos e professor por 65 anos (AIJB), atuou em várias escolas particulares como Tarquínio Silva, São José, Stella Maris, Coração de Maria e na escola pública Canadá. Foi secretário da Educação e Cultura de Santos e Diretor de Ensino do Município de Santos. Atuou como contabilista, administrador de empresas e jornalista, e foi Patrono da cadeira 167 do IHGS.

2.2.2 Outros Intelectuais.

A participação de outros intelectuais fez-se necessário para Bobbio (1997, p. 136): “o político e o intelectual puro representam dois modelos positivos, ainda que frequentemente um seja negativo para o outro”. A maçonaria era atuante entre os intelectuais santistas que se dedicavam às causas educacionais, seja na fundação, seja na manutenção de instituições na cidade. O grupo contava com o apoio do jornal *A Tribuna*, que em suas páginas publicava

³³ Fundado no ano de 1902 pela professora Eunice Caldas, com a finalidade de proporcionar educação gratuita para crianças e mulheres.

³⁴ Inaugurado no ano de 1908, por João Otávio dos Santos com o objetivo de abrigar meninos pobres e órfãos da cidade.

³⁵ Ver art. 100 do Decreto nº 21.241 (BRASIL) de 4 de abril de 1932.

anúncios, lista de alunos matriculados, formaturas, não só da referida instituição, como também das instituições que eram administradas por membros maçons como o Liceu Feminino Santista, o Instituto Dona Escolástica Rosa, a Escola Docas e o Asilo de órfãos.

O Partido Republicano Paulista (PRP), possuía como representantes de Santos João Galeão Carvalhal, advogado, vereador e deputado, Cesário Bastos, fundador do partido, deputado e senador, Azevedo Junior, vereador, deputado estadual e senador, e Cesar Vergueiro, deputado federal. “Eles em diversas ocasiões intercederam junto aos poderes públicos para conseguir liberação de verbas, fornecimento de livros escolares e cadernos” (VIEIRA, 2011, p.116).

Os intelectuais, segundo Bobbio (1997), constituem em nossa sociedade caracterizada pela divisão de trabalho, um grupo com características definidas de pessoas que se reconhecem entre si. Nesta perspectiva, a instituição contou com intelectuais com atuações diversas na sociedade santista.

Entre os membros da AIJB, Adolfo Porchat de Assis e Delfino Stockler de Lima eram atuantes dentro da maçonaria, e destaca-se a presença de Olímpio Lima, proprietário do jornal *A Tribuna*. O jornal publicava relação de alunos matriculados, anúncios, formaturas e foi atuante na criação da Escola Normal da instituição no ano de 1927.

Cabe destacar que os representantes do PRP, Azevedo Junior, no ano de 1921 e o deputado estadual Cesar Vergueiro, no ano de 1922, conseguiram uma alíquota do imposto da caridade para a AIJB. A instituição também foi contemplada com a colaboração da Sociedade Rural Brasileira que fez doações de apólices do Estado para serem instituídas como prêmios anuais aos melhores alunos na conclusão dos cursos.

A força política do PRP na cidade de Santos, vitoriosa nas eleições para o período 1917-1920, evidenciou a importância da AIJB para formação dos filhos dos representantes municipais, quando o jornal *A Tribuna* trouxe, na primeira relação dos alunos matriculados para o ano de 1917, o nome das filhas do presidente da Câmara dos Vereadores, Antônio Freitas Guimaraes, pertencente ao partido e presidente da câmara municipal. A coluna do referido jornal, atualizou as listagens por vários dias do mês de janeiro daquele ano.

Além da participação dos grupos acima citados, era notória a presença dos comissários de café, os comerciantes, ordens religiosas, e sociedade de amigos, que contribuíram com doações de materiais. Fundaram instituições para atendimento das meninas e asilo para órfãos, como a Associação Feminina Santista, mantenedora do Liceu Feminino Santista, a Sociedade Humanitária, a maçonaria, a União Operária e a Associação Comercial de Santos, que participaram ativamente, segundo Pereira (1996), com doações de terrenos e

material escolar, e construções de prédios, para a elevação cultural e social da cidade de Santos.

2.3 Cursos da AIJB

É preciso considerar os saberes, práticas e valores próprios da escola, produzidos em meio a embates que imprimiram à instituição uma configuração que foi se modificando ao longo do século XX. No dia 31 de janeiro de 1917 “fez-se uma coligação de professores” (PEREIRA, 2010, p.74), e a Associação Instrutiva Escola José Bonifácio tornou-se mantenedora da escola que trouxe para a cidade de Santos vários cursos, até sua extinção em 1997.

Quando da criação da Associação, o jornal *A Tribuna* de 8/1/1917 trouxe anúncio da instituição, destacando que a Escola de Comércio tinha o Curso Primário para formação de meninas de qualquer idade e meninos até dez anos de idade, e ressaltava que essa adotava o método Intuitivo Progressivo, voltado para o desenvolvimento de uma base de educação intelectual, moral e física e o programa dos grupos escolares do Estado.

O curso Intermediário, tinha a finalidade de preparar os alunos para admissão na Escola de Comércio, para o Liceu Feminino e Escolas Normais do Estado. O curso Secundário ou ginásial adotava o regulamento e programas das escolas oficiais, e preparava os alunos e alunas para as escolas superiores da República.

Quadro 4: Cursos da AIEJB

1918	Curso de Português Clássico
1923	Curso de Suficiência (preparatório para exames parcelados prestados na escola, perante bancas federais)
1928	Autorizada pela Lei 2.269 criou a primeira Escola Normal Livre de Santos
1931 ³⁶	Criação do curso de Administração, Ciências Econômicas e Comerciais. Reconhecido oficialmente no ano de 1951.
1934	Faculdade de Direito José Bonifácio (extinta, não chegou a diplomar alunos)
1933 ³⁷	Curso Ginásial de Madureza

³⁶ O curso tinha como finalidade formar doutores em Ciências Econômicas, exigindo para tanto que os candidatos fossem diplomados em contabilidade em institutos oficiais ou em inspeção oficial (A TRIBUNA, 2/3/1933 p. 3).

1936	Obtida a inspeção permanente do ginásio
1952	Através Decreto nº21.587 (SP) foi equiparada a escola normal às escolas oficiais ³⁸
1954	A Associação Instrutiva José Bonifácio recebeu o título de utilidade pública pelo governo do Estado de São Paulo
1972	Implantação dos cursos profissionalizantes Curso técnico de Agrimensura
1973	Criou o curso de Técnico de Laboratórios Médicos
1973	Implantou o 1º curso de formação de professores no período noturno
1975	Cursos de Suplência de I e II graus
1976	Habilitação para o Magistério com especialização para o Maternal e Jardim da Infância
1977	Cursos Técnicos em Petroquímica e Saneamento Ambiental Básico
1980	Curso Técnico em Processamento de Dados
1996	Curso Técnico de Meio Ambiente
1997	Cursos de qualificação profissional: Técnico em Segurança do Trabalho, Contabilidade, Meio Ambiente e Secretariado.
1997	Venda para o Centro Universitário Monte Serra (UNIMONTE)
2007	O Decreto municipal nº 4.877 de 03 de agosto passou a compor a rede municipal de ensino de Santos com o nome de UME “José Bonifácio”

Fonte: (PEREIRA, 2010)

³⁷ Para candidatos maiores de 18 anos (A TRIBUNA, 2/3/ 1933, P.3). Anteriormente eram realizados exames para alunos matriculados em colégios não oficiais, no Ginásio Municipal Santista na Rua da Constituição nº 290.

³⁸ O referido decreto no Artigo 1º determinou que a Escola Normal Livre José Bonifácio de Santos passava a funcionar de acordo com o regime de equiparação das Escolas Normais Oficiais do Estado. A equiparação ocorreu tendo em vista o relatório e o parecer favorável da comissão de Equiparação das Escolas Normais Livres e Municipais às Escolas Oficiais do Estado.

Figura 7- Diretores desde o ano de 1907



Fonte: UME José Bonifácio.

Foto da autora

Na imagem estão destacados os diretores da instituição. Percebe-se que a ordem da montagem do painel começou com o último diretor da instituição, na parte superior, João Paulo Sobrinho. Da esquerda para direita temos Dr. Adolpho Assis Porchat; Aristoteles Ramos de Menezes; Cleóbulo Amazonas Duarte; Cesar Augusto de Castro Rios; Delphino Stockler de Lima; Edmundo Gomes de Queiroz; João Guido Negrelli; Mário de Almeida Alcântara.

2.4 A Reorganização da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos- 1928.

Em decorrência da criação da futura Escola Normal para Formação de Professores, no ano de 1928, ocorreu o delineamento e a estruturação administrativa da Associação Instrutiva José Bonifácio. Nóvoa (1992) observa que tal movimento depende de liderança organizacional, que estimule o empenho individual e coletivo. Os associados reuniram-se em assembleia para, entre os assuntos, a eleição da diretoria, sendo mais uma vez eleito Dr. Adolpho Porchat de Assis, e a questão da divisão patrimonial de 150:000\$ 000 (e cinquenta contos de reis em ações de um conto entre os sócios efetivos) (ATA 31/1/1928).

Destaca-se que esta diretoria recebeu poderes plenos para agir e adequar-se à lei, que era de responsabilidade e interesse de todos os associados.

A reforma de alguns artigos do Estatuto com a Ata da assembleia realizada em abril de 1928 foi ditada pela necessidade de:

Apresentarmos a nossa associação um patrimônio de R\$ 200:000 novos, a fim de obter do governo do Estado autorização para manter uma Escola Normal Livre na conformidade da Lei 2.269 de 31 de dezembro de 1927. E que para este patrimônio ser solidamente constituído carecia da responsabilidade de todos os associados e, portanto, deveria interessar a todos; considerando que a melhor maneira de fazermos pareceu a divisão em quotas de um conto de reis, distribuídos proporcionalmente ao factor tempo de trabalho que representa o passado, e esforço de cada um (ATA AIJB, 4/4/1928).

A formação de uma nova organização *Sociedade Anônima* foi posta em discussão e, após estabelecido contato com especialista, “em relação a transformação em Sociedade Anonyma, diria que fosse de vantagem aqui com toda segurança” (ATA AIJB, 4/4/ 1928, p.20).

Com a reforma assim ficou o estatuto da AIJB proposta pelo presidente: Art. 2º É de duzentos contos de reis (R\$ 200:000 novo), o fundo social representado por cento e cinquenta contos de reis (R\$ 150: 000 novo) do patrimônio actual e mais cinquenta títulos associativos de um conto de reis (R\$ 1.000 novo) de cada um poderia ser augmentada sempre extritamente na conformidade do art. 3º; art. 4º tornar-se-hão os votos, contando-se pelo processo de annos completos de exercícius, que irão augmentando cada anno civil e mais o numero de títulos integralizados que possuir cada associado presente. Art. 20º os lucros verificados em balanço serão incorporados ao fundo social. Art. 23 o patrimônio da *primitiva* Associação José Bonifácio que se extingue neste acto será transformado em partes do fundo social já consolidado representando cento e cinquenta contos de reis (R\$ 150:000 novo). A outra parte do fundo social na importancia de cinquenta contos de reis (R\$50:000 novos) formar-se-há com cinquenta títulos de um conto de reis cada um a realizar por chamada e sera subcripto pelos associados. (ATA AIJB, 1928. P.21-22).

O artigo nº 6 do Estatuto da Associação estabeleceu as suas finalidades:

- a) Manter o funcionamento da Escola de Comércio “José Bonifácio” criada pela municipalidade de Santos em virtude da Lei nº 258, de 24 de abril de 1907; e actualmente desoficializada; b) manter o curso ginasial anexo que a municipalidade mantinha pela Lei nº 371 de 5 de janeiro de 1910; c) Criar e manter uma Escola Normal Livre sob o regime da Lei estadual 2.269, de 31 de dezembro de 1927; d)

criar e manter outros cursos de instrução quando for necessários ao desenvolvimento da educação física, intelectual, moral e cívica da municipalidade de Santos, sem prejuízo do fundo social; e) desenvolver a instrução científica e profissional bem como a cultura artísticas, informais, através de concursos, exposições e outros meios que existam ao alcance; f) organizar uma biblioteca principalmente de obras sobre comércio, indústria, agricultura, economia, política, finanças e tecnologia [...] tal biblioteca de aprofundamento ao público; g) instalar um museu comercial e agrícola. (ATA AIJB 29/2/ 1928).

Os elaboradores do novo Estatuto não delinearam nenhum recurso financeiro e pedagógico voltados para o curso de formação de professores, que era o assunto imediato. Nesta ocasião discute-se também a importância da criação de cursos superiores livres, destacando que todas as escolas livres superiores fundadas em conformidade com as congêneres oficiais e mantidas pela iniciativa privada seriam colocadas no sistema de jurisdição que se ajustava ao mais adiantado desenvolvimento humano, inclusive da caridade, e assim destacava-se:

A notória e apregoada superioridade da universidade do Paraná e é sabida a aceitação que vem tendo, já há alunos, nas faculdades de Direito de Niterói, Ceará, Belo Horizonte, Porto Alegre; as faculdades de medicina de Pernambuco, Minas Gerais e do Rio Grande do Sul; engenharia de Recife e Porto Alegre e os cursos de farmácia e odontologia disseminados em diversas cidades brasileiras (ATA AIJB, 1928).

Há evidências de que as preocupações giravam em torno das possibilidades do investimento e, com a reformulação estatutária, estabeleceu-se que a divisão de lucros verificados no balanço anual seria feita da seguinte forma: metade dos lucros era para o corpo docente, proporcionalmente aos vencimentos percebidos, sem distinção de curso, e o restante seria distribuído entre os funcionários administrativos.

Segundo o Estatuto da Associação Instrutiva José Bonifácio, a divisão do patrimônio já existente passou a ser dividido em quotas de um *Conto de Reis* e então distribuídos proporcionalmente de acordo com o tempo de trabalho dos associados, e títulos de nomeação dos professores.

Eram associados da instituição todos os membros do corpo docente, os catedráticos denominados efetivos, os substitutos e inclusive os estagiários. No artigo 4º ficou estabelecido que os votos valeriam: professores catedráticos 3 pontos, para os substitutos efetivos valeriam 2 pontos, e para os substitutos internos 1 ponto. Ficando então assim constituída a associação pelos seguintes membros e respectivos anos de ingresso:

Quadro 5: Formação da Sociedade Anônima AIJB, 1928³⁹

SÓCIOS	ANO DE INGRESSO NA INSTITUIÇÃO	Nº DE QUOTAS
Dr. Adolpho Porchart de Assis	1907	3
Dr. Valdomiro da Silveira	1907	7
Manoel Augusto de Oliveira Alfaia	1908	16
Vahia de Abreu	1919	16
Aristóteles Ramos de Azevedo 1916	1916	16
Claudio Luiz (ilegível)	1918	11
Dr. Nicanor Ortiz	1019	6
Dr. Manoel Hipólito do Rego	1919	Sem especificação
Antônio Eberle dos Santos	1920	5
Dr. Antônio Barbosa	1921	3
Dr. Nelson Lobato	1922	3
Dr. Mario Alcântara de Almeida	1923	3
Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte	1923	3
Dr. Dagoberto Gasgon	1924	2
Dr. Theotônio Ribeiro	1925	2
Dr. Deoclides Amaral	1927	3
Astolpho Porchart Assis	1927	2
Dr. Antonio Fernandes	1927	1
Dr. Raphael de Louis	1927	6

Fonte: Livro Ata AIJB, 21/3/1928.

A AIJB tinha uma diretoria composta por quatro membros: Presidente, Secretário, Tesoureiro e Suplente geral, e foi destacado que o diretor Suplente geral seria o substituto no impedimento de qualquer um dos outros membros efetivos da diretoria.

A “*primitiva*” Associação Instrutiva Escola José Bonifácio criada no dia 4 de janeiro de 1917, foi extinta no dia 4 de abril de 1928, e seu patrimônio de R\$150:000 novos

³⁹ A distribuição do número de cotas merece um estudo, o que não foi possível, nesta pesquisa, por falta de maior documentação. Nos documentos (Atas) foram feitas discussões sobre as cotas, ocorrendo discordâncias entre os membros associados. O Dr. Adolpho Porchart de Assis que foi diretor no período 1907-1933, estava empenhado em outro empreendimento educacional: O Instituto Ateneu Santista. Há evidência de disputas dessa distribuição patrimonial.

foi transformado em fundo social já consolidado com R\$50:000 (cinquenta mil Reis novos), e somou-se a cinquenta títulos de um conto de reis que foram somados para a realização e consolidação patrimonial da “nova” Associação Instrutiva José Bonifácio.

2.5 Adequações e organização para instalação da Escola Normal

A Lei 2.269 (SÃO PAULO, 1927) permitiu a criação do curso normal na Associação Instrutiva Escola José Bonifácio (AIJB). Tratando-se de uma associação formada por professores que atuavam em diversas atividades profissionais, sociais e políticas da cidade, o grupo, antecipando-se à promulgação da lei, articulou-se para a criação e para a implantação de uma Escola Normal na instituição.

O problema está em que o sistema de ensino, quando não pertence ao Estado, liga-se às classes dominantes, a grupos cujos interesses coincidem frequentemente com os daqueles que detêm – hegemonicamente – o poder político: os movimentos educativos para-escolares de alguma amplitude necessitam de recursos que só podem ser oferecidos pelo poder público ou por instituições ou grupos economicamente poderosos (PAIVA, 2015, p. 31).

Ao reorganizar a instituição para a implantação do curso de formação de professores, os membros da instituição reuniram-se em assembleia geral extraordinária no dia primeiro de dezembro de 1927. A finalidade principal era a compra de edifício próprio para a instituição, um assunto já decidido entre os associados. A ata da reunião não sinalizou debates sobre preço, formas de pagamento, destacando que o prédio pertencia ao diretor da Instituição o Dr. Adolpho Porchart de Assis.

O foco das discussões para a questão imediata era a fundação da Escola Normal Livre nos termos da lei do governo do Estado. Nesta reunião foi debatido a quem deveria ser dirigido o novo curso, sendo proposto pelo professor Nelson Lobato “que em vez de uma escola masculina seja criada a “Escola Normal Mista” dependendo esta de um entendimento prévio com a diretoria do “Liceu Feminino Santista que talvez pretendesse criar ali a Escola Normal Feminina.” (Ata da Assembleia Extraordinária AIJB, 2 de dezembro de 1927).

A formalização da compra do prédio que passou a abrigar a instituição, na Avenida Conselheiro Nébias, nº 209, no Bairro da Vila Nova em Santos, ocorreu mediante empréstimo bancário e a contribuição mensal dos professores desde o ano de 1922, com um percentual de vinte por cento dos seus vencimentos mensais, fato que perdurou até o ano de 1932. O referido imóvel adquirido pelos associados teve que ser reformado e adequado para o funcionamento escolar, que ocupou no ano de 1930.

Figura 8: Edifício Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos



Data e autor imprecisos.

Fonte: Fundação Arquivo e Memória de Santos – FAMS

Figura 9: Palacete João Otavio Rua da Constituição nº 140



Imagem: capturada de tela - cartão postal negociado em 2/2008 no site de leilões Ebay/Itália.

Fonte: Novo Milênio

O palacete João Otavio foi ocupado no ano de 1904 pelos irmãos Maristas, e a partir de 1917 pela AIEJB até o ano de 1930 quando esta já era denominada Associação Instrutiva José Bonifácio e foi transferida para o prédio da Avenida Conselheiro Nébias.

Figura 10: Solenidade no pátio da Escola no palacete “João Otávio”



Autor e data desconhecido. Reprodução da autora.
Fonte: Acervo da AIJB

Na imagem destaca-se a presença do Dr. Adolpho Porchat de Assis com alunas do Curso Normal, não sendo possível apurar o ano e a série das alunas. Evidencia-se com a foto que as primeiras ingressantes não foram imediatamente para o prédio comprado em 1927 na Avenida Conselheiro Nébias nº209.

2.6 A presença no Bairro Vila Nova (berço da elite⁴⁰ santista).

A partir do ano de 1917, a então AIEJB alugou o edifício na Rua da Constituição nº 140 (palacete João Otávio). Anteriormente sem prédio próprio, funcionava no edifício

⁴⁰O conceito de elite apresenta descrição bastante variável. Em todas as organizações sociais estas fazem parte de uma complexa estrutura psicológica, cultural e social, existindo sempre um setor detentor do mando ou coordene as ações de um grupo. Citando Gramsci (2002), (NORONHA, 2009, P. 43) destaca que na medida em que a sociedade se torna complexa, fruto da modernização econômica e social, os atores políticos buscam se estruturar politicamente, através de movimentos minuciosamente calculados e estratégicos, dentro da sociedade civil, tendo como objetivo buscar apoio fornecido pela burocracia das instituições sociais. Nesse caso, os grupos jornalísticos, as burocracias das associações empresariais e dos centros culturais passam dos bastidores para o centro do palco na arena política.

pertencente à extinta Associação Auxiliadora da Instrução,⁴¹ da benemérita associação extinta. Após aquisição de prédio na Avenida Conselheiro Nébias no bairro da Vila Nova, a Associação Instrutiva José Bonifácio passou a ocupar o imóvel próprio a partir de 1930, após reformas e adaptações no referido prédio.

O espaço escolar, afirmam Viñao Frago e Escolano (2001), carrega significados e simbolismos e esse passa a receber influência do meio externo. O bairro, entre os séculos XIX até os primeiros anos do século XX, era habitado pela população mais influente e abastada de Santos, tendo no seu entorno os bairros do Paquetá, Centro e Vila Mathias (BARBOSA, 2010). Uma importante avenida, a Conselheiro Nébias foi se urbanizando desde a década de 1880 e competindo com o Caminho Velho da Barra, que permitia o deslocamento da população em direção às praias e a criação ou ampliação de novos bairros em Santos.

Figura 11: Avenida Conselheiro Nébias, bairro Vila Nova, por volta de 1915.⁴²



Foto: reprodução de cartão postal de João Emílio Gerodetti e Carlos Cornejo, no livro Lembranças de São Paulo - imagem incluída no Calendário 2002 da Gráfica Guarani, de Santos/SP.

Fonte: Novo Milênio

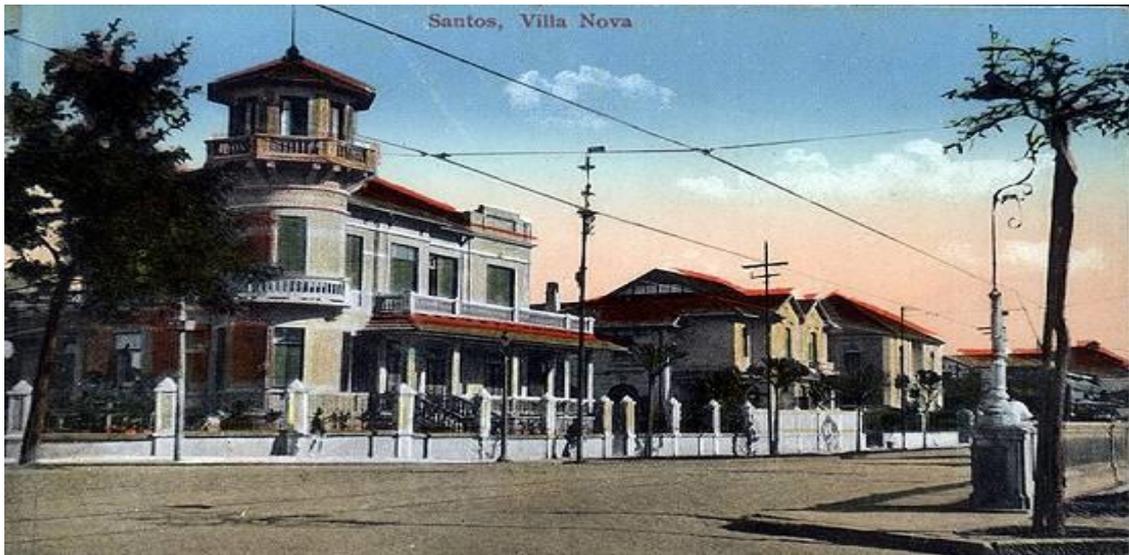
No bairro da Vila Nova, segundo Mondin (1982), os palacetes se tornavam mais finos, contrapondo-se aos casarões de beiral, com grupos de quatro ou às vezes mais janelas, muitos recobertos de azulejos, dominando a paisagem das ruas mais nobres. Lá moravam João Otávio dos

⁴¹ Teve seu patrimônio mobiliário doado a Prefeitura Municipal de Santos no ano de 1914, que criou no espaço um grupo escolar, atendendo alunos nos períodos diurnos e noturnos e por meio deste perpetuava o nome da benemérita Associação. Atualmente é denominada Unidade Municipal de Educação (UME) Auxiliadora da Instrução.

⁴² Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/fotos/036.htm> >.

Santos, idealizador da Escolástica Rosa, João Freire, famoso advogado da antiga Companhia Docas, Delfim Novo, cônsul português, e a tradicional família Pacheco, além de corretores e comissários de café, advogados de renome, médicos e comerciantes.

Figura 12: Palacete da Vila Nova, Av. Conselheiro Nébias/Av. Campos Salles⁴³.



Fonte: Novo Milênio

Cabe enfatizar que a região contava com escolas públicas e privadas, entre estas as confessionais católicas: Colégio Coração de Maria, mantido pela sociedade civil “Educação e Caridade”, o Ginásio Santista, administrado pelos Irmãos Maristas, o Liceu Feminino Santista, dirigido pela “Associação Feminina Santista” e a Escola Noturna Santo Inácio, mantida pela Congregação Mariana. No Centro desde 1902, o Grupo Escolar Barnabé atendia a população imigrante, mais pobre. Em 1915, o Grupo Escolar Cesário Bastos mudava-se das adjacências da Vila Nova para a Vila Mathias (bairro que se adensava).⁴⁴

Além de instituições educacionais havia também no bairro instituições religiosas como a igreja Coração de Jesus e a congregação Mariana dirigida pelos jesuítas. Além deles havia uma associação de assistência para o atendimento dos japoneses, a Cruzada das Senhoras Católicas e o Prato de Sopa Monsenhor Moreira, um internato e semi-internato para crianças, a “Casa do Senhor” (o que se classifica hoje como creche), e um pensionato cuidado pelas Irmãs Palotinas, para comerciárias ou outras pessoas sem residência particular.

⁴³ Neste palacete funcionou o Clube XV de Santos. Disponível em: < <http://memoria.santista.com.br/?p=238>>

⁴⁴ Os três primeiros Grupos Escolares de Santos estavam localizados em bairros interligados geograficamente ao bairro da Vila Nova.

Nas imediações da região havia o Gasômetro – Serviços de Eletricidade e Gás S/A, o Mercado Municipal⁴⁵, o Clube XV⁴⁶, a Sociedade União Operária,⁴⁷ o Albergue Noturno⁴⁸, entre outros equipamentos de serviço e lazer em Santos.

Na Praça Iguatemi Martins, segundo Mondin (1982), nas imediações instalou-se o comércio mais forte, aproveitando as vantagens oferecidas pela Bacia do Mercado, onde atracavam embarcações de cabotagem. A antiga área residencial foi simplesmente invadida por dezenas de casas de comércio e pequenas indústrias⁴⁹.

Nas imediações do Mercado Municipal existia uma zona comercial atacadista com exportadores de bananas e importadores de produtos diversos e cereais.⁵⁰ Algumas das grandes residências foram transformadas em cortiço e seus porões altos receberam, em condições ínfimas de saúde, uma população que veio marcar esse bairro durante muitas décadas perdurando até os nossos dias.

Devido à expansão portuária (que circundava o Barro Vila Nova) ocorrida ainda na primeira metade do século XX, as famílias mais abastadas começaram a migrar para outros bairros: Boqueirão, José Menino, Gonzaga. Foram residir próximo à praia e nas imediações das duas avenidas Ana Costa e Conselheiro Nébias, que facilitavam a comunicação com os bairros.

A impressão que se tem é que o vento arrastou essa história de opulência da Vila Nova. Mal ganha feições de bairro elegante, a expansão comercial e portuária de Santos torna-se cada vez maior e as facilidades de comunicação com a praia criam

⁴⁵ Construído no ano de 1902, com o objetivo de reunir vários outros mercados existentes na cidade, localizado na praça Iguatemi Martins, bairro da Vila Nova. O prédio já passou diversas reformas desde a sua inauguração. No ano de 1939 foi reconstruído adotando linhas arquitetônicas racionalistas e suas obras concluídas no ano de 1948.

⁴⁶ Clube da elite santista, teve várias sedes nas imediações do bairro da Vila Nova, em 1919 transferiu-se para av. Conselheiro Nébias, no ano de 1934 mudou-se para avenida Presidente Wilson nº em frente ao mar e atualmente sua sede é na Av. Washington Luiz 564, 4ª e 5ª andares.

⁴⁷ Fundada em 25 de maio de 1890, por três mestres-de-obras, Thomaz Antônio de Azevedo, Leonardo Antônio de Castro e Francisco Gardini, que almejavam criar uma entidade beneficente e instrutiva somente para operários. Em 1898 fundou uma escola com o nome de Escola Operaria e posteriormente Escola Modelo, (Funciona na avenida Ana Costa) mantida com a contribuição dos associados. Disponível em: <<http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0250c.htm>>.

⁴⁸ Fundada no dia 7 de abril de 1916, mantido pela Sociedade Amigos dos Pobres, tendo como líder o coronel Joaquim Monte Negro, sendo este o primeiro Albergue Noturno do Estado de São Paulo. Além de receber diversos migrantes, no período inaugural recebeu diversos imigrantes vindos da Europa na Primeira Guerra Mundial. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0260112.htm>

⁴⁹ O Mercado Municipal, planejado na década de 1940 e construído no início dos anos 50, favoreceu a nova "vocação", e ao seu redor se firmou o mais forte comércio atacadista da área de produtos agrícolas de Santos.

⁵⁰ Entrou em decadência dando lugar a um comércio de variados produtos e serviços e os casarões transformaram-se em casas de cômodos e cortiços. Algumas das grandes residências foram transformadas em cortiço e seus porões altos receberam em condições ínfimas de saúde uma população que veio marcar esse bairro durante muitas décadas perdurando até os nossos dias.

uma nova mentalidade em termos de moradia. E as famílias mais ricas começam a construir residências na Conselheiro Nébias ou Ana Costa ou nas praias do Boqueirão, Gonzaga e José Menino. (MONDIN, 1982).

É nesse bairro de Vila Nova, já entrando em decadência, mas com resquícios de uma arquitetura que lembra o período de apogeu, que vai se criar a Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio.

A nova fase da instituição, com a ocupação do novo prédio em 1930, ocorre no momento em que o país está passando por transformações políticas e sociais, marcadas por uma grande crise econômica mundial, atingindo o Estado de São Paulo, centro da produção e exportação do principal produto do Brasil, o café.

2.7 O contexto Social e Político do Brasil 1920-1930

A década de 1920, segundo Faoro (2001), foi marcada por um processo de urbanização. No entanto, esse crescimento não era consequência de um processo de industrialização, mas de crises do setor agrário: em São Paulo, mais especificamente a cafeicultura, que buscava certa estabilidade vivida anteriormente a 1914. Essa população que aportava nas cidades tinha o setor público como grande empregador, apontando um crescimento quantitativo e não qualitativo, formado por um grande contingente humano sem escolaridade.

Na segunda metade dos anos de 1920, a economia, segundo Faoro (2001), retomou o crescimento vivido anteriormente a Primeira Guerra Mundial, consequência da recuperação política e econômica da oligarquia cafeeira poderosa, com o crescimento da produção e exportação de café no período entre 1924 e 1927, marcado por certa tranquilidade e equilíbrio, com safras normais e absorvidas pelo mercado mundial, da ordem de 11% ao ano entre 1920 e 1928, e o porto de Santos o grande centro comercializador e exportador do produto.

Os movimentos educacionais, entretanto, não são frutos apenas das reações econômicas, sociais e políticas

embora a riqueza de uma sociedade e a oferta de oportunidades educacionais estejam intimamente ligadas; embora o sistema educacional deixe ver bem claro as desigualdades sociais e os interesses das classes dominantes, o movimento educativo adquiriu também uma dinâmica própria decorrente da universalização do ensino (...) muito frequentemente, medidas educacionais (ampliação de rede escolar ou

melhoria qualitativa do ensino) conduzem a novas iniciativas dentro do setor (PAIVA, 2015, p. 30).

A crise econômica de 1929 desabou sobre a agricultura brasileira, deixando o lavrador e o comissário do café endividados, com uma produção industrial representada por metade da produzida pela agricultura, e vendo o mundo despencar sob a depressão mundial. A posição econômica do Brasil, que já era perigosa antes do *crash* financeiro e antes do final de 1929, foi ampliada. No entanto, esta por si só não explica os problemas enfrentados pela economia e política brasileira.

A crise de 1930 foi sendo construída durante a década de 1920 com uma lenta desintegração ideológica do regime republicano, com a transformação de alguns elementos como o federalismo e concentra-se num presidencialismo forte da política café com leite (São Paulo e Minas Gerais). O país, com sua economia essencialmente agrícola, faz sua transição para as indústrias. O liberalismo cede lugar ao intervencionismo estatal destacando que: “Estas oscilações, com reformas secundárias, ao invés de satisfazer as reivindicações, confirmam o humor cético, acentuam a descrença do sistema, sugerem a reorganização do teatro e a aposentadoria dos atores” (FAORO, 2001, p. 802) Em alguns estados os partidos perderam o poder, havendo restrições à sua autonomia estadual com uma extensão dos poderes federais, enfatizando-se que após o governo de Washington Luís ocorreu uma crise nacional que se prolongou por muitos anos.

Getúlio Vargas foi colocado como a opção política para o país, em decorrência do rompimento da política “Café com Leite”.

Um governo de transição que não seja um reformador radical, nem se emperre na resistência sistemática às medidas liberais e tranquilizadoras, mas facilite a tendência espontânea para que se forme em todo país uma opinião pública vigilante e bem orientada. Esse liberalismo que alguns pretendem amesquinhar é uma realidade irrecusável e Minas é a sua expressão mais eloquente. (FAORO, 2001, p.808).

No ano de 1932⁵¹, no Estado de São Paulo, entre os meses de julho a outubro, ocorreu a Revolução Constitucionalista, um movimento armado cujo objetivo era derrubar o governo provisório de Getúlio Vargas e restituir a ordem constitucional vigente até o ano de 1930. Do ponto de vista militar, o estado saiu derrotado; o mesmo não podia se dizer da economia pois, num quadro de grave crise mundial, o governo continuou comprando e retendo estoques de café e rescalonando as dívidas dos grandes produtores, entre outras medidas.

⁵¹ Disponível em: <<https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/Revolucao1932>>

CAPÍTULO 3 - UMA ESCOLA NORMAL LIVRE PARA SANTOS

A formação de professores primários na cidade de Santos ganhou nova configuração a partir do ano de 1928, com a criação do Curso Normal de Formação Profissional de professores na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos. Seguiu-se a compra de imóvel próprio para a instituição e seu entorno, as adequações à legislação, a organização do curso com a seleção dos ingressantes, onde o feminino predominou. Destacam-se as proposições em 1917 e 1926 de uma escola normal para a cidade e região e as legislações e decretos que promoveram reformas na formação de professores primários paulistas nos primeiros anos da década de 1930.

3.1 Proposições para criação de uma Escola Normal para a cidade de Santos

Desde o início do século XX, a criação de uma Escola Normal para a cidade de Santos foi motivo para embates entre os poderes constituídos e a sociedade, que via a necessidade de uma instituição de ensino para formar professores equiparada às escolas oficiais. A região litorânea do Estado de São Paulo, destacadamente a cidade de Santos por sua importância econômica, política e histórica, não fora agraciada nos primeiros anos republicanos com uma instituição de ensino oficial para formar professores primários.

Sobre a criação de uma Escola Normal oficial, portanto pública, para a cidade de Santos as discussões aconteciam, pelo menos, desde o ano de 1914. Segundo Carvalho (2010), o jornal *A Tribuna* destaca a importância da Escola Normal para a elevação da instrução da cidade de Santos e toda região litorânea de São Paulo e apresentava sugestões e meios para conseguir essa instituição. Ao mesmo tempo fazia críticas ao governo do Estado pelo descaso com o município: o referido jornal observava cidades, não tão relevantes economicamente quanto Santos, que já haviam conseguido as “boas graças” dos poderes políticos, o que demonstrava o pouco prestígio político da cidade.

Segundo Paiva (2015), por volta do ano de 1870, quando foi verificado um surto de desenvolvimento na economia do Brasil e as ideias liberais começam a ser introduzidas, aparecem os primeiros pronunciamentos em favor da educação do povo num sentido semelhante ao encontrado no ano de 1915, como exposto pelo jornal. Este relembra o ano de 1888, estabelecendo que era necessária a construção de grupos escolares e cursos secundários para a região, quando o vereador Manoel Alfaia Rodrigues sugeriu a criação de um imposto sobre a exportação de café pelo porto de Santos para construção de um prédio monumental,

para abrigar as escolas isoladas e uma secção de conferências, para desenvolver a instrução pública e a educação cívica. (PEREIRA, 1996).

A partir do ano de 1915 foi cogitada a criação de um imposto *per capita* para disseminação da instrução pública, bem como para a criação de uma escola normal e de um Ginásio. A pretendida Escola Normal não seria mais uma simples promessa, pois sua aquisição havia se tornado um compromisso do Partido Republicano Municipal, que em seu manifesto a reconhecia como estabelecimento necessário e indispensável para Santos (CARVALHO, 2010, p.34).

Faz-se necessário destacar a presença de opositores, grupo formado, segundo Vieira (2011) pela elite letrada da cidade composta por professores que atuavam tanto no Liceu Feminino como também na Escola de Comércio. Adolpho Assis Porchat⁵² argumentou que o Liceu Feminino e sua existência dispensavam a criação de uma Escola Normal, defendendo a manutenção e o aumento da subvenção por parte da municipalidade, e que as alunas egressas da instituição prestassem exames na Escola Normal da Capital e seus diplomas fossem reconhecidos.

Artur Porchat de Assis⁵³ argumentou que a criação de uma Escola Normal na cidade seria inconstitucional, que para tal fim era necessária uma lei que a equiparasse à Escola Normal de São Paulo e alegou que “se a escola fosse ter fins meramente regionais, seria preferível criar uma Escola de Artes e Ofícios e anexar a ela o Liceu Feminino” (VIEIRA, 2011, p. 124).

Delfino Stockler Lima, que atuava como inspetor literário do município, segundo Vieira (2011), aproximou-se do grupo ligado a Escola de Comércio e do Liceu Feminino, avaliou a necessidade da verba, mas para outras finalidades educacionais do município, como aumento do pagamento dos professores, construção de prédios, material didático. “Manteve-se à parte dessa discussão, sem entrar em confronto com os irmãos Porchat de Assis e sua rede de solidariedade”⁵⁴ (VIEIRA, 2011, p. 125).

A partir do ano de 1916, os discursos deixaram de ser frequentes, e os editoriais de A Tribuna passaram a tratar dos programas de ensino das Escolas Normais. No ano de 1917, as discussões declinaram e foi publicada uma mensagem do presidente do Estado.

⁵² Professor e Diretor da Escola de Comércio desde o ano de 1907 até o ano de 1933.

⁵³ Professor e Diretor do Instituto Dona Escolástica Rosa e do Liceu Feminino Santista e outras instituições da denominada rede de solidariedade, segundo Vieira (2011)

⁵⁴ Essa rede (VIEIRA, 2011) atuava em diversas entidades da cidade como: Academia de Comércio, Liceu Feminino Santista, Asilo de Órfãos e Instituto Dona Escolástica Rosa e contava com o apoio da Maçonaria.

O diário alegou que a grande aspiração da cidade de Santos, sempre fora a obtenção de uma Escola Normal que atendesse a toda região litorânea, e que acreditara que com a inauguração de uma nova situação política em que o governo do Estado apoiava o Partido Republicano Municipal, a sua obtenção seria possível. Contudo, o Sr. Azevedo Jr., representante do município e do partido no congresso, teria se convencido, após consulta ao governo, de que as Escolas Normais existentes eram suficientes para atender ao Estado (CARVALHO, 2010, p.36).

Neste período é perceptível um alinhamento das forças políticas do município, da “elite letrada” com o governo estadual, e a linha editorial do jornal *A Tribuna*, que deu grande destaque para a vitória do Partido Republicano Paulista (PRP) para a Câmara dos vereadores e o prefeito, empossados no ano de 1917.

Com a composição entre as forças políticas da capital e do município, o jornal passou a destacar que era preciso verificar a distribuição das Escolas Normais no Estado de São Paulo, e procurou evidenciar os bons serviços prestados pela então Escola de Comércio e nascente Associação Instrutiva Escola José Bonifácio⁵⁵. Destaca com a publicação na coluna *Pela Instrução* do dia 14 de janeiro de 1917, a relação dos alunos matriculados no curso primário, destacando, entre outros, o nome das filhas do então empossado presidente da Câmara Municipal de Santos, Antônio Freitas Guimarães.

3.1.2 Proposição de uma Escola Normal Rural para o Litoral Paulista

As discussões para a criação de uma Escola Normal para Santos e região são retomadas a partir de 1926, quando o Inspetor Geral das Escolas Normais, Cesar Prieto Martinez, propõe a criação de uma Escola Normal Rural para atender as especificidades da região litorânea do Estado de São Paulo (ANUÁRIO, 1926).

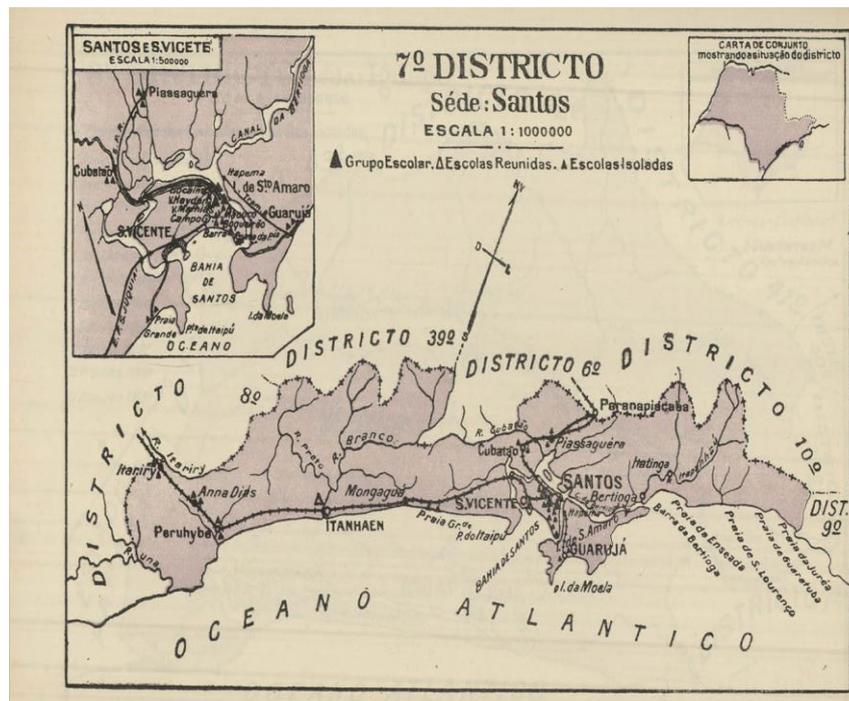
Santos, desde o fim do século XIX, foi marcada por um crescimento urbano com a chegada de migrantes e imigrantes, e, segundo Pereira (1996), estes se concentravam na construção das ferrovias e das docas de Santos. Muitos que ali aportaram seguiram os caminhos em direção ao litoral sul e ao Vale do Ribeira, formando centros urbanos e inúmeras comunidades dispersas e isoladas. Nessas regiões havia um número insuficiente de escolas, e as que existiam funcionavam com professores leigos.

A região tinha uma população formada por quilombolas espalhados por toda região, caiçaras na faixa do litoral, caipiras e imigrantes, principalmente japoneses e outros

⁵⁵ A anterior Escola de Comércio “José Bonifácio de Santos” passou a ser denominada Associação Instrutiva Escola José Bonifácio (AIEJB) após o ano de 1917, em consequência da desoficialização e a partir de 1928 por força de mudanças no estatuto passou a ser denominada Associação Instrutiva José Bonifácio (AIJB).

em menor número de norte-americanos, austríacos, alemães, com uma economia voltada para a policultura, com a produção da mandioca, cana-de-açúcar, chá e arroz. O litoral norte era uma região com baixa densidade populacional e uma economia voltada para a pesca. “No começo do século XX essa região, assim como o litoral sul era conhecido pela existência de “Cidades mortas”, com a população também em declínio” (DIEGUES, 2007, p.11), além de crise na economia e o abandono das autoridades públicas.

Figura 13:– Sétimo Distrito Educacional do Estado de São Paulo



Fonte: Anuário de Ensino 1926 p. 389⁵⁶

Era uma região de difícil acesso e a construção de uma estrada de ferro e estradas de rodagens nas primeiras décadas do século XX, complementando o transporte fluvial e marítimo, melhorou a comunicação com Santos.

Com a posse de Júlio Prestes e a nomeação de Amadeu Mendes no ano de 1927 para a Diretoria de Ensino, a questão da criação de uma escola para formar professores voltou à discussão, que já havia desde o ano de 1926. A carência de professores para as escolas primárias era grande, e a criação de uma escola normal para atender Santos e região “provocaria depressa a instalação de outras nos pontos mais apropriados, dotados de um curso

⁵⁶ O Sétimo Distrito Educacional do Estado de São Paulo era formado pelos municípios de Santos, São Vicente, Itanhaém, Iguape, Cananéia, Jacupiranga, Xiririca, Guarujá, Villa Bella e Ubatuba. Destaque para linha férrea que possibilitou o desenvolvimento e criação de novos municípios no litoral sul do Estado de São Paulo.

simples e rápido, capaz de resolver a difusão do ensino”⁵⁷ (MARTINEZ, 1926, p.205). A criação de uma escola normal rural para o litoral foi assim destacada:

Em relação ao litoral poder-se-ia, a meu ver, tomar uma medida de grande alcance, com a criação de uma escola normal rural em Santos, destinada a receber candidatos de toda faixa litorânea. O regime desse estabelecimento poderia ser o de internato e o curso, por isso, de dois anos com aulas pela manhã e à tarde (ANUÁRIO, 1926, p. 204).

Seria um curso diferenciado dos existentes, voltado para as necessidades locais, para melhor desempenho junto às populações rurais, além de promover o progresso de uma região que destoava por completo da vida de São Paulo.

Destaca-se que raríssimos eram os alunos que ao término do curso normal se instalavam na zona rural, afastados dos centros populosos, que somente alunos oriundos dessas regiões radicados no meio rural poderiam vir a atender nessas regiões, e que as escolas normais existentes dificultavam e muitas vezes impossibilitavam a vinda de candidatos vindos do sertão.

A alegação sobre a escolha de Santos foi justificada devido a sua localização entre o litoral norte e sul, e a população que reside nesta parte do território paulista encontra-se em contato com ela, uma vez que muitos têm negócios na cidade ou conhecidos e parentes que fixaram suas moradias neste local.

A região litorânea era inóspita, e as exceções eram as cidades de São Vicente, Guarujá e Santos. Era uma das regiões do Estado de São Paulo que carecia de uma escola para a formação de professores para as escolas isoladas e poucos grupos escolares. A exceção era a cidade de Santos, que contava com o Liceu Feminino Santista.

3.2 Liceu Feminino, um marco na formação de professores

A cidade de Santos contava para formação de docentes desde 1902 com o “Liceu Feminino Santista”. Teve seu primeiro pedido de equiparação oficial no ano de 1905, solicitação encaminhada pela Associação Comercial de Santos. Negada a equiparação pelos poderes públicos, continuou a funcionar “como uma verdadeira Escola Normal Livre” (TANURI, 1979, p. 201).

O primeiro projeto, segundo Tanuri (1979), que permitia à iniciativa privada e às Câmaras Municipais de criar escolas normais municipais e equipará-las é do ano de 1900, e

⁵⁷ A proposição de uma Escola Normal voltada especificamente para as questões do litoral paulista foi do Inspetor Geral das Escolas Normais e Ginásios do Estado de São Paulo Cesar Prieto Martinez no ano de 1926.

estabelecia que: “o instrumento da equiparação que, nessa época, já estava previsto para estabelecimentos estaduais e particulares de ensino secundário e superior, relativamente aos padrões federais, era sugerido também às “escolas normais livres” que se criassem em relação às congêneres estaduais” (TANURI, 1979, p.196).

O referido projeto exigia várias condições para que ocorresse a equiparação, como: a) plano e programa de ensino que deveria ser de acordo com o da Escola Normal do Estado; b) patrimônio financeiro; constituição judicial da instituição e que esta deveria passar por uma inspeção prévia do Inspetor Geral de Ensino para verificação da idoneidade do diretor e do corpo docente, as condições físicas da escola e seus equipamentos.

O “Liceu Feminino Santista”, fundado pela professora Eunice Caldas, tinha a finalidade de proporcionar “educação gratuita da Criança e da mulher e especialmente desta” (Art.1, estatuto da Associação Feminina Santista, A.F. S 1903). Atendendo a moças maiores de 12 anos, o “Liceu Feminino Santista” formava alunas para o magistério, já que “sua finalidade segundo o Art.2º do Regulamento da Associação Feminina Santista (AFS), era ministrar o ensino das matérias que compunham o Curso da Escola Normal de São Paulo” e preparar professores em curso complementar para as suas Escolas Maternais. A referida escola funcionava em regime de gratuidade, vivendo de contribuição de associados e subvenções governamentais, embora as alunas com recursos pagassem pequenas taxas de matrícula.

O Liceu formou professores para o ensino de suas escolas maternais e por força política da elite teve a preferência no acesso ao magistério municipal, quando sua força política – apesar da luta – não foi suficiente para equiparação à Escola Normal da Praça (PEREIRA, 1996, p.5).

3.3 Ingresso na Escola Normal Livre de Santos

Figura 14: Anúncio da criação da Escola Normal de Santos



Fonte: Jornal A Tribuna 14/1/ 1928, p.9.

Com a promulgação da Lei 2.269/1927 (SP), era preciso tornar pública a criação do novo curso. A instituição publicou no jornal *A Tribuna* os anúncios de matrículas para os cursos, que ocorriam no mês de janeiro; porém no dia 14 do referido mês, foi destacado o curso normal em anúncios publicitários, e posteriormente publicado ainda a “inscrição geral de allumnos e allumnas para documentação ao pedido dirigido ao governo para o funcionamento oficial da Escola Normal de Santos” (A TRIBUNA, 25/1/1928). No mês de janeiro de 1928 há uma continuidade de anúncios comunicando o curso normal, e o jornal traz reportagem dando destaque aos Artigos 23 e 25 da Lei 2.269, a relação nominal das alunas inscritas e suas filiações paternas, enfatizando que:

Os professores diplomados nas Escolas Normaes Equiparadas gozarão de todos os direitos dos professores diplomados pelas escolas officiaes. O professor que tiver regido Escola Rural 200 dias, terá direito para nomeação para Escola e o professor da Escola Urbana que tiver regido durante 200 dias, poderá ser nomeado adjunto grupo Escolar (A TRIBUNA, 28/1/1928, P.2).

Figura 15 Primeiros alunos inscritos para o primeiro exame de seleção 1928

ESCOLA NORMAL

Respondendo a varias consultas que nos têm sido feitas, reproduzimos, na integra, o artigo 23, do decreto 2.245, de 26 de dezembro de 1927, que criou as Escolas Normaes Livres no Estado:

Art. 23 — Os professores diplomados pelas Escolas Normaes equiparadas, gozarão de todos os direitos que têm os diplomados pelas escolas officiaes.

Esses direitos se encontram no art. 25, da citada lei: "o professor diplomado que tiver regido Escola Rural durante 200 dias, terá direito á nomeação para Escola Urbana e o professor da Escola Urbana, que tiver regido durante 200 dias, poderá ser nomeado adjunto de Grupo Escolar.

Até hontem, inscreveram-se mais os seguintes candidatos: Abigail de Sousa Ablas, filha de Antonio Ablas; Francisca Pinto Queiroz, filha de Francisco Queiroz Moreira Junior; Maria Christina Garcia, filha de José Garcia; Eucharis Bieudo Trindade e Eunice Bieudo Trindade, filhas de Jocelyn Trindade; Isaura Peres Gago, filha de Candido Peres Gago;

Rosa Aulcinio Gomes, filha de Paulo Gomes; Judith Guedes, filha de Manoel Guedes; Nathercia Soalheiro, filha de Victor Soalheiro; Dulce Espinhel, filha de João de Sant'Anna Espinhel; Lucilia Leite de Carvalho, filha de Arthur Leite de Carvalho; Maria de Lourdes Orselli, filha de Emygdio Orselli; Esther Lima, filha de Victor Lima; Iracy Rodrigues, filha de Carlos Rodrigues; Nicia da Cunha Alves, filha de João Ezequiel Alves; Lauro da Cunha Alves, filho de João Ezequiel Alves; Yvonne da Cunha Brito, filha de Dermeval da Cunha Brito; Olga Sedeh, filha de Jerge Sedeh; Dulce Leite Cidade, filha de Hermilino Cidade; Maria Amalia Jardim, filha de Carlos Jardim; Isa de Pontes e Izaide de Pontes, filhas de João Fernandes Pontes; Niége Messina, filha de Geraldo Messina; Julia Pinto de Oliveira, filha de Alexandre Oliveira; Neusa Teixeira Coelho, filha de Tancredo Coelho; Ary Sousa, filha de Cleone Sousa.

Candidatos Inscriptos até hontem, 73.

Fonte: Jornal A Tribuna 25/1/1928

Assim sendo, o artigo 25 da lei que criou as Escolas Normais Livres determinou que, a atuação como professor adjunto de grupo escolar somente poderia acontecer após 400 dias de efetivos exercícios em escola rural, dado que não foi citado anteriormente pelo jornal. Tornando público o novo curso, a AIJB contou com um número de 113 alunos inscritos.

Para ingressar no curso normal, os candidatos passaram por exame de admissão. O Livro ata da AIJB do ano de 1928 registra o primeiro exame de admissão da Escola Normal Livre de Santos, o "Curso Normal de Formação Profissional de Professores" da AIEJB, curso autorizado a funcionar pelo governo do Estado de São Paulo de acordo com as instruções publicadas no diário oficial do dia dezenove de fevereiro de 1928.

Quadro 6: Alunos Ingressantes da Escola Normal da AIJB

ANO	CANDIDATOS INSCRITOS	INABILITADOS	REPROVADOS	MATRICULADOS
1928	113	7	1	103
1929	77		2	75
1930	67	5	4	58
1931	51	2	*	9
1932	19	-	-	19
1933	47	-	-	47

Fonte: Livro Atas de Exames AIJB

As disciplinas que avaliavam os alunos para ingressar no curso normal foram: Português, Aritmética, Geografia, História do Brasil, Álgebra, Geometria, Francês e Ciências Naturais. Para os anos posteriores foram acrescentadas Música e Desenho. Destaca-se que as duas primeiras disciplinas eram eliminatórias. Os candidatos aprovados, classificados e matriculados formaram duas classes.

No ano de 1931 dos 51 alunos inscritos para o ingresso no Curso Normal da AIJB 37 foram reprovados em Aritmética, três foram reprovados em todas as disciplinas, um eliminado na inscrição, um faltou e um foi eliminado pelo inspetor da prova. Segundo os dados da própria instituição ocorreu uma aprovação de 18,3% (LIVRO ATA DE EXAMES, 1931).

Observa-se que, no ano de 1931, os cursos normais passaram a ter duração de quatro anos, além da ocorrência de mudanças nos programas de formação de professores primários em relação à Lei nº 2.269 de 1927, com a inclusão de Literatura, substituindo Caligrafia, Inglês e Puericultura e exclusão das aulas de Educação Cívica (DECRETO Nº 4.600, SP).

As provas ocorreram nos dias seis, oito e nove de março de 1928, realizadas perante uma comissão nomeada pela Diretoria Geral da Instrução Pública do Estado de São Paulo, sendo o Inspetor Geral Benedicto M. Golvea e Adolpho Porchat de Assis o diretor. O curso era fiscalizado por inspetores⁵⁸ nomeados pelo Estado; o mesmo ocorreu nos anos posteriores.

⁵⁸ O Decreto nº 4.600 de 30/5/1929 criou categorias de Inspetores, com atribuições definidas: Os Inspetores Gerais, cujo artigo 13 do referido decreto determina as suas atribuições entre elas orientação didática, programas e horários, inspeção das Escolas Normais oficiais e livres e escolas maternais e organização do Anuário; os Especiais em número de quatro para um de trabalhos manuais; um de música; um de desenho e um de exercícios

O quadro a seguir demonstra que o curso no período estudado teve o ano de 1929 com o número maior de alunos matriculados, porém, a partir de 1930, há registro de 11 alunos transferidos no período de matrículas no mês de janeiro. O número de desistentes em 1928 foram 6 e duas licenças; 1929 foram 11 e um falecimento. No livro de matrículas observa-se que alguns alunos pagavam metade da taxa de matrícula, e haviam alunas “protegidas”, o mesmo ocorrendo nos anos posteriores.

Quadro 7: Número total de alunos matriculados

Ano	Total de matrículas
1928	103
1929	170
1930	157
1931	138
1932	139
1933	-

Fonte: Livro de matrículas AIJB 1928 -1933

A Lei nº 2.269 de dezembro de 1927, determinou as cadeiras e respectivos lentes para formação de professores e na AIJB.

Português e Calígrafia⁵⁹

Francês

Geografia

História da Civilização, do Brasil e de Educação Cívica

Matemática

Física e Química

História Natural e Higiene

Psicologia e Pedagogia

Didática

físicos. O Artigo 25. – determina que a função dos inspetores especiais, que era somente técnica para ser exercida nas escolas normais oficiais e livres, profissionais, complementares e preliminares. Os distritais eram nomeados entre os diretores, com no mínimo de dois anos de exercício no cargo. O Artigo 27 determinava suas incumbências destacando a verificar a legalidade do funcionamento das escolas particulares do distrito, visitar assiduamente as subvencionadas para orientar o ensino e atestar a matrícula e frequência dos alunos e inspecionar as municipais e os auxiliares de inspeção municipais que no Artigo 30 § 2º determinava que este devesse ser ocupado por diretores de grupo ou de escolas reunidas do município, ou qualquer professor de escola isolada, indicado pelo inspetor distrital, sempre que haja, pelo menos, três escolas isoladas providas.

⁵⁹ Calígrafia - a arte de falar com boa dicção e elegância. Dicionário Michaelis. Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/definicao/califasia%20_921655.html>

Desenho

Música

Ginástica (masculina e feminina)

Trabalhos Manuais

Ressalta-se que, para as disciplinas de Didática e Pedagogia, a Lei 2.269 (1927 SP) determinava que esses professores fossem nomeados pelo governo do Estado e custeados pelas escolas. Sendo o curso misto, prevalecia a presença do feminino: a relação de aprovados consta somente o nome de um aluno do sexo masculino, mesmo que na lista de inscrição houvesse um número superior de inscritos. Entre os ingressantes, Odair Souza Coelho, que inclusive ingressou no 4º ano do magistério no ano de 1931.

3.4 Entre Marias, Carmelitas e...

Não foi possível nesta pesquisa dar visibilidade a todos os alunos ingressantes na Escola Normal da AIJB, que se alicerçou como uma escola procurada pelos segmentos médios. Era uma escola normal mista, onde o feminino predominou, como no ano de 1928, com três inscritos e um aluno aprovado. No ano de 1929 consta, entre inscritos e aprovados, apenas membros do sexo feminino o mesmo ocorrendo nos anos posteriores. Entre os promovidos para o 4º ano nos anos de 1932 e 1933 nas relações do livro de matrículas é marcante a presença feminina.

Oriundas de famílias que podiam dispor de R\$ 60:000 (Sessenta Mil Réis) novos para a mensalidade escolar, de famílias dos estratos sociais mais abonados, formada por profissionais liberais, médicos, advogados e comerciantes, de Santos e cidades da região, demonstra que a escola normal que se consolidou a partir de 1930 foi sendo frequentada, por mulheres economicamente mais favorecidas (PIMENTA 2012).

Num ambiente urbano, onde a emancipação e direitos políticos estavam sendo discutidos e conquistados, e para que pudesse atuar nessa sociedade, a educação da mulher era de grande importância; porém era preciso não descuidar do trato materno e dos cuidados com a vida doméstica. “Essa era a via pela qual poderiam conquistar o espaço público, isto é, valorizando seu trabalho no lar e sua grande responsabilidade de educar as futuras gerações” (ALMEIDA, 1994, P.80). A escola primária possibilitou a inserção das mulheres ou de um grupo pertencente a um determinado extrato social no campo profissional e estas eram vistas com agrado tanto pelos dirigentes do sistema escolar como pela sociedade.

Com o aumento do número de Escolas Normais, para Almeida (2004) ficou evidente o acesso das classes médias que viam no magistério possibilidade de ascensão, e as

jovens normalistas principiaram a desfrutar de uma maior liberdade pessoal. O exercício da profissão era envolvido de respeitabilidade, permitiu a profissionalização e a feminização.

O magistério era trabalho intelectual e assalariado sem conotação pejorativa; tinha o poder de conceder uma palavra mais abalizada num meio de ignorante; conferia mobilidade social, maior liberdade e respeito entre as classes trabalhadoras e possibilitava bem estar econômico. (ALMEIDA, 1994, p.82).

As normalistas eram da área urbana de Santos, cidades da região e do Vale do Ribeira e da cidade de Iguape. Desta cidade destaca-se a matrícula, no ano de 1928, de duas irmãs Stella e Odila Rollo⁶⁰. No livro de matrícula de 1930 consta como aluna “protegida”, e foi premiada pela AIJB (não foi possível determinar os critérios para a premiação). Odila e Stela Rollo, ingressantes em 1928, foram concluintes do curso no ano de 1930 e classificadas para cursar o quarto ano do magistério em 1931, de acordo com a lei vigente no período. No ano de 1932 ingressa a terceira irmã, Lourdes Rollo. Nesta pesquisa não foi possível apurar a profissionalização das referidas professoras, porém existem evidências de que as que ingressaram na primeira turma, Odila atuou no Grupo Escolar Barnabé de Santos e Stela atuou nas cidades de Palestina e Guarulhos, e a terceira não atuou profissionalmente, portanto nem todas seguiram para o magistério.

Carmelita Proost Vilaça, descendente pelo lado materno dos Porchat de Assis e os Proost de Souza, consta nos livros ata como aluna “protegida”, recebeu prêmio da associação e fez o 4º ano do magistério, concluindo o curso no ano de 1932. Trabalhou em escolas de Iguape, na região do Vale do Ribeira, região de difícil acesso e mais pobre do Estado de São Paulo, posteriormente atuou na cidade do Guarujá e na cidade de Santos onde se efetivou. Faleceu no ano de 1958⁶¹.

Carmelita foi homenageada no ano de 1960 pela Prefeitura Municipal de Santos, que colocou seu nome numa escola especializada em crianças e jovens portadores de paralisia cerebral, no bairro da Ponta da Praia. Como professora, mereceu sempre elogios pela eficiência de seu trabalho e pelos ótimos resultados na programação de suas alunas. Na parte filantrópica, dispensava quase toda sua remuneração na aquisição de roupas, aventais, fitas e

⁶⁰ A questão dos “protegidos”, alunos que recebiam bolsas de instituições constando as seguintes denominações nos livros de registros contábil: a) protegidas do bispo; (b) protegida: prêmio da associação implantado no ano de 1913 ; c) protegida da diretoria; e) protegida professor Primo Ferreira (as filhas); f) protegida da diretoria (g) protegida da Câmara Municipal . Não foi possível apurar os critérios para a concessão das bolsas de estudo. Observa-se que no ano de 1931 as concessões dos “prestígios” foram ampliadas.

⁶¹ Disponível em:< <http://www.portal.santos.sp.gov.br/seduc/page.php?84.>>

objetos escolares necessários aos alunos, fundando na escola um pequeno dispensário e roupeiro Santa Filomena para as famílias do bairro.

Outros alunos da primeira turma ingressaram em grupos escolares de Santos e região, e, com a implantação do Grupo Escolar Brás Cubas em Santos, segundo Freitas (2011), é notória a presença de professoras ingressantes: Hadjina de França Pereira⁶², ingressante no curso normal em 1928 e concluinte em 1930; também Dulce Espinhel e Judite Mendonça, que foram graduadas no ano de 1932.

Hebe Kuwahara (2014, p. 32-33), na sua pesquisa de Mestrado sobre a Escola Estadual Visconde de São Leopoldo (anteriormente Grupo Escolar da Vila Macuco), destacou que a maioria das professoras fez o curso Normal na Cidade de Santos, diplomadas pela Escola Normal Livre José Bonifácio. Enfatiza ainda que o número de professores efetivos e substitutos formados pela instituição continuou bem acima das outras Escolas Normais existentes em Santos.

A Escola Normal da AIJB possui em seu quadro de ex-alunas aquelas que ganharam notabilidade por sua atuação na educação e outras que se tornaram nacionalmente conhecidas em outras áreas de atuação e profissões, como é o caso de Cacilda Becker Yáconis e sua irmã Cleide Becker Yáconis, vultos da dramaturgia brasileira, ingressantes na instituição no final da década de 1930. Outro nome é o de Cleide Alves Teixeira⁶³, inscrita e aprovada no ano de 1931, tornando-se nacionalmente conhecida como Ivani Ribeiro.

⁶² Não consta na lista dos cinquenta alunos promovidos para o 4º ano do magistério do ano de 1931.

⁶³ Atuou no rádio como cantora e compositora, adaptou peças de teatro e canções para diversos programas. Criou dois programas para a televisão. No ano de 1963 escreveu sua primeira telenovela para extinta TV Tupi de São Paulo. Trabalhou na TV Excelsior, Bandeirantes no ano de 1982 estreou na Rede Globo com uma série de tele novelas todas de grande sucesso nacional. Disponível em: <http://memoriaglobo.globo.com/perfis/talentos/ivani-ribeiro/trajetoria.htm>.

Figura 16: Primeiras formandas da Escola Normal Livre da AIJB.



Fonte: Jornal A Tribuna dia 22 de dezembro de 1933.

Entre as primeiras formandas da Escola Normal Livre da AIJB, destaca-se entre as alunas o professor Nicanor Ortiz. Professorandas: Alice Gomes Alves, Alice Martins, Alzira Lobo Viana, Diva Queiroz Fonseca, Edna Bueno Camargo, Francisca Dias Corrêa, Helyete Evangelista de Almeida, Josephina Antonieta Salvador, Julia Quaresma, Luisa Vivian Eiroz, Maria Andrade Filgueiras, Maria Nazareth Alvim Guimarães, Marina Pula, Mercedes Dias de Castro, Odila Rollo, Oriette Bueno Duarte, Stela Rollo, Virginia da Cunha Moutinho e Vanda de Freitas.

3.5 A Regulamentação da Lei das Escolas Normais Livres.

A equiparação das Escolas Normais Livres, para o presidente do Estado de São Paulo Júlio Prestes, foi a melhor solução para formar os professores naquele momento; o número de Escolas Normais Livres no período era superior ao número de Oficiais. A iniciativa foi justificada pelas dificuldades financeiras do Estado no período, levando a iniciativa privada a contribuir com o governo na tarefa de formar professores, ocorrendo aumento do número de matrículas (INOUE, 2015).

Meses antes do movimento de 3 de outubro de 1930, novas mudanças foram implementadas referentes à formação de professores: as legislações do ano de 1927 e 1928

foram regulamentadas no dia 30 de maio de 1929, com a publicação do Decreto 4.600 (SP), determinando e orientando o ensino nas escolas normais, pois “já se dava conta do potencial expansionista da referida iniciativa e procurava dotá-la de condições tendentes a assegurar a eficiência de sua atuação [...]” (TANURI, 1979, p.211).

Na regulamentação das Escolas Normais Livres ocorreu a permanência de artigos da lei que as criou, a 2.269/ 1927 (SP) e foram estabelecidas regras para novas equiparações e manutenção dos cursos existentes. O artigo 398 estabeleceu as seguintes condições:

a) ser a escola fundada e mantida por nacionais; b) que o diretor ou diretora da escola seja brasileiro nato; c) que o ensino das matérias do curso seja ministrado por corpo docente composto de nacionais; d) serem seus cursos e programas organizados de acordo com o regime adoptado nas escolas oficiais; e) observar a orientação didática emanada da Diretoria Geral; f) possuir um patrimônio mínimo de duzentos contos de réis, constituído por prédios, imóveis ou apólices da dívida pública. g) quando as escolas forem fundadas pelas municipalidades, o patrimônio poderá, a juízo do Governo, ser constituído por títulos da Câmara, depositados no Tesouro do Estado; h) ser situada em município que não possua escola normal oficial; i) ser o lente de pedagogia e didática de nomeação do Governo. (DECRETO Nº 4.600, ART. 398, SP).

O referido decreto estabeleceu que os municípios que já possuíssem um curso em regime de externato poderiam estabelecer outro curso para formação de professores em regime de internato, e que ambos podiam ser implantados em municípios que possuíssem escolas normais oficiais.

Também foram estabelecidas no artigo 332 diretrizes para o método de ensino e como este deveria ser aplicado em todas as disciplinas para que pudesse desenvolver no aluno o espírito intelectual e crítico. Determinou que não deveriam ser utilizadas lições ou apontamentos ditados ou apostilados, e estabeleceu o tempo de duração das aulas de cinquenta minutos, com intervalo de dez minutos.

Destaca-se que também foi criado um sistema de avaliação dos alunos com calendário preestabelecido, com provas na primeira quinzena do mês de junho e na segunda quinzena de novembro. Para realização das provas foi estabelecido no cronograma que cada aluno não devia fazer mais de seis exames por semana, e apenas um exame dessas disciplinas por dia. Para tanto, no calendário anual estava prevista a suspensão das aulas no dia 1º de junho e no dia 16 de novembro.

Para os alunos que ingressaram no ano de 1929 e 1930, as inscrições para a Escola Normal da AIJB foram realizadas no mês de outubro e os exames realizados em dezembro, de

acordo com as instruções expedidas pela Diretoria Geral da Instrução Pública para os Inspectores Fiscais. O diretor do curso no ano de 1929 era Adolpho Porchat de Assis, e Alfredo Moraes Rosa atuou nos dois anos consecutivos como Inspetor Fiscal.

Com regras mais específicas para os diretores das Escolas Normais, em 1930, a Escola Normal da AIJB tinha como diretor Delphin Stockler de Lima, que tinha entre as competências previstas no Decreto 4.600 (SP, 1929) artigo 375

1º - exercer a inspeção geral da escola, fiscalizar a observância dos programas e orientação do ensino, em todos os cursos, assistindo frequentemente às aulas; 2º - encerrar diariamente, o ponto do pessoal; 3º - justificar, por declaração no livro do ponto, as faltas do pessoal e conferir o mapa de faltas de comparecimento; 4º - dar posse e exercício aos professores e demais funcionários nomeados, contratados ou designados para a escola; 5º - aplicar ou propor a aplicação de penas ao pessoal da escola; 6º - nomear comissões examinadoras para os exames e propor ou designar quem substitua lentes e demais funcionários em licenças e impedimentos; 7º - providenciar no caso do artigo 360 e seu §, deste Regulamento; 8º - apresentar à Diretoria Geral os mapas mensais do movimento da escola; 9º - tomar as medidas urgentes que não tiverem sido previstas por este Regulamento sujeitando-as à aprovação do Governo.

No ano de 1930 a Associação Instrutiva José Bonifácio passou a ocupar novo endereço nas imediações do espaço ocupado desde o ano de 1917. O prédio, adquirido no final do ano de 1927, permitiu a transferência da sede para uma das avenidas mais movimentadas de Santos, a Conselheiro Nébias, servida de transporte público, que facilitou o acesso para os novos bairros que estavam se desenvolvendo na cidade de Santos, em direção à praia.

3.6 Formação de professores, e as constantes modificações na legislação

Na educação paulista, no período de cinco anos, ocorreram mudanças relacionadas à duração com ampliações e reduções no tempo de formação dos professores.

1927- 1930 - três anos, Lei nº 2.269/1927.

1931 - quatro anos, Decreto nº 4.888 (SÃO PAULO, 1931), destacando que no Estado de São Paulo existiam dois tipos de curso normal, um com duração de três anos, os das Escolas Normais Livres, e os cursos das Escolas Normais Oficiais com duração de cinco anos.

1933 - dois anos, para professores primários Decreto nº 5.884 (SÃO PAULO, 1933) e no artigo 611 foram estabelecidas as normas para o curso.

O Estado de São Paulo, sob a égide de um interventor federal e tendo Manoel Bergstrom Lourenço Filho como diretor da Instrução Pública, suspendeu e tornou mais rígida as equiparações, por meio do Decreto nº 4.794 de 17 de dezembro de 1930, evidenciando sua intenção de combater as Escolas Normais Livres. Também estabeleceu que para a manutenção ou novas equiparações, as escolas normais oficiais deviam satisfazer as condições estabelecidas no art. 2º do referido decreto:

- a) Ter sido fundada e ser mantida por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades; b) ser dirigida por brasileiro nato; c) respeitar, em seus cursos programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais; d) funcionar em prédio de perfeitas condições higiênicas e pedagógicas; e) possuir mobiliário adequado, gabinete de ciências físico naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável; f) manter curso primário anexo, para a prática pedagógica; g) ocorrer às despesas dos exames de admissão e os do curso, que serão prestados perante bancas nomeadas pelo governo; h) ter um total de alunos que corresponda, no mínimo, a 15 por classe; i) depositar, cada ano no Tesouro do Estado, para que seja autorizada a abertura das aulas, a importância de Rs. 14:400\$000 (quatorze contos e quatrocentos mil réis), para o pagamento do professor fiscal, de que trata o art. 4.º e j) sujeitar-se á fiscalização da Diretoria Geral da Instrução Pública.

Percebe-se que foram estabelecidas novas regras para a fiscalização dessas instituições, com a supressão dos inspetores fiscais, ficando, então, estas funções para os professores de Psicologia e Pedagogia, que eram nomeados pelo governo mediante concurso de habilitação. Além das aulas das respectivas disciplinas, tinham as seguintes atribuições: a) o ensino de Psicologia e Pedagogia; b) a orientação do curso primário anexo e a superintendência do ensino de Didática; c) ter sob sua responsabilidade toda a escrituração administrativa da escola; d) autorizar a matrícula dos alunos e a inscrição dos candidatos à admissão; e) solicitar a dispensa dos professores da escola, desde que estes, mediante prova administrativa, mostrem não possuir a necessária capacidade técnica ou a assiduidade indispensável ao bom andamento do ensino.

Os inspetores das Escolas Normais tinham as mesmas regalias de funcionário público, porém seus vencimentos eram pagos pela instituição para a qual trabalhavam; caso ocorresse a cassação da equiparação da escola em que servia, este seria aproveitado no ensino no cargo de inspetor ou diretor de Grupo Escolar.

Na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos, para inspecionar o Curso Normal, o Diário Oficial do Estado de São Paulo, na edição do dia 16 de abril de 1931, publicou a nomeação da professora Maria Odete Mendes, que foi assim destacada pela Revista Flama:⁶⁴ “demonstrando que esta era qualificada para o cargo para o qual foi nomeada” (VENTURA 2013).

Figura 17: Prof.^a Maria Odete Mendes, inspetora da Escola Normal Livre “José Bonifácio”.



Fonte: *Revista Flamma*, outubro de 1931.

Com a reforma estabelecida por Lourenço Filho, a cidade de Santos, que contava com outra Escola Normal Livre a partir do ano de 1929, o Colégio São José, que funcionava em regime de internato para jovens do sexo feminino, teve sua equiparação suspensa em decorrência do Decreto nº 4.794 de 17/12/1930 (SP), voltando a funcionar no ano de 1931 com adequações do prédio e pedagógica; no ano de 1932, o mesmo solicitou a equiparação da Escola Normal Livre São José com as escolas normais oficiais do estado (SOUZA, 2010).

⁶⁴ Foi fundada no ano de 1921, trazia nas suas publicações assuntos variados: vida social, cultural, esportiva, comercial, estudantil e tudo mais que fosse do interesse dos seus leitores. No ano de 1931 assumiu a direção o senhor Nicanor Ortiz que era professor da AIJB e advogado, levando para a revista seu prestígio. Seu último nº foi publicado no ano de 1956. Disponível em: < <https://portogente.com.br/colunistas/laire-giraud/flama-a-mais-santista-das-revistas-18795>>. Acesso 22/11/2015.

Lourenço Filho, em fevereiro de 1931, promulgou o Decreto nº 4.888(SP) enfatizando que, naquele momento, São Paulo contava com um número excessivo de professores em disponibilidade, adidos, recebendo salários sem função pública. Esses fatos permitiram e justificaram a reorganização do ensino normal sem aumento de despesas e determinou que os Cursos Normais passariam a ter quatro anos de duração, com as seguintes disciplinas e lições semanais: (DECRETO 4.888, ART. 1º, SP).

Quadro 8: Disciplinas da Escola Normal e distribuição de aulas semanais

Disciplina	1º ano	2º ano	3º ano
Português e Literatura	3	3	2
Francês	3	3	-
Inglês	3	3	3
Matemática	4	3	-
Física e Química	3	3	-
Biologia, Higiene e Puericultura	-	2	2
Geografia e Cosmografia	4	3	-
História Geral e do Brasil	-	2	3
Psicologia e Pedagogia	-	-	4
Organização Escolar e Didática	-	-	4
Trabalhos Manuais e Desenho Aplicado	2	-	-
Desenho Pedagógico	-	-	3
Música	2	2	2

Fonte: Decreto nº 4. 888 (SP) de 12 de fevereiro de 1931, artigo 4º.

No ano de 1931, 50 alunas que ingressaram em 1928 foram promovidas para cursar o 4º ano da escola normal (LIVRO DE MATRÍCULA, AIJB, 1931), número máximo previsto pelo Decreto 4.888 (SP, 1931), sendo estabelecido que, havendo número maior de candidatos, deveria ser feito exame classificatório, o que ficou evidenciado na Escola Normal da AIJB. Entre os aprovados consta o nome de um aluno, Odair Souza Coelho.

Figura 18: Relação dos alunos promovidos para o 4º ano do magistério 1931

Escola Normal Livre "José Bonifácio" — Classificação e promoção dos alunos	
Promovidas para o 4.º ano —	
Mercedes Biller, média, 99;	Alzira L. Vianna Nogueira, 97;
Alíce Gomes Alves, 94;	Luisa Vivian Eiroz, 93;
Edna B. Camargo, 93;	Virginia Moutinho, 90;
Maria Andrade Filgueiras, 89;	Alice Martins, 89;
Lucilia P. Antunes, 88;	Odila Rollo, 88;
Diva Queiroz Fonseca, 87;	Maria de Lourdes Corrêa Leite, 87;
Oriette Bueno Duarte, 86;	Julia Quaresma, 86;
Francisca Dias Corrêa, 85;	Dula Queiroz Dias, 85;
Marcolina Menezes, 85;	Marina Pula, 85;
Josephina A. Salvador, 85;	Helyete Evangelista de Almeida, 85;
Wanda de Freitas, 83;	Odalir de S. Coelho, 82;
Mercedes D. de Castro, 82;	Clary de A. Camargo, 82;
Maria Nazareth A. Guimarães, 82;	Stella Rollo, 81;
Adyl Canellas, 81;	Orieta de S. Coelho, 80;
Zita Rodrigues de Freitas, 80;	Lucia Fernandes Vasconcellos, 78;
Alzira Fonseca Leite, 78;	Alzira Pinto Antunes, 77;
Alzira Cardoso, 77;	Eunice de Freitas, 77;
Maria Waldete	

Fonte: Jornal A Tribuna dezembro de 1931.

O 4º ano era um aperfeiçoamento pedagógico para os alunos das Escolas Normais com três anos de duração, segundo o decreto, que determinava que, além das atividades teóricas, os alunos participassem de atividades práticas. Ressalta-se que para esses alunos, diferentemente dos alunos formados na Escola Normal da Capital, o plano de estudos era o fixado no artigo 4º do Decreto nº 4.888 (SP, 1931), ocorrendo a repetição de matérias sem dispensa das matérias já cursadas.

Segundo Paiva (2015), neste período ocorreu uma mobilização com a promoção de cursos de aperfeiçoamento de professores com treinamentos de férias e as “semanas pedagógicas” no Estado de São Paulo, promovidos pela Diretoria Geral de Ensino e realizados nas Delegacias Regionais. O Art. 39 do Decreto nº 4.888 (SP, 1931) estabeleceu que os professores formados nos cursos de três anos, após cursos de férias durante três períodos consecutivos e com aproveitamento notável, teriam os mesmos direitos dos diplomados pelas escolas normais oficiais. “A qualificação do magistério colocava-se como ponto central da renovação da escola, como condição primeira para elevação da qualidade de ensino”. Tinham também a finalidade de difundir o ensino e reformar os sistemas existentes,

ocorrendo principalmente nos estados mais ricos, e nos estados com menores possibilidades econômicas a amplitude era reduzida” (PAIVA, 2015, p. 129).

A falta de uniformidade no desenvolvimento quantitativo e qualitativo da educação nos diversos Estados é um fenômeno observável desde sempre no país; as disparidades econômicas entre as diversas regiões manifestam-se também no plano de educação.

As novas alterações implementadas pelo decreto paulista de 1931 promovem a revogação de todos os decretos e leis que permitiam que os ginásios oficiais ou equiparados diplomassem professores para o magistério público e os alunos diplomados por essas instituições, entre eles o § 3º do artigo 2º e 3º e § único da Lei 341 do dia 16 de dezembro de 1912 e os artigos 52 e 53 da Lei nº 2.269 (SP, 1929), proibindo alunos do Ginásio de Ribeirão Preto de prestar exame de Pedagogia e Didática, que lhes dava o direito de exercer o Ensino Primário e gozar dos benefícios dos alunos normalistas.

Cabe ressaltar que, com a promulgação do Decreto nº 4.888 (SP, 1931), a Escola Normal da Capital foi convertida em Instituto Pedagógico de São Paulo, um órgão de formação técnica de Inspectores, Delegados de Ensino, de estabelecimentos escolares e professores do Curso Normal. Era constituído por a) jardim de Infância, b) Escola de Aplicação, c) Curso Complementar, d) Curso Normal, e) Curso de Aperfeiçoamento pedagógico.

Podiam matricular-se no curso de aperfeiçoamento pedagógico, segundo o decreto, professores diplomados em cursos com duração de quatro ou cinco anos e candidatos com curso ginásial completo. O artigo 13 destaca que os alunos matriculados no 5º ano da Escola Normal da Capital também podiam matricular-se no Instituto Pedagógico.

Os diplomados no curso de aperfeiçoamento do referido instituto podiam ser nomeados para as cadeiras isoladas dos municípios e da capital, independente de concurso, além do que eram preferidos para os cargos de Inspectores, Delegados de Ensino e diretores de Grupos Escolares.

No que tange à Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio, percebe-se que a instituição voltou seu foco para a etapa preparatória para formação de professores com o curso complementar de acordo com o Decreto 4.888 (SP).

3.7 Complementaristas da AIJB

A criação de um curso Complementar, anexo a Escola Normal da AIJB, foi oficializada na Assembleia Geral do dia 25 de janeiro de 1929, porém não foi possível evidenciar a efetivação da implantação do curso no referido ano. O Curso Complementar, na reforma Amadeu Mendes, de 1927, reapareceu como preparatório para o ingresso dos alunos nas Escolas Normais Livres e oficiais, porém não era obrigatório, pois alunos que cursavam o curso ginásial podiam ingressar no curso Normal mediante exame de admissão.

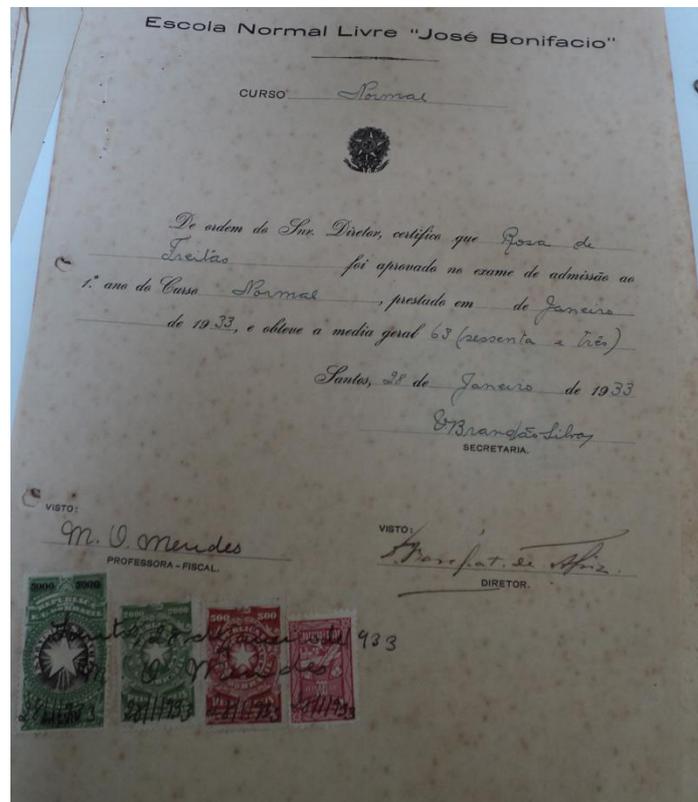
O Decreto nº 4.600 (SÃO PAULO, 1929), que regulamentou as Escolas Normais Livres, determinava no artigo 336 que 80% das vagas seriam reservadas para os alunos oriundos das escolas complementares anexas e os outros 20% preenchidas após exame de admissão, cujas matrizes das provas eram os programas dos cursos complementares. Portanto, mesmo não ocorrendo a obrigatoriedade, havia alunos que faziam um curso preparatório para as provas, aos 13 anos de idade, com o objetivo de ingressar no Curso da Escola Normal Livre após a realização do exame de admissão.

Figura 19: Ingresso no Curso Complementar 1932



Fonte: AIJB 1932

Figura 20: Comprovante do exame de admissão



Fonte: AIJB, 1933

Os cursos complementares eram uma etapa entre o curso primário, que era concluído entre dez e onze anos de idade, e para alunos que não ingressavam no curso ginásial⁶⁵. A ausência representava uma lacuna para o ingresso na Escola Normal, quando os candidatos deveriam ter no mínimo 14 anos completos para ingressar no curso com duração de 3 anos e 13 anos completos para os cursos de 5 anos da Escola Normal da Praça, na capital (DECRETO nº 4.600, SP).

Com a reprovação, eliminação e o ingresso reduzido de alunos no curso normal da Associação Instrutiva José Bonifácio, no ano de 1931, evidencia-se que o espaçamento entre o término do curso primário e o período para ingressar na Escola Normal levou à redução do número de aprovados. A instituição, então, voltou a sua atenção para o curso complementar, sendo que, neste ano, foram matriculados 50 alunos, seguindo o que estava estabelecido no Decreto nº 4.888 (SÃO PAULO, 1931). Os Cursos Complementares funcionavam com as seguintes disciplinas e lições semanais:

⁶⁵ No período estudado o Estado de São Paulo contava com 3 ginásios públicos e a cidade de Santos só após o ano de 1937. Restava, portanto, ginásios mantidos por instituições particulares.

Quadro 9: Disciplinas da Escola Complementar e distribuição de aulas semanais

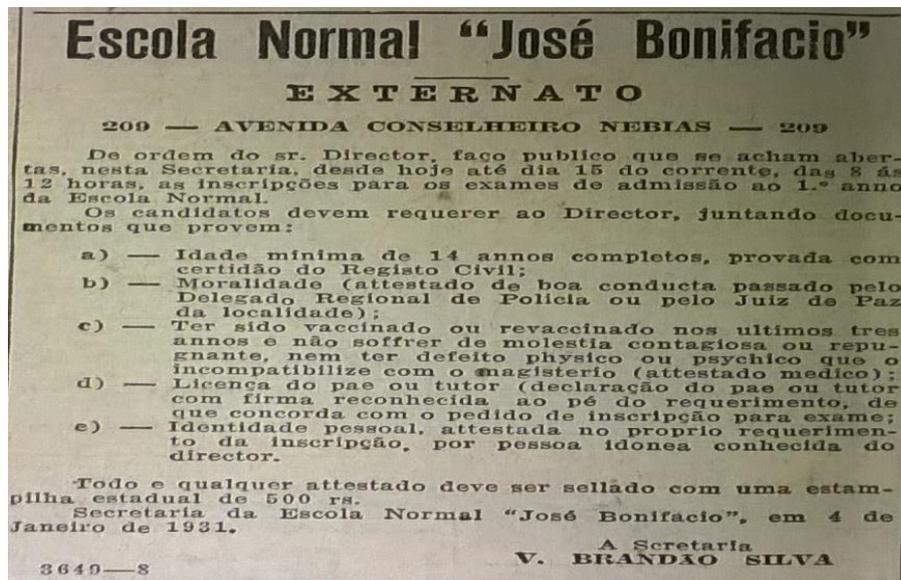
Disciplina	1º ano	2º ano	3ºano
Português	3	3	3
Francês	3	2	3
Matemática	3	3	3
Física e Química	3	2	2
Ciências Naturais e suas aplicações	3	3	2
Trabalho Manuais e Desenho Aplicado	3	3	3
Música	-	2	2

Fonte: Decreto nº 4. 888 (SP) de 12 de fevereiro de 1931, artigo 4º

Para ingressar em ambos os cursos, Normal e Complementar os alunos tinham que apresentar certidão de nascimento, atestado de saúde e de vacinação contra varíola, autorização paterna por escrito, atestado de bons antecedentes, comprovante de escolaridade e de residência. Para ingressar no Curso Complementar a instituição mantinha um curso preparatório para os alunos a partir de 10 anos que prestariam provas de admissão no referido curso, assim como para os ingressantes no curso ginásial.

Evidencia-se que entre os alunos matriculados, havia os que foram reprovados para o curso normal no ano de 1931, e os demais eram oriundos dos grupos escolares onde cursaram o ensino primário (São Leopoldo, Cesário Bastos, e o grupo escolar de São Vicente), constando o nome e a nacionalidade paterna destacadamente de portugueses, espanhóis e brasileiros (LIVRO MATRÍCULA ESCOLAR COMPLEMENTAR, 1931).

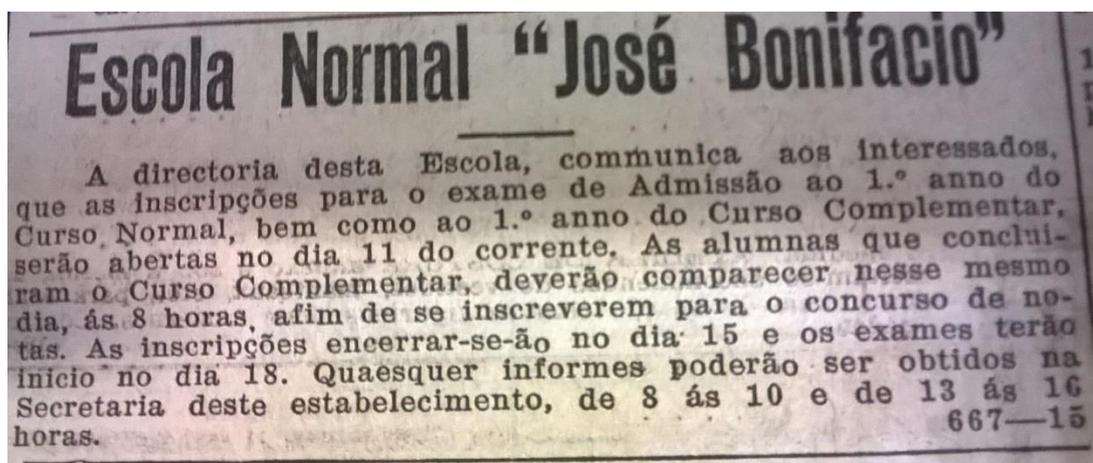
Figura 21: Exigências para ingresso no Curso Normal



Fonte: Jornal A Tribuna 5/1/1931

Para o ano letivo de 1932, a Escola Normal promoveu uma série de anúncios junto ao jornal A Tribuna, objetivando aumentar o ingresso de alunos para os cursos Normal e Complementar, sendo que estas deveriam prestar provas para concurso de notas.

Figura 22: Convocação matrículas dos Cursos Normal e Complementar



Fonte: Jornal A Tribuna 8/1/1932

Com o Decreto nº 5.846 (SP, 1933), o curso Complementar tornou-se uma etapa da Escola Secundária, que, além do curso fundamental de cinco anos, os alunos tinham mais um ano de matérias de introdução aos cursos da Escola de Professores com o seguinte programa:

História da Filosofia
 Estatística aplicada à Educação
 Fisiologia Humana (especialmente nervosa)
 Psicologia Geral
 Sociologia Geral
 Literatura Comparada
 Educação Física.

O curso secundário fundamental de cinco anos e o curso de formação profissional de dois anos tinham que ser organizados nos moldes dos estabelecimentos oficiais congêneres, bem como a escola primária para os exercícios de prática do ensino, condição essa para manutenção ou solicitação de equiparação.

As alterações promovidas nos cursos complementares nos anos que sucederam a Lei 2.269/1927 (SP), segundo o Anuário de 1936, foram umas das causadoras do agravamento da formação dos professores primários, e diversas foram as falas que se opuseram a essa mudança na formação propedêutica dos alunos dos cursos complementares, pois esta etapa preliminar, se não era a principal, era considerada uma das principais etapas voltadas para formação dos professores primários.

3.8 Movimentos Educativos e a Reforma Fernando Azevedo

O plano de reconstrução educacional é anterior à década de 1930, com a fundação da Associação Brasileira de Educadores (ABE) no Rio de Janeiro, em 1924, consolidando-se como entidade nacional em 1927: “para os que se aglutinaram, era preciso combater o “fetichismo da alfabetização intensiva”, valorizando-se o que se entendia por “educação integral”. (CARVALHO, 1989, p.41). Eram conferências, que aproximava educadores de todo país, proporcionando “marcha resoluta para uma política nacional de educação” (Idem, p.46).

A análise dos movimentos educativos brasileiros não parece deixar dúvidas a cerca de sua vinculação com objetivos de caráter político, com as lutas entre diversos grupos na disputa do poder político. (...) num primeiro momento, entre grupos dominantes: procura-se uma recomposição dentro do sistema. No momento posterior, quando a diferenciação ideológica já promoveu a identificação de grupos que pretendem uma transformação radical do próprio modo de produção, busca-se a recomposição do próprio sistema, uma modificação total da estrutura do poder. (VANILDA, 2015, p. 46).

Os debates se intensificaram na II Conferência Nacional de Educação, em Belo Horizonte, com a presença dos educadores paulistas e com a filiação da Sociedade de Educação à ABE ocorrido em 1928, desencadeando conflitos no ano de 1929 entre mineiros e paulistas (NERY, 1999).

Na década de 1930, a Instrução Pública Paulista foi marcada por diversas trocas na sua diretoria. Entre 1930-1933, o cargo foi ocupado por: Lourenço Filho, outubro de 1930 a novembro de 1931; Sud Menucci, novembro de 1931 a maio de 1932; João Toledo, maio de 1932 a outubro de 1932; Fernando Azevedo, janeiro 1933 a julho de 1933; Sud Menucci, 5 de agosto e 24 de agosto de 1933 e Francisco Azzi, agosto de 1933 e agosto de 1934.

Além das alternâncias nos cargos diretivos, Oriani (2015) destaca que ocorreram mudanças nas vertentes pedagógicas que serviram de balizas para as reformas implantadas no período, marcando a educação paulista e que estas estavam em sintonia com as reformas nacionais.

As renovações e modernização educacional e cultural que circulavam pelo país, segundo Labegaline (2009), levaram os professorandos a se confrontar com uma terminologia inédita: seus saberes foram estimulados mediante práticas inusitadas, com a introdução de novas disciplinas e palavras, como escola nova e escola ativa, e novos saberes passaram a circular nas Escolas Normais.

Educadores reuniram-se no ano de 1932 em torno de um Movimento de Renovação Educacional, difundindo ideias pedagógicas renovadoras, que segundo Labegaline (2009) foram elaboradas desde o século XIX, elaborando um texto direcionado ao povo e ao governo, o denominado manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

De acordo com o Manifesto a educação era regida por uma sucessão periódica de reformas parciais, frequentemente arbitrárias, sem solidez econômica, e sem uma visão global do problema, ou seja, o sistema de organização educacional do país era fragmentário e desarticulado e o aparelho escolar estava desorganizado, pois nunca chegamos a possuir uma “cultura própria” ou “cultura geral” sobre objetivos e fins da educação. Faltando espírito filosófico e científico, falta unidade e continuidade no plano de reformas do sistema escolar.

Segundo o Manifesto dos Pioneiros de 1932, a preparação dos professores primários não era adequada, destacando:

O magistério primário, preparado em escolas especiais (escolas normais), de caráter mais propedêutico, e, às vezes misto, com seus cursos gerais e de especialização profissional, não recebe, por via de regra, nesses estabelecimentos, de nível secundário, nem uma sólida preparação pedagógica, nem a educação geral em que

ela deve basear-se. A preparação dos professores, como se vê, é tratada entre nós, de maneira diferente, quando não é inteiramente descuidada, como se a função educacional, de todas as funções públicas a mais importante, fosse a única para cujo exercício não houvesse necessidade de qualquer preparação profissional. (MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO, 1932, p.13).

O documento enfatiza que, para os demais graus, os professores seriam formados em estabelecimentos de ensino secundário, nos cursos universitários, em faculdades ou escolas normais, elevadas ao nível superior e incorporadas às universidades. No entanto, alegava que a formação universitária dos professores era para elevar a cultura e abrir novos horizontes.

Fernando Azevedo, redator do Manifesto da Educação, assumiu a Instrução Pública do Estado de São Paulo em janeiro de 1933. No dia 21 de fevereiro de 1933 foi publicado o Decreto 5.846 (SP, 1933), a denominada “Reforma Fernando Azevedo”, que teve como finalidade regular a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformou o Instituto “Caetano de Campos” em Instituto de Educação, de nível universitário, reorganizou as escolas normais oficiais do Estado e estabeleceu providências para o ajustamento das Escolas Normais Livres à nova organização. Também foi o responsável pelo Decreto nº 5.884 de 21 de abril de 1933, o Código da Educação do Estado de São Paulo: “apesar de sua gestão ter sido curta, houve a promulgação de decretos estaduais que instituíram uma “Reforma” no ensino paulista” (LABEGALINE, 2009, p.52).

Retomando a formação de professores, a década de 1930 passou por uma modernização educacional e cultural, quando novas terminologias passaram a ser usadas pelos professorandos, o saber e a experiência eram estimulados e potencializados mediante atualizações e práticas: psicologia educacional, biologia educacional, sociologia da educação, psicologia funcional, escola ativa, escola nova, etc. “Novos saberes circulavam no âmbito das escolas normais” (LABEGALINE, 2009, p. 48).

O Decreto nº 5.846 (SP, 1933) referindo-se às Escolas Normais no artigo 134 estabeleceu a seguinte organização:

- a) Um curso para formação profissional de professores com duração de dois anos.
- b) Um curso secundário fundamental, com duração de cinco anos.
- c) Um curso primário, com duração de quatro anos.

O referido decreto enfatiza que o curso de formação profissional de professores destinava-se à preparação de professores primários e seu programa estava dividido da seguinte forma:

Quadro 10: Distribuição das seções e disciplinas da Escola de Professores

Secções	Matérias	1º ano Aulas da matéria	1º ano Aulas da Seção	2º ano Aulas da matéria	2º ano Aulas da seção
1ª Seção: Educação	Psicologia Educacional e Geral Pedagogia, Prática de Ensino, História da Educação	4 3 4 -	11	2 2 6 2	13
2ª Seção: Biologia Aplicada a Educação	Fisiologia e Higiene da Criança Estudo do Crescimento da Criança Higiene da Escola	3 - -	3	2 1 1	4
3ª Seção: Sociologia	Fundamento de Sociologia Sociologia Educacional Investigações Sociais em Nosso Meio	4	4	4	3
4ª Seção: Disciplinas auxiliares	Desenho Música Trabalhos Manuais	2 2 2	6	2 2 2	6
	Total	24	24	26	26

Fonte: Decreto nº 5.846 (SP, 1933)

O ensino passou a ser distribuído por seções, e não em cadeiras autônomas, como anteriormente. Foi determinado no artigo 139 que o ensino seria intensivo no curso de Formação Profissional, com aulas teóricas, aulas práticas de laboratório ou de investigações, de seminários (círculos de debates) e excursões para estimular e desenvolver a iniciativa individual dos alunos, o espírito, o gosto de observação pessoal e a reflexão.

Para a equiparação das Escolas Normais Livres, os decretos de fevereiro e abril de 1933 estabeleceram as mesmas regras, quais sejam:

- a) Serem fundadas por nacionais, associações de nacionais ou municipalidades;
- b) Serem dirigidas por brasileiro nato, com as habilitações necessárias;
- c) Terem corpo docente idôneo, registrados no Departamento de Educação;

- d) Respeitarem, em seus cursos e programas, o estabelecido para as escolas normais oficiais;
- e) Funcionarem em prédios de boas condições higiênicas e pedagógicas;
- f) Possuírem mobiliário adequado, gabinete de ciências físicas e naturais, biblioteca especializada e material didático indispensável;
- g) Ocorrer às despesas dos exames que forem prestados perante bancas constituídas com pessoal estranho à escola;
- h) Depositarem a cada ano, de primeiro (1º) a dez (10) de janeiro, no Tesouro do Estado ou na estação fiscal da localidade a importância de quatorze contos e quatrocentos mil reis (14.400\$000), destinada ao pagamento do professor fiscal;
- i) Sujeitar-se a fiscalização do Departamento de Educação, por intermédio das Delegacias Escolares, de acordo com o regulamento que o governo baixar. (DECRETOS 5.846, Art. 169 e 5.884, ART.783).

Para a equiparação das Escolas Normais Livres, os decretos de fevereiro e abril de 1933 estabelecem as mesmas regras dos Decretos 5.846 art.169 e 5.884 art. 783. No intuito de controlar a criação de Escolas Normais Livres e o artigo 172, o Decreto nº 5.846 (SP, 1933) determinava que nenhuma outra escola normal podia ser equiparada, além das existentes.

3.9 Santos: Formação de Professores e consequências

A partir do ano de 1928, a cidade de Santos e toda região litorânea do Estado de São Paulo contava com duas Escolas Normais Livres instaladas na cidade de Santos, duas na capital e as demais foram instaladas no interior do Estado. Com um total de 44 classes, e 1.503 alunos matriculados, cabe destacar que as escolas normais oficiais mantinham um total de 3.126 alunos matriculados em todos os anos do curso e um número total de dez escolas normais oficiais (INOUE, 2015, p.75).

Com a ampliação do número de cursos para formação de professores, entre os anos de 1928 e 1933 e com a entrada em cena da iniciativa privada e municipal, as alegações de que estas provocaram na formação docente os denominados “defeitos na formação do professor” (ANUÁRIO, 1936, p. 239) se tornaram mais expressivas, e várias foram as críticas apontadas pelos delegados regionais de ensino de São Paulo, destacando que:

recebem eles todos os anos, levas de professores novos cabendo-lhes guia-los nos primeiros passos, acompanhar-lhes o trabalho didático, resolver suas dúvidas, atenuar seus erros e não raro desfazer a penosa impressão que esta ou aquela escola primária causou no seio das populações, em virtude de atos impensados ou inábeis de educadores estressantes. (ANUÁRIO, 1936, p. 239).

Os delegados de ensino apontavam as lacunas e “defeitos” na formação dos professores primários. Entre outras destacamos:

- a) O insuficiente preparo pedagógico e didático do professor; b) preparo propedêutico; c) falta de cultura e de técnica (das Escolas Normais oficiais e Livres); d) falhas no estudo da Psicologia e Pedagogia; e) falta de conhecimento Filosófico do sistema educativo (sugestão da inclusão da cadeira de Filosofia Educacional) f) o ensino de Biologia Educacional (deveria ser mais prático, abrangendo mais Higiene e a Puericultura); g) as aulas de higiene deveriam ser dadas por professores especializados (médicos); h) o curso secundário; i) falta de exercícios práticos de ensino; j) corpo docente heterogêneo nas Escolas Normais Livres; l) o programa do curso de formação profissional de professor; m) teorias e métodos aplicados apenas na escola de aplicação; n) muitos professores não sabem como agir ao deparar-se diante uma sala de aula. (ANUÁRIO, 1936).

Vários foram os problemas apontados na formação de professores, sendo ressaltado que esta deveria ser ampliada em mais um ano, e nas condições atuais “não dá o mínimo de técnicas indispensáveis para o exercício de suas funções profissionais e “não ensina a ensinar” (ANUÁRIO, 1936, p.246). A falta de preparo dos professores era perceptível, desde o preparo da sala de aula, que torna o trabalho mais agradável, até a produção de um resumo sobre as atividades em classe, com muitos erros de língua portuguesa.

A vocação para o magistério foi apontada como uma das causas do malogro profissional. Alegava-se que muitos não conheciam as indicações e contra-indicações para a carreira do magistério e não havia critérios para “avaliar a vocação e as qualidades de um bom professor” (ANUÁRIO, 1936, p.247). Outro aspecto abordado era o idealismo do professor, mais precisamente a falta dele, colocado como empecilho. Destacava-se que ao término do curso, os professores preocupavam-se tão somente com a questão pecuniária, e não com a beleza da profissão, que deveria ser encarada como um sacerdócio, implícito no Hino do Normalista.

Hino do Normalista ⁶⁶

Ensinar é sentir no presente

Um futuro que o verso não diz

⁶⁶ Autores e data desconhecidos, transcrito de Dossiê dos professorandos de 1963, escrito por Antônio dos Santos Soares, formado na Escola Normal. Os hinos foram encontrados em registro de solenidades de décadas anteriores.

É viver como vive a semente
Na humildade de um tempo feliz
Ensinar é fazer da criança
Um sorriso de sol a nascer
E com rimas de verde esperança
Um poema de luz escrever

Para o alto fiel normalista
Põe teus olhos no céu cor de anil
E na voz da criança paulista
Faz-se um verso de luz no Brasil
É tão alta, é tão grande, é tão nobre
A encantadora missão de ensinar
Que faz rica a palavra mais pobre
Pondo bênçãos no céu e no mar
Ensinar é partir os espinhos
Que mal ferem sorrisos em flor
É acender em escuros caminhos
Madrugadas de um sonho de amor.

Ao lançar um olhar sobre o local onde iriam trabalhar após o término do curso, enfatiza-se que durante a formação suas práticas não iam além das escolas primárias anexas e que os professorandos deveriam conhecer outras escolas da cidade e das áreas rurais, o lugar onde iniciariam suas carreiras. “É ai, nessas escolas por onde tem passado muitas vezes o inspetor escolar experimentado, que se revelaria aos seus olhos outro mundo, coisa bem diferente das que estão habituados a ver” (ANUÁRIO, 1936, p.24), enfatizado a necessidade de fornecer certificados após efetivos seis meses de prática, em classes diferentes, em grupos escolares, escolas isoladas urbanas e rurais, e devidamente acompanhados pelos seus professores de prática. O parecer do Delegado de Ensino de Santos sugeriu que, para ingressar no magistério antes mesmo de prestar concurso, estes deveriam trabalhar como substitutos efetivos e após o período (não quantificado), seria permitido seu ingresso no

concurso do magistério (ANUÁRIO, 1936), para adaptar os professores ao futuro local de trabalho.

Sem a adaptação dos professores formados retomou-se a antiga solução: “desde que o professor que vem de fora, trazendo debaixo do braço um diploma, não se acomoda na roça, chamemos quem, independentemente de títulos possa lecionar. Adotemos os professores leigos.” (ANUÁRIO, 1936, p. 247).

A década de 1930 foi marcada por uma modernização educacional, onde a ciência era colocada em evidência e esta deveria fundamentar a Pedagogia “na medida que trazia um novo equacionamento aos problemas de natureza intra-escolar (métodos e técnicas didáticas, processos de ensino aprendizagem, programas escolares) ” (TANURI, 1979, p.155), promovendo uma revisão crítica dos padrões das Escolas Normais existentes.

A presença de professores primários formados em Santos a partir do ano de 1928 com a criação da Escola Normal Livre e o estabelecimento das reformas implantadas na educação pelo Decreto nº 5.846 de 21 de fevereiro de 1933 e o 5.884, o Código da Educação do Estado de São Paulo no *Anuário do Ensino do Estado de São Paulo (1936-1937)* foi apresentado por Almeida Junior, Diretor do Ensino Paulista.

Quadro 11: Atuação dos professores formados em Santos entre 1928-1936

Nº de Unidades Escolares	Nº de professores em efetivo exercício	Permanência	Saíram	Substitutos diplomados	Formados em Escolas Normais oficiais	Formados em Escolas Normais particulares
187	115 34-diplomados em Santos, 29,54%. 81 fora de Santos 70,46%	62%	38%	9 4 diplomados em Santos 5 em outras regiões	66 ou 57, 39%	49 ou 42,61%

Fonte: ANUÁRIO, 1936, p. 25.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta dissertação de mestrado cujo tema é a criação da Escola Normal Livre de Santos, no ano de 1928, na Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos (SP), o período estudado foi marcado pela promulgação da Lei nº 2.269/1927, a denominada reforma Amadeu Mendes e a implantação do Código da Educação de São Paulo em 1933 implementado por Fernando Azevedo.

A Reforma de 1927 possibilitou a equiparação das Escolas Normais Livres, e foi a terceira que ocorreu na década de 1920 com o objetivo de suprir a falta de professores principalmente nas áreas mais distantes dos centros urbanos e reduzir o número de crianças analfabetas no Estado de São Paulo.

A pesquisa mostra dois momentos de proposta da criação de uma instituição para formação de professores para a cidade de Santos e região. A partir de 1914 foi destacada a necessidade de uma Escola Normal com o objetivo de elevar a instrução da cidade de Santos e região, mas com o alinhamento político deixou a pauta dos assuntos educacionais. Outro momento foi no ano de 1926, com a proposição de uma Escola Normal Rural a ser instalada em Santos, cuja formação dos professores atenderia a especificidade da região litorânea de São Paulo.

Regiões produtoras de café do Estado de São Paulo e logicamente a capital contavam com Escolas Normais oficiais (dez no total), e a cidade mantinha somente o “Liceu Feminino Santista” com sua Escola Complementar desde o ano de 1902, mas não “oficializada” atendendo a rede do magistério municipal.

Mediante legislação municipal de 1917 foi possível estudar os antecedentes da Escola Normal Livre de Santos e da Associação Instrutiva José Bonifácio, e um grupo de professores atuantes desde 1907 na Academia de Comércio foram levados a assumir a instituição agora particular, que continuou recebendo subvenção municipal e federal.

A análise das fontes permitiram delinear o quadro associativo, formado por um grupo de intelectuais atuantes em diversas instituições sociais, políticas e educacionais, como profissionais liberais (médicos, engenheiros, advogados) entre outras profissões. Contavam com o apoio do Jornal A Tribuna de Santos onde muitos atuaram. Foi ampliando seu quadro de professores associados (ou não) durante a década de 1920, tornando-se uma Sociedade Anônima (S.A). A reorganização da instituição que investiu em prédio próprio, a principio para atender o novo curso, e os já existentes, além da implantação de Cursos Superiores Livres, ocorreu no limiar dos anos de 1930.

No processo de organização da Escola Normal Livre, implantada em 1928, o curso misto onde o número de mulheres foi quase unanimidade passou por momentos de redução do número de alunos destacadamente o ano de 1931. Esse foi um período histórico marcado por grandes conflitos mundiais, a crise de recuperação e a crise de 1929, na agricultura, particularmente do café, a Revolução de 1930 com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, as intervenções nos Estados e a Revolução Constitucionalista de 1932. A educação no período foi marcada por grande movimentação de ideias e criação de associações, culminando com o Manifesto dos Pioneiros da Educação de 1932.

Do ponto de vista das prescrições, as reformas Sampaio Dória, Pedro Voss e Amadeu Mendes visavam à formação do professor primário, com constantes modificações legislativas, predominando a questão do tempo de formação, ou seja, o aspecto quantitativo e não qualificativo daqueles que atuavam nas escolas primárias. Os gestores paulista percebem que outra dificuldade imposta era a atuação desses profissionais após a conclusão dos cursos, deixando de atender as regiões que mais demandavam de escolas nas áreas distantes dos centros urbanos.

As Escolas Normais Livres expandiram-se rapidamente por todo Estado levando o governo a partir de 1930 a estabelecer novas prescrições para a criação dessas instituições. Percebe-se uma sequência de leis e decretos até 1933 com alterações para os cursos para formação de professores primários e secundários, culminando com o Código da Educação do Estado de São Paulo.

A pesquisa mostra que a expansão do número de Escolas Normais proporcionou a ampliação do número de professores no estado de São Paulo. Em avaliações posteriores (ANUÁRIO, 1936) foram apontadas falhas na formação dos professores em várias etapas, em alguns momentos sendo sugerida a ampliação do tempo dos cursos para equacionar as dificuldades apontadas. Desta forma ocorreu o ingresso desses professores em escolas da cidade e do litoral sul, uma presença não superior a 30% do número total dos que atuavam na região. No Estado a falta desses profissionais não foi solucionada, mantendo-se ainda a presença dos professores leigos nas salas de aula.

FONTES

Fontes Documentais:

Acervo da Associação Instrutiva José Bonifácio:

1. Livro de Atas das assembleias gerais de 1927 a 1929:
 Assembleia Geral Extraordinária do dia 1º de dezembro de 1927
 Assembleia Geral Ordinária do dia 31 de janeiro de 1928
 Assembleia Geral Extraordinária do dia 21 de março de 1928
 Assembleia Geral Extraordinária do dia 2 de Abril de 1928
 Assembleia Geral Ordinária do dia 25 de janeiro de 1929
2. Livro para realização dos exames para admissão dos alunos entre os anos de 1927 a 1933.
3. Livro com registro “contábil” 1928-1933.
4. Livro de registro das alunas do curso Complementar (1931)

Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos- FAMS

Livro Ata da Câmara dos Vereadores de Santos, 1917

Livro de Registro de Leis e Decretos Câmara dos Vereadores de Santos, 1912-1922.

Acervo da Escola Estadual Cleóbulo Amazonas Duarte

Cleóbulo Amazonas Duarte, 1963. “Civis Santensis”, Discurso Pronunciado na Câmara Municipal de Santos, em agradecimento pela concessão do título de Cidadão Santista.

Athiê Jorge Coury, 1980. Professor Cleóbulo Amazonas Duarte (*in memoriam*)

Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santos - IHGS

Cleóbulo Amazonas Duarte, 1919. Torre de Babel. Dois Contos publicados no Rio de Janeiro.

I – Labirinto de Creta

II – Memórias do Lago Tiberiade.

Cleóbulo Amazonas Duarte, 1953. AVE, JUDEX!. Discurso em homenagem aos juízes, promotores públicos advogados e serventuários forenses da comarca de Santos.

Acervo Hemeroteca Municipal de Santos

Jornal A Tribuna 1917

Jornal A Tribuna 1927

Jornal A Tribuna 1928

Jornal A Tribuna 1930

Jornal A Tribuna 1931

Jornal A Tribuna 1932

Jornal A Tribuna 1933.

Anuários

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1918. Disponível em:
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas
http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19180000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas/http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19180000.pdf)>. Acesso 05/09/2015

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE1920000.pdf> Acesso 05/09/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1922 e 1923. Disponível em: <
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19220000.pdf> acesso 05/9/2015

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1926. Disponível em:
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas
http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19260000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas/http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19260000.pdf)> acesso 01/02/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1936. Disponível em:
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistashttp://200.144.6.120/upload/
revistas/AEE19360000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistashttp://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19360000.pdf)>01/02/ 2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1918. Disponível em:
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas
http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19180000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas/http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19180000.pdf)> Acesso 03/02/ 2015

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920. Disponível em:
<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE1920000.pdf> Acesso 05/09/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1922 e 1923. Disponível em: <
http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19220000.pdf> acesso 05/9/2015

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1926. Disponível em:
[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas
http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19260000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas/http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19260000.pdf)> acesso 01/02/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1936. Disponível em:
<[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistashttp://200.144.6.120/upload/
revistas/AEE19360000.pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistashttp://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19360000.pdf)>01/02/ 2015.

Legislação

BRASIL. *Decreto nº 3.199 de 30 de novembro de 1916. Considera instituições de utilidade pública as Escolas do Commercio José Bonifácio e Bento Quirino, em Campinas, no Estado de São Paulo.*

Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1910-1919/decreto-3199-30-novembro-1916-575263-publicacaooriginal-98385-pl.html>> Acesso 21/03/2015

BRASIL. *Decreto nº 19.890.* Dispõe sobre a organização do Ensino secundário.

Disponível em:

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/fontes_escritas/5_Gov_Vargas/decreto%2019.890-%201931%20reforma%20francisco%20campos.htm> Acesso em 09 de fev. de 2015.

BRASIL. *Decreto nº 20.630.* Modifica as condições para o registro provisório de professores e da outras providencias.

Disponível em:

<<http://legis.senado.leg.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=42189&tipoDocumento=DEC&tipoTexto=PUB>>. Acesso 09 fev. 2015

SANTOS. *Parecer nº 159 (SANTOS) de 03 de janeiro de 1917.* Desoficialização da Escola de Comércio “José Bonifácio”. Livro Ata da Câmara Municipal de Santos, p. 43,44 e 45.

SANTOS. *Lei nº 587 (SANTOS) de 12 de janeiro de 1917.* Desoficialização da Escola de Comércio José Bonifácio de Santos e criação da Associação Instrutiva Escola José Bonifácio de Santos. Livro Registro de Leis e Decretos 1912-1922 Câmara Municipal de Santos, p.198.

SÃO PAULO. *Decreto nº 248 de 26 de Julho de 1894.* Aprova o regimento das escolas públicas.

Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1894/decreto-248-26.07.1894.html>>. Acesso em: 26/11/2015.

SÃO PAULO. *Decreto nº 2.025 de 29 de março de 1911.* Converte as atuais Escolas Complementares do Estado em Escolas Normais Primarias e dá-lhes regulamento.

Disponível em:<<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1911/decreto-2025-29.03.1911.html>>. Acesso em: 26/11/2015.

SÃO PAULO. Lei nº 1.750, de 08 de dezembro de 1920. Reforma da Instrução Pública do Estado. Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1921/decreto-3.05.1921.html>> Acesso 01/ 02/2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 3.858, de 11 de junho de 1925.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1925/lei-2095-24.12.1925.html>> Acesso 01/02/2015.

SÃO PAULO. Lei nº 2.095, de 24 de dezembro de 1925. *Aprova o decreto n. 3.858, de 11 de Junho de 1925, expedido pelo Poder Executivo, e que reformou a Instrução Publica do Estado.*

Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1925/lei-2095-24.12.1925.html>. Acesso 01/02/ 2015

SÃO PAULO. *Lei nº 2.269, de 31 de Dezembro de 1927.* Reforma da Instrução Pública do Estado.

Disponível em: < <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/1927/lei-2269-31.12.1927.html>> Acesso 15/1/2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 4.600, de 30 de maio de 1929.* Regulamentou a Lei 2.269 de 31 de dezembro de 1927, e 2.315, de 31 de Dezembro de 1928, que reformaram a Instrução Pública do Estado.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1929/decreto-4600-30.05.1929.html>> Acesso 15/01/2015.

SÃO PAULO. *Decreto nº 4.794, de 17 de Dezembro de 1930.* Estabelece novas condições para a equiparação das escolas normais livres.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4794-17.12.1930.html>> Acesso Janeiro/2015.

SÃO PAULO. *Decreto 4.888, de 12 de fevereiro de 1931.* Reorganiza o ensino normal e da outras providencias.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1930/decreto-4794-17.12.1930.html>> Acesso janeiro de 2015.

SÃO PAULO. *Decreto nº 5.846, de 21 de fevereiro de 1933.* Regula a formação profissional de professores primários e secundários e administradores escolares, transformando o Instituto "Caetano de Campos" em Instituto de Educação, em nível universitário.

Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/decreto/1933/decreto-5846-21.02.1933.html>> Acesso 09/07/2014.

SÃO PAULO. *Decreto nº 5.884, (SP) DE 21 DE ABRIL DE 1933.* Instituiu o Código de Educação do Estado de São Paulo.

Revista Escolar

A Difusão do Ensino Rural Entre Nós. *Revista Escolar.* Ano III. São Paulo. De 1º de julho de 1927. Nº 31 p. 33,34 e 103. Disponível em:
<http://200.144.6.120/hemeroteca/hemeroteca_pdf.php?pdf=revistas/RE19270731> Acesso 01/02/2015.

Nos Arraiaes do Ensino: Através da Mensagem. *Revista Escolar.* Ano III. 1º de agosto de 1927. Nº32 São Paulo. Disponível em:
<http://200.144.6.120/hemeroteca/hemeroteca_pdf.php?pdf=revistas/RE19270832> acesso 01/02/2015

Bibliografia

ALMEIDA, J. S. Mulheres na educação: missão, vocação e destino? A feminização do magistério ao longo do século XX. In: SAVIANI, D. et al. *O legado educacional do século XX.* 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2006. Disponível em:<
<http://books.google.com.br/books?> < Acesso em 14/01/ 2014.>

ARAUJO, José Carlos Souza. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira. Da ambivalência ao intercâmbio. O Público e o Privado na História da Educação Brasileira. In:

LONBARDI, J.C. JACOMELI, M.R. SILVA, T.M.da (orgs.) Campinas: Autores Associados 2005, p. 126-143.

BARBOSA, Paloma Lopes. A origem do Colégio Coração de Maria e a relação com o bairro da Vila Nova. *Pesquisa em pós-graduação. Memória e Campo Escolar: trajetórias da escola em Santos*. Santos: Editora Universitária Leopoldianum, 2011. Disponível em: < <http://periodicos.unisantos.br/serieduacao/article/download/278/231>> acesso 13/05/ 2015.

BOBBIO, Norberto. Intelectuais e poder. In: *Os Intelectuais e o Poder: dúvidas e opções dos homens de cultura na sociedade contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 1997. Disponível em < <http://www.libertarianismo.org/livros/nboieop.pdf>> Acesso 12/03/2015.

BOBBIO, Norberto. *Estado, Governo e Sociedade*. Para a teoria geral da sociedade. 14ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Disponível em:< <http://www.libertarianismo.org/livros/nbeges.pdf>> Acesso 03/12/2015.

CALAZANS, Flavio Mario Alcântara. *O professor falecido no “Dia do professor”: 15 de outubro de 1958*. Disponível em: <<http://calazanista.blogspot.com.br/2010/08/mario-de-almeida-alcantara.html>> Acesso 07/4/2015.

CARVALHO, de Marta Maria Chagas de. *A escola e a República*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

CARVALHO, de Marta Maria Chagas de. *Molde Nacional e Forma Cívica*. São Paulo, 1986. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação – USP. (fragmento).

CARVALHO, Martha Maria Chagas de. *Modernidade Pedagógica e Modelos de Formação Docente. São Paulo em perspectiva*. V. 14 nº 1 São Paulo jan./mar. 2000. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000100013> Acesso janeiro 2014.

CARVALHO, Rosiméri Maria de. *Um Imposto para Instrução Pública: o alvitre de A Tribuna (1915) e municipalização” do ensino de Santos*. (2006) Pontifícia Universidade Católica PUC São Paulo: Disponível em: <http://www.sapientia.pucsp.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=3281> Acesso 6/6/2014.

CASTANHA, André Paulo. *O Uso da Legislação Educacional Como Fonte: Orientações a partir do marxismo*. Disponível em: < <https://www.fe.unicamp.br/revistas/ged/histedbr/article/view/3291>> Acesso 12/12/2015.

COURY, Athiê. *Professor Cleóbulo Amazonas Duarte (In Memoriam) Vida e Obra de Amazonas Duarte – Um Sergipano em Santos, SP*. Brasília: Câmara dos Deputados. Centro de Documentação e Informação. Coordenação de Publicações. 1980

DIEGUES, Antônio Carlos. *O Vale do Ribeira e Litoral de São Paulo: meio-ambiente, história e população*. Disponível em: <<http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/cenpec.pdf>>. Acesso 17/6/2015>.

FAORO, Raymundo. *Os Donos do Poder: formação do patronato político brasileiro*. 3. ed. Globo. Disponível em: < <http://groups.google.com.br/group/digitalsource> > acesso 06/5/2015

FRANCO, Jaime. *A Beneficência: Memória Histórica da Sociedade Portuguesa de Beneficência e Contribuição para a História de Santos*. Santos, 1951.

FREITAS, Itamar. *A pedagogia Histórica de Jonathas Serrano. Uma teoria do ensino de História para escola secundária brasileira (1913-1935)*. Ed. Universidade Federal de Sergipe. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com.br/2008/01/pedagogia-historica-de-jonathas-serrano.html> . Acesso 04/12/2015.

FREITAS, Itamar. *A Pedagogia da História de Murilo Mendes* (São Paulo, 1935). Revista *Saeculum – Revista de História* [11]; João Pessoa, ago./ dez. 2004. Disponível em < <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/srh/article/view/11306/6420>> Acesso 04/12/2015.

FREITAS, Natasha Franco. *Grupo Escolar Braz Cubas: primórdios de uma instituição contribuindo para o ensino em Santos*. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) Universidade Católica de Santos, curso de História.

FURTADO, Alessandra Cristina. Por uma história das práticas de formação docente: um estudo comparado entre duas escolas normais de Ribeirão Preto- SP (1944- 1964). 2007. Tese (doutorado em educação) – USP- SP. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-25072007-152749/pt-br.php>>. Acesso 27/ 10/ 2015.

GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes*. São Paulo: Companhia da Letras, 2013.

INOUE, Leila Maria. *Entre livres e Oficiais: a expansão do ensino normal em São Paulo (1927-1933)*. 2015. Tese (doutorado em educação) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/124527>> Acesso 27/8/2015.

JULIA, Dominique. *A Cultura Escolar como Objeto Histórico*. Revista Brasileira de história da educação n 1 jan. /jun. 2001. Disponível em: <<http://rbhe.sbhe.org.br/index.php/rbhe/article/view/273/281> > Acesso 04/9/2015.

KUWAHARA, Hebe Primo Oliveira Santos. *As múltiplas Faces da Escola Estadual Visconde de São Leopoldo no período 1963 a 1976 Através das Transformações Administrativas*. 2014. (Dissertação em educação). Universidade Católica de Santos. Disponível em: <<http://biblioteca.unisantos.br:8181/bitstream/tede/963/2/Hebe%20Primo%20O.%20S.%20Kuwahara.pdf> > Acesso 05/12/2015.

LABEGALINI, Andréia Cristina Fregate Baraldi. *A formação de professores nos Institutos de Educação do Estado de São Paulo (1933-1975)*. Marília: UNIMAR, São Paulo: Arte & Ciência, 2009. Disponível em: <<http://www.unimar.br/publicacoes/2010/professor.pdf>> Acesso 10/05/2015.

LICHTI, Fernando Martins. *Poliantéia Santista. História de Santos*. V.03 Santos- SP: 1986.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. Fontes Históricas. In: PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). São Paulo: Contexto 2005, p.111-153.

MALATIAM, Teresa M. A Biografia e a História. *Cadernos CEDEM*, Marília: V. 1, n. 1, p. 16-31. 2008. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/cedem/article/view/518/414>> Acesso 26/3/2015>.

Manifesto dos Pioneiros da Educação 1932. Disponível em:
http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf > acesso 01/02/ 2015.

MENNUCCI, Sud. *A Crise Brasileira de Educação: 2. ed.* São Paulo: Piratininga, 1934. Disponível em: < <http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/sudeducacao.html>>

MONDIN, Leda. Vila Nova e a Ironia dos Contrastes. *Jornal A Tribuna*. Santos: 1982. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0100b13.htm>>. Acesso 18/11/2015

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

NERY, Ana Clara Bortoleto. *A Sociedade de Educação de São Paulo: embates no campo educacional (1922-1931)*. São Paulo 1999. Tese (Doutorado)- Faculdade de Educação – USP. (Fragmento)

NÓVOA, António. *Do Mestre-Escola ao professor do ensino primário Subsídios para a história da profissão docente em Portugal (séculos XV -XX)*. Disponível em: http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/2200/1/1987_3_413.pdf>. Acesso em: 25/09/2015.

NÓVOA, António. *Formação de Professores e Profissão Docente*. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4758/1/FPPD_A_Novoa.pdf> Acesso em 16/06/2014.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. In: (org). *As Organizações das Instituições Escolares em Análise*. Lisboa: Dom Quixote, 1999, p. 13-43.

ORIANI, Angélica Pall. “*A Célula Viva do Bom Aparelho Escolar.*” *Expansão das Escolas Isoladas pelo Estado de São Paulo*. 2015. Tese. (Doutorado em Educação). Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Filosofia e Ciências. Disponível em: < <http://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/128104/000850171.pdf?sequence=1>>. Acesso 27/10/2015.

PAIVA, Vanilda. *História da Educação Popular no Brasil*. Educação popular e educação de adultos. 7. ed. São Paulo: Loyola .2015.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *Santos nos caminhos da educação popular: 1870-1920*. São Paulo: Loyola. 1996.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *A Participação da Sociedade Santista Numa Experiência de Educação Feminina (1902-1920)*. Disponível em: <<http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo02/Maria%20Aparecida%20Franco%20Pereira%20-%20Texto.pdf>> Acesso 10/05/2015.

PEREIRA, Maria Aparecida Franco. *Uma abordagem da História das Instituições Educacionais: a importância do arquivo escolar*. Disponível em: < revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5696/2897> Acesso 23/12/2015.

PEREIRA, Maria de Fátima Lourenço. *Academia de Comércio de Santos: Importância no Contexto da Cidade (1907-1917)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos – UNISANTOS.

PIMENTA, Selma Garrido. *O Estágio na Formação de Professores, Unidade Teoria e Prática?* 11 ed. São Paulo: Cortez. 2012

REIS FILHO, Casemiro dos. *A Educação e a Ilusão Liberal: Origens da Escola Pública Paulista*. Campinas: Autores Associados, 1995.

SANDANO, Wilson. *A criação da Escola Normal Livre Municipal de Sorocaba*. *Revista Série-Estudos*, n. 28, 2013. Disponível em:

<www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/.../y7M7S3ir.doc> Acesso 23/01/2015.

SANFELICE, José Luís. *A Problemática do Público e do Privado na História da Educação no Brasil*. In: LOMBARDI, J.C. JACOMELI, M.R. SILVA, T.M.da. (orgs.) *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira*. Campinas: Autores Associados 2005, p. 177-185.

SANTOS, Francisco Martins dos. *História de Santos (1532- 1536)*. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1937. 2V.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora. *História com Pedagogia: a contribuição da obra de Jonathas Serrano na construção do código disciplinar da História no Brasil*. *Rev. Bras. Hist.* vol.24 n. 48 São Paulo 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882004000200009> Acesso 02/12/2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *O Público e o Privado Como Categoria de Análise em Educação*. In: LONBARDI, J.C. JACOMELI, M.R. SILVA, T.M.da (orgs.) *O Público e o Privado na História da Educação Brasileira* Campinas: Autores Associados 2005, p.31-40.

SOUZA, Cesar Neves de. *A presença do Colégio São José na Formação da elite Intelectual Feminina Santista*. (2010) Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Católica de Santos- UNISANTOS.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Lições da escola primária*. In: SAVIANI, D. *et. al. O legado educacional do século XX no Brasil*. Campinas: Autores Associados 2004, p.109-161.

SOUZA, Rosa Fátima de. *História da Organização do Trabalho Escolar e do Currículo no Século XX [ensino primário e secundário no Brasil]*. São Paulo: Cortez, 2008.

SOUZA, Elisabete Gonçalves de. *Arquivos históricos escolares: descrição e possibilidades de criação de banco de dados de fontes documentais para a História da Educação Brasileira*. Disponível em: <

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario8/_files/tPwbxvwf.doc> Acesso 23/12/2015.

TANURI, Leonor Maria. *O Ensino Normal no Estado de São Paulo 1890-1930*. São Paulo Universidade de São Paulo, 1979. (Coleção Estudos e Documentos 16).

TANURI, Leonor Maria. *História da Formação de Professores*. *Revista Brasileira de Educação*. 2000 Mai/jun./jul./ago. nº14 Disponível em:

<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a05>>. Acesso 14/01/2015.

URBAN, Ana Cláudia. A didática da história nos manuais destinados à formação de professores. *Diálogos* (Maringá. Online), v. 19, n.1, p. 275-287, jan.-abr./2015. Disponível em: < www.dialogos.uem.br/index.php?journal=ojs&page=article >. Acesso 2/11/2015.

VENTURA, Magda Fernandes Garcia. *A Educação em Santos, Através do Jornal Atribuna (1930-1931)*. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (T.C.C) UNISANTOS.

VIEIRA, Marina Tucunduva Bittencourt Porto. *O Asilo de Órfãos de Santos na engrenagem da cidade (1908-1931)*. 2011. Tese (doutorado) USP, 2011. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19042012-135209/en.php>.

VICENTINE, Paula Perin; **LUGLI**, Rosário Genta. *História da profissão docente no Brasil: representações em disputa*. São Paulo: Cortez, 2009.

VIÑAO FRAGO, António; **ESCOLANO**, Agustín. *Currículo, espaço e subjetividade: a Arquitetura como programa*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1918. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas

<http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19180000.pdf>.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1920. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19200000.pdf> Acesso 05/09/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1922 e 1923. Disponível em: <

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/periodicos/anuarios_ensino/AEE19220000.pdf> acesso 05/9/2015

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1926. Disponível em:

http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas

<<http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19260000.pdf>> acesso 01/02/2015.

Anuário do Ensino do Estado de São Paulo 1936. Disponível em:

<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/jornais_revistas<http://200.144.6.120/upload/revistas/AEE19360000.pdf>>01/02/ 2015.

Manifesto dos Pioneiros da Educação 1932. Disponível em:

http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/22e/doc1_22e.pdf > acesso 01/02/ 2015.

Revista Escolar

A Difusão do Ensino Rural Entre Nós. *Revista Escolar*. Ano III. São Paulo. De 1º de julho de 1927. Nº 31 p. 33,34 e 103. Disponível em:

<http://200.144.6.120/hemeroteca/hemeroteca_pdf.php?pdf=revistas/RE19270731> Acesso 01/02/2015.

Nos Arraiaes do Ensino: Através da Mensagem. *Revista Escolar*. Ano III. 1º de agosto de 1927. Nº32 São Paulo. Disponível em:

<http://200.144.6.120/hemeroteca/hemeroteca_pdf.php?pdf=revistas/RE19270832> acesso 01/02/2015

Crédito fotografias (figuras)

1-Associação Instrutiva José Bonifácio- AI JB

Figuras nº 7 e 10

2-Anuários do Ensino do Estado de São Paulo

Figuras nº 1 e 14

3-Fundação Arquivo e Memória de Santos- FAMS

4-Figuras nº 3, 4, 6, 8 e 20.

Jornal A Tribuna

5-Figuras nº 13, 16, 21, 22, 23, 24.

6-Revista Flama

Figuras nº 15

7-Novo Milênio

Figuras nº 2, 5, 8, 9, 11, 12, 18 e 18.

APÊNDICE

O professor Catedrático de História da Escola normal

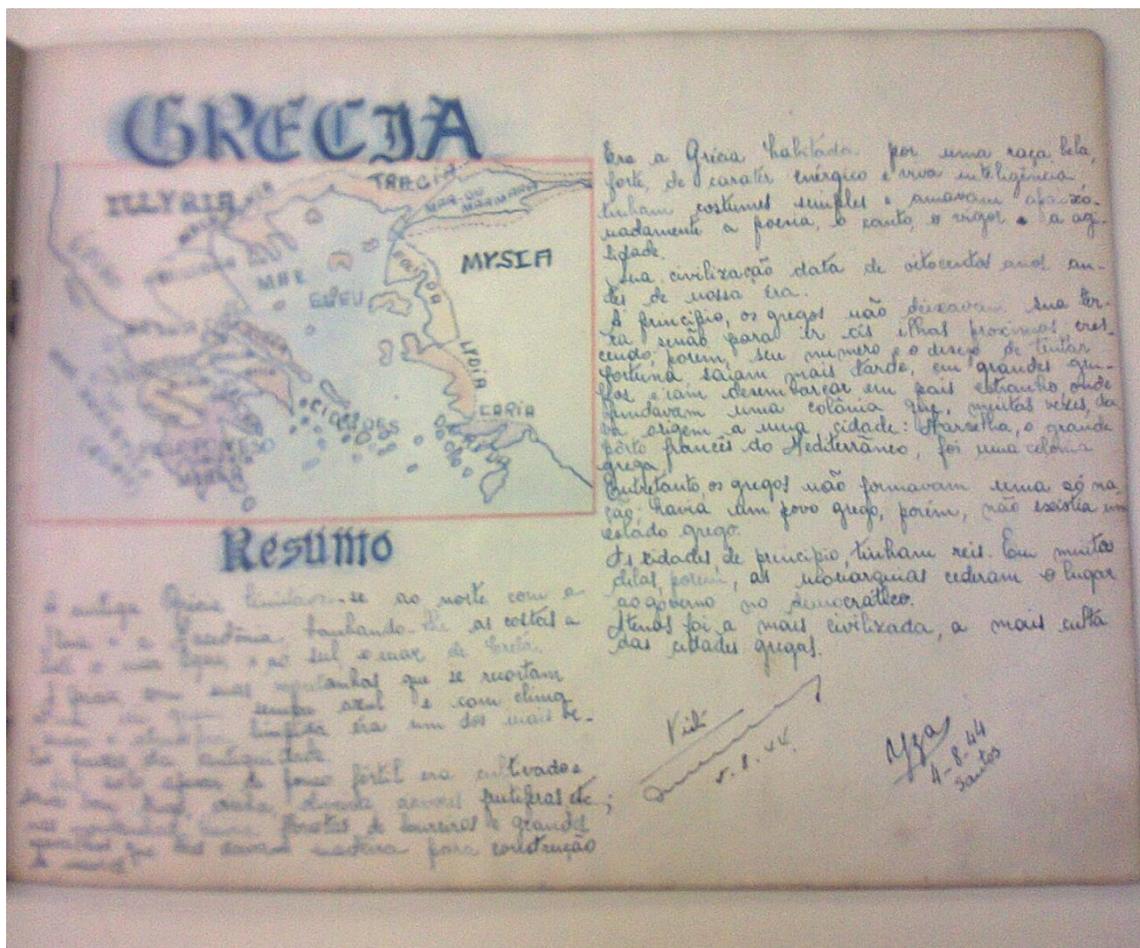
Na implantação da Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio de Santos e demais instituições formadoras de professores primários, nos depararmos com a questão da formação de professores de História para as Escolas Normais. Que qualificações tinham? De acordo com Vicentini e Lugli (2009) eram pessoas de notório saber, com diplomas universitários em diversas áreas, especialmente medicina ou direito. É o caso do Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte, que assumiu a cátedra de História do Brasil no Curso de Formação de professores a partir dos anos de 1928, porém, não foi possível encontrar evidências de suas práticas na instituição no período estudado.

No período como já foi visto anteriormente havia uma produção didática acerca do que deveria ser ensinado, porém, Bittencourt (2012) destacou que as propostas de mudanças na metodologia do ensino de História, não promoveu grandes alterações, permanecendo o domínio de extenso conteúdo de tipo enciclopédico, em oposição ao método ativo, evidenciando que no decorrer da década de 1930, os discursos e a política nacionalista não ampliaram o ensino de História do Brasil.

Estudar e ensinar a disciplina História eram obrigatoriedade da política educacional para os alunos que desejavam ou possuíam condições de prosseguir os estudos no ensino secundário, integrando os programas dos exames de admissão. O professor primário adquiria um conhecimento sedimentado para o ensino da História, onde devia transmitir o culto aos heróis da pátria e festejos nacionais também.

Não foi possível nesta pesquisa apurar os métodos utilizados pelo Professor Cleóbulo na Escola Normal da AIJB, porém, material recuperado no LIAME de período posterior e em outra instituição evidencia que utilizava método enciclopédico, destacando as grandes civilizações.

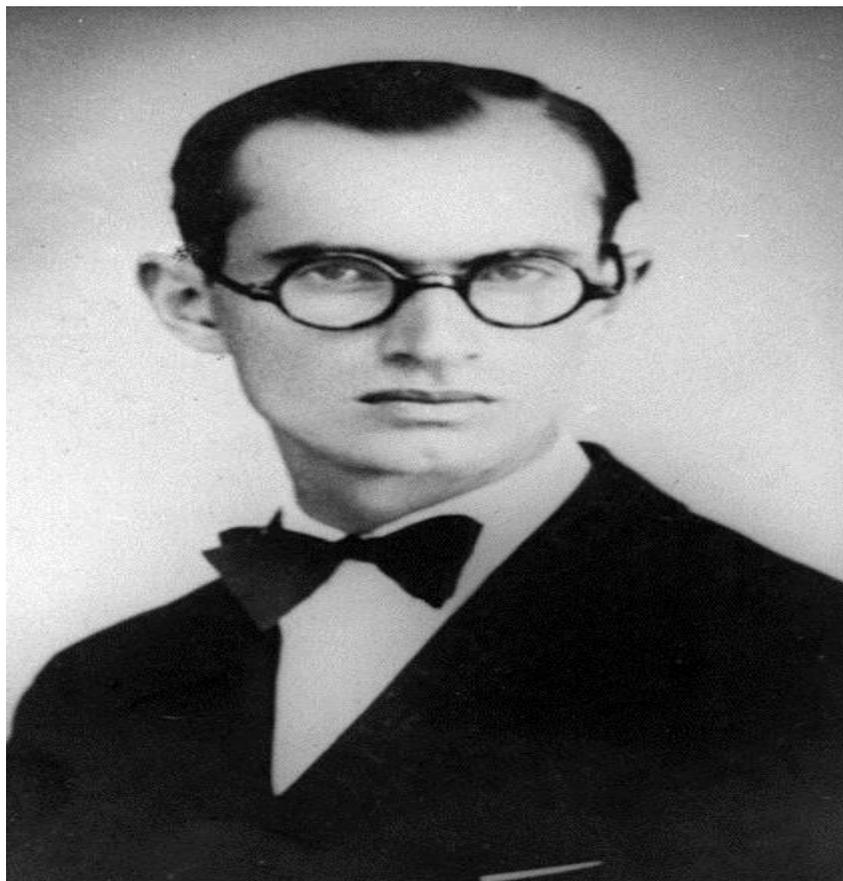
Figura 23 Caderno de História

Fonte: LIAME⁶⁷

Na década de 1930, período em que o sistema escolar estava organizando-se de maneira mais centralizada, Bittencourt (2012) destacou que o professor primário tinha conhecimento sedimentado para o ensino da História o culto aos heróis da pátria, e os festejos também nacionais. Estudar e ensinar a disciplina História obrigatoriedade da política educacional para os alunos que desejavam ou possuíam condições de prosseguir os estudos no ensino secundário, integrando os programas dos exames de admissão.

⁶⁷ Laboratório de Informação Arquivo e Memória da Educação – UNISANTOS.

Figura 24: Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte



Fonte: Fundação Arquivo e Memória de Santos -FAMS

1. Cleóbulo Amazonas Duarte: Origem 1893-1979 e Formação

Sua vida pessoal e profissional foi vivida em grande parte na cidade de Santos, quando chegou no ano de 1913, no ano seguinte foi para o Rio de Janeiro, onde iniciou e abandonou o curso de Farmácia, para então ingressar na Faculdade de Direito na capital federal.

“O melhor presente humano que Sergipe enviou para terra de Brás Cubas” (COURY⁶⁸, 1980, p.12), nasceu em Aracaju, capital do estado de Sergipe, em fevereiro de 1898, filho de Antônio Pedro Duarte, major do exército brasileiro, e de Irineia Amazonas Duarte. Contraiu casamento na cidade de Santos com Maria Augusta Andrada e teve cinco filhos. Foi professor, advogado, escritor, poeta e orador.

⁶⁸ Athie Jorge Coury, nasceu em Itu, foi goleiro do Santos Futebol Clube dirigente no período entre 1945-1971. iniciou na política no PSP foi Vereador, Deputado Estadual e Federal. Aposentou-se da política em 1982 no MDB. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/prontuarios/BR_SP_APESP_DEOPS_SAN_P004208_01.pdf

Começou suas atividades como professor na cidade do Rio de Janeiro, no ano de 1919 ensinando Geografia, História e Língua Portuguesa⁶⁹. Sua atuação na AIJB ocorreu a partir do ano de 1923 com permanência de cerca de 40 anos, onde exerceu a cátedra de História do Brasil na Escola Normal da Associação Instrutiva José Bonifácio. Teve uma participação ativa na criação do curso para formação de professores dessa instituição, fato evidenciado nas atas de reuniões ocorridas a partir do ano de 1928, quando a cidade de Santos passou a contar com a primeira Escola Normal Livre de Santos, como vice-diretor e diretor.

No ano de 1923, o professor Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte ingressou na Associação Instrutiva José Bonifácio, vai ao Rio de Janeiro juntamente com o diretor da instituição Adolpho Porchat de Assis e Dr. Stockler de Lima discutir a reforma para o ensino comercial do Brasil, proposta essa do Ministério da Agricultura e Comércio.

No Rio de Janeiro no quinto ano curso de Direito, no ano de 1920, foi convocado para o serviço militar e Coury (1980) destacou que este foi elogiado por duas vezes pelo Presidente da República, pelo Ministro da Guerra e pelo Comandante da Região. Foi destacado como um homem inteligente e culto, constantemente convocado para recepções a visitantes internacionais. Era fluente na língua francesa a qual aprendeu na sua terra natal Aracaju, onde também fez aperfeiçoamento da língua portuguesa.

Na Associação Instrutiva José Bonifácio no ano de 1931 atuou na criação do curso de Administração, Ciências Econômicas e Comerciais de Santos onde foi professor titular da cadeira de História da Economia. Posteriormente lecionou Direito Penal na Faculdade Católica de Direito de Santos e História da Economia na Faculdade de Comunicação Social, cursos esses mantidos pela Sociedade Visconde de São Leopoldo atual UNISANTOS.

⁶⁹ O professor não é uma categoria autônoma, separada das realidades sociais, organizacionais e humanas destacando-se: O saber dos professores é o saber *deles* e esta relacionado com a pessoa e a identidade *deles*, com sua experiência de vida e com a sua história profissional (...). Por isso é necessário estudá-lo relacionando-o com esses elementos constitutivos do trabalho docente. (TARDIF, 2012, p. 11).

Figura 25: Formatura da turma dos alunos de 1963 de Ciências Econômicas e Comerciais de Santos, da Sociedade Visconde de São Leopoldo (UNISANTOS).



Foto: seção Imagem do Passado, publicada no jornal santista A Tribuna em 28/1/2005.
Fonte: Novo Milênio

Foi destacado pelo professor João Papa Sobrinho por sua atuação dentro da instituição evidenciado na redação das atas administrativas da formação da Escola Normal. Ambos foram professores e diretores na Associação Instrutiva José Bonifácio por muitos anos, como uma personalidade singular, que aliava grande cultura e coragem cívica a uma grande simplicidade, um humanista, era um guia de vocações para o magistério e ressaltava que o professor foi seu grande guia.

2. O Jornalista, Escritor e Poeta

Lichti (1986) destaca que o gosto pelo jornalismo teve início na sua terra natal Aracajú, no ano de 1913, como revisor do jornal Correio de Aracaju. Em 1919 redigiu a Revista do Comércio. Na cidade de Santos, atuou como diretor dos jornais A Gazeta Popular e do Jornal da Noite e foi colaborador do Jornal A Tribuna de Santos.

Amazonas Duarte (como assinava suas obras) deixou registro na literatura, na História, na Iconografia e no Direito. No ano de 1919, cursando Direito no Rio de Janeiro, escreveu "*Torre de Babel*", um ensaio histórico e artístico da iconografia de Jesus Cristo; no ano de 1926 teve outra obra editada, "*D. Pedro II*"; no ano de 1946 em Santos publicou "*Biografia de uma Cidade*", obra esta que foi publicada em separata pelo Serviço de Documentação do Ministério da Educação e Cultura e transcrita nos anais da Câmara Municipal de Santos pela Resolução nº 34, do dia 7 de maio de 1953.

Há evidências de sua oratória, em diversos momentos sociais e políticos da cidade e Franco (1951) destaca que durante visita de estudantes de Coimbra à cidade de Santos no ano de 1925, eles visitaram vários pontos da cidade como escolas secundárias, a Escola Normal do Liceu Feminino de Santos e a escola de Comércio “ José Bonifácio” onde ouviram a saudação do professor, jornalista e poeta.

A eloquência na oratória marcava os discursos proferidos por Dr. Cleóbulo Amazonas Duarte. No ano de 1944 para 200 reservistas, autoridades e familiares destacou vultos históricos nacionais enfatizando a figura de Joaquim da Silva Xavier (Tiradentes).

Figura 26: O Dr. Cleóbulo A. Duarte discursando em 1944



Foto: Revista Flama 1944

Fonte: Novo Milênio

Figura 27: Dr. Cleóbulo A. Duarte discursando para formandos no ano de 1955 na AIJB



Autor José Dias Herrera

Fonte: FAMS.

Como orador foi destacado na AIJB, num discurso para as formandas no ano de 1955. Na solenidade estavam presentes os membros da sociedade civil e militar destacando Cleóbulo Amazonas Duarte primeiro à direita. Destaca-se no semicírculo a presença do Bispo Dom Idílio José Soares, o Diretor do Fórum de Santos, José Manoel Arruda, Mariano Laet Gomes, Luiz Damasco Pena (Delegado de Ensino de Santos) o professor Nicanor Ortiz e de costas Mário de Almeida Alcântara.

Em separata pela Casa Ruy Barbosa do Ministério da Educação e Cultura, no ano de 1949 publicou *“A Atualidade de Ruy Barbosa”*. Em 1953 foram divulgadas mais duas obras: *“Da Prisão Preventiva”* e *“Ave Judex”*⁷⁰. Publicou em 1964 *“Civis Santensis”*, além de monografias e artigos divulgados pela imprensa do Rio de Janeiro, Sergipe e Santos e foi assim destacado:

Não era, apenas, um literato, mas, sobretudo, um pesquisador, como revela em sua preocupação pela biografia, e pela iconografia. Mas, com uma excelente formação humanística, dominando o latim e conhecendo os clássicos, revela um poderoso

⁷⁰ Discurso de saudação proferido em homenagem tributada pelos juízes, promotores públicos, advogados e serventuários forenses da Comarca de Santos, ao desembargador Manoel Gomes de Oliveira, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, no Parque Balneário Hotel, em 12 de setembro de 1953. Este e outros textos podem ser encontrados no Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

estilo, principalmente na tribuna forense e na cátedra universitária, que foram os melhores instrumentos de sua pregação cultural e cívica. (COURY,1980, p. 5).

3. Um Santista

De todos os títulos Coury (1980) destaca que o de Cidadão Santista era ostentado com orgulho maior, pois era possuidor de muitos de clubes sociais da cidade, da Santa Casa de Misericórdia de Santos, Amigo da Marinha, pertencia ao Instituto Histórico e Geográfico de Santos e de Sergipe, à Academia de Letras Sergipana. No ano de 1971 assumiu a cadeira nº 34 da Academia Santista de Letras e como patrono da cadeira nº 148 do Instituto Histórico e Geográfico de Santos.

Em discurso pronunciado na sessão solene da Câmara Municipal, título conferido pela Lei Municipal nº 2.698, de 3 de julho de 1963, quando proferiu o “*Jus civitatis santista*”, Amazonas assim manifestou-se:

A ambas e à digna Câmara Municipal, eu agradeço, do fundo d’alma, a distinção que me foi conferida e prometo honrar e dignificar a cidadania de direito em que me invisto, nesta grata solenidade, com a mesma afeição com que o povo de Santos recebeu, de braços abertos, há mais de quarenta anos, o sergipano obscuro e tímido e o animou e o estimulou na realização do seu destino. (1963, p.11).

Amazonas pronunciou discurso, cheio de metáforas, lembrando a família Andrada e Silva, a presença feminina sobretudo das que antecederam a causa da libertação dos escravos em Santos, destacando D. Francisca Amália de Assis Faria e Ana Bemvinda Bueno de Andrada, mulheres adjetivadas como briosas, generosas e fortes, que com seus suaves gestos dariam o primeiro passo para o desencadeamento da mais sugestiva reforma estrutural do país.

Ao destacar os homens ilustres da cidade de Santos, enaltece a também a figura materna, enfatizando que estes homens, provindos de seios fortes e corajosos dessas mulheres, edificaram uma nação que nasceu para a liberdade universal, através do espírito criador de José Bonifácio de Andrada e Silva e seus irmãos, homens da sua cidade amada, destemerosos dos perigos, que lutaram pela pátria na conquista da independência política. Faz referência a outros santistas que nos comícios políticos lutaram pela conquista de reformas sociais, com um cotidiano dinâmico, com um trabalho construtor e honesto, com o objetivo de edificar o seu bem estar e da comunidade tentacular.

Evidencia as incertezas políticas, econômicas e sociais pelas quais passa a cidade de Santos, e de resto todo o Brasil no ano de 1963, destacando:

O dinamismo secular da benfeitoria gente santista, cuja intuitiva compreensão dos problemas nacionais deu-lhe acertada liderança que lhe cabe de todos os movimentos de reformas e de conquistas que agitaram a nação no passado e nos dias incertos que estamos vivendo (DUARTE, 1963, p12).

No ano de 1979, período marcante da ditadura militar no Brasil, o jornal santista *O Advogado* destaca episódio ocorrido na Faculdade Católica de Direito de Santos:

Estava o professor Amazonas Duarte dando sua aula de Direito Penal, quando a polícia política quis retirar da classe um aluno considerado subversivo. A reação do professor contra tal intromissão se fez pronta e enérgica, proibindo terminantemente a retirada do aluno da sala de aula e advertindo que a cátedra tinha que ser respeitada. Terminada a aula, porém, o professor e, com ele, vários estudantes, acompanharam o seu aluno até a presença da autoridade competente. (COURY, 1980, p.12).

Foi destacado no ano 1979 por Edith Pires Gonçalves Dias, escritora, poetisa e memorialista, assim:

Cleóbulo Amazonas Duarte foi aquela criatura que nossos pais amaram e respeitaram, que nós amamos e respeitamos, que ensinamos aos nossos filhos a amar e respeitar e que será lembrado aos nossos netos como um símbolo de honestidade e rigidez de caráter. (COURY, 1980, p.10).

ANEXOS

Figura 28 Anúncio de inscrição geral para o funcionamento da Escola Normal.



ESCOLA DE COMMERCIO

" JOSE' BONIFACIO "

Reconhecida oficialmente por acto do Ministerio da Agricultura, Industria e Commercio, em 23 de dezembro de 1927 e considerada instituição de utilidade publica pelo decreto federal n. 3199 de 30 de novembro de 1916.

EXAMES DE 2.ª E'POCA DO CURSO COMMERCIAL

Exames de admissão tanto ao Curso Commercial como ao Curso Gymnasial.

Inscrição geral de alumnos e alumnas para documentação ao pedido dirigido ao governo para o funcionamento official da

ESCOLA NORMAL DE SANTOS

De ordem do dr. director e de acôrdo com o art. 24 do Regulamento, faço publico que se acha aberta, nesta secretaria, todos os dias uteis, desde hoje até o dia 25 do corrente, a inscrição para os exames de 2.ª época.

Além dos alumnos com direito a exame de 2.ª época, podem tambem requerer os candidatos a exame de admissão, necessario á matricula na 1.ª série do Curso Commercial.

Os candidatos a exame de admissão devem requerer ao director, juntando:

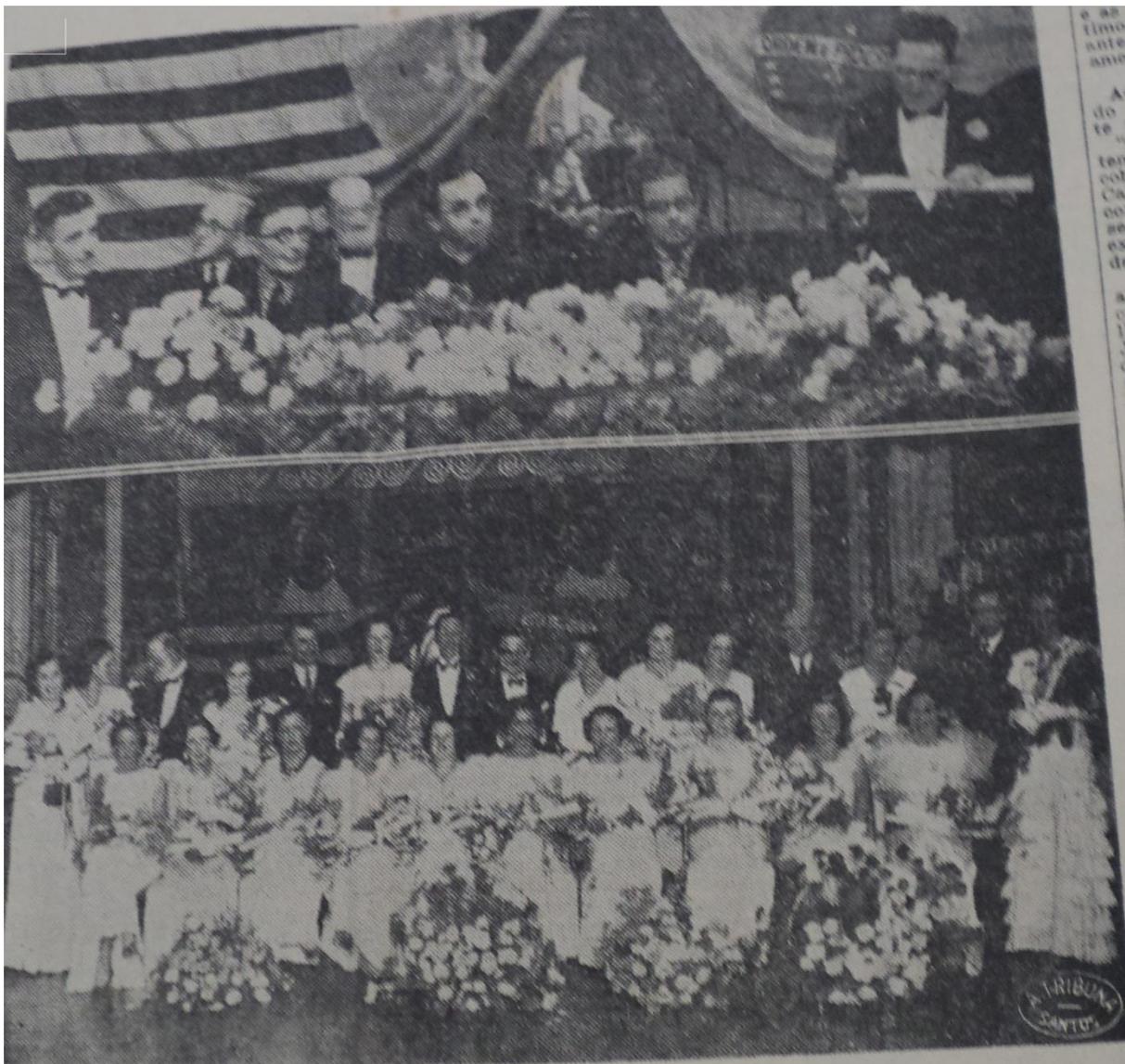
- a) certidão de haver pago taxa exigida;
- b) attestado de idoneidade e bons costumes, firmado por duas pessoas de reconhecida capacidade;
- c) certidão de idade provando ter mais de 10 annos;
- d) certidão de vaccinação nunca anterior a 4 annos.

Secretaria da Escola de Commercio "José Bonifácio", em 16 de janeiro de 1928.

1151

A secretaria,
V. BRANDÃO SILVA.

Figura 24 Formandas de 1933



Dois aspectos da festa de formatura das professorandas da Escola Normal Livre "José Bonifácio", levada a efeito ante-hontem, no salão do Theatro-Casino, conforme noticiámos. Ao alto, a mesa que presidiu a cerimonia, e, em baixo, as senhorinhas que receberam diplomas, acompanhadas de seu paranympo, dr. Nicanor Ortiz, do prof. Stockler de Lima, director da instrução municipal local, que presidiu o acto, e de varios professores do referido estabelecimento educacional.

FONTE: Jornal A Tribuna 15/1/ 1934

Figura 29 Formandas de 1934

mu-
pon-
chã,
eral
.600
do
or-
e
r o
o
ses,
sso
te-
t e
Li-
o
do
do
por
12,
er-
16,
12,
o
na
n-
de
de
do
e
6
-
5,
e,
mi
I.
-
a
L.
o

ESCOLA NORMAL PARTICULAR "JOSÉ BONIFÁCIO"

COLLAÇÃO DE GRAU DA 5.^a TURMA DE DIPLOMANDAS



Conforme estava anunciado, realizou-se, hontem, às 20 horas, no salão nobre da Associação Instructiva "José Bonifácio", á avenida Conselheiro Nebias n. 209, a sessão solenne para collação de grau da 5.^a turma de diplomandas da Escola Normal Particular "José Bonifácio", tendo assistido ao acto, além do corpo docente e discente, varias autoridades do ensino, muitas familias, representantes da im-

prensa e varias outras pessoas gradas.

O acto foi paranymphado pelo dr. Fernando de Almeida, que, muito applaudido, pronunciou suggestiva oração.

Em nome da turma de professorandos, respondeu, agradecendo, o professorando Manoel L. Wanderley Santos, tambem muito applaudido.

A seguir, foram entregues es diplomas ás senhorinhas Alayde

Pereira, Carmen Veiga Giraldez, Dinorah Bezerra da Rocha, Dulce de Oliveira Cesar, Elisa Pinto de Oliveira, Francisca Paz, Ida Caruso, Ignacia de Carvalho Almeida, Nilza Soares, Sára Wyeitez, Yeda Sampaio e sr. Manoel L. Wanderley Santos.

Com estas linhas, publicamos o cliché da turma de diplomandos, em companhia do director da Escola e do paranympo, em pose para o nosso photographo.

RIBBA
SANTOS

Fonte: Jornal A Tribuna 20/12/1934

Figura 30 Hino de despedida

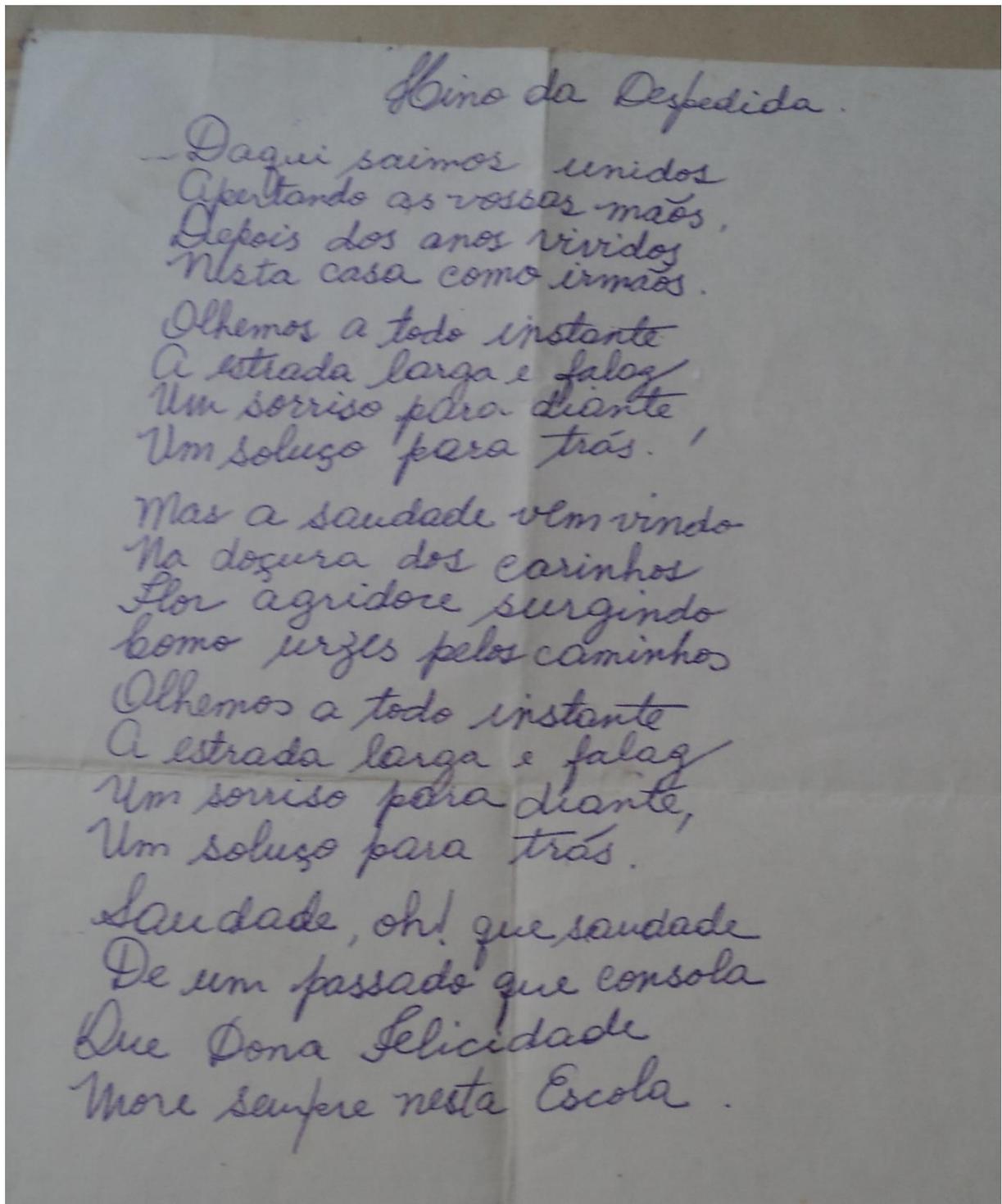
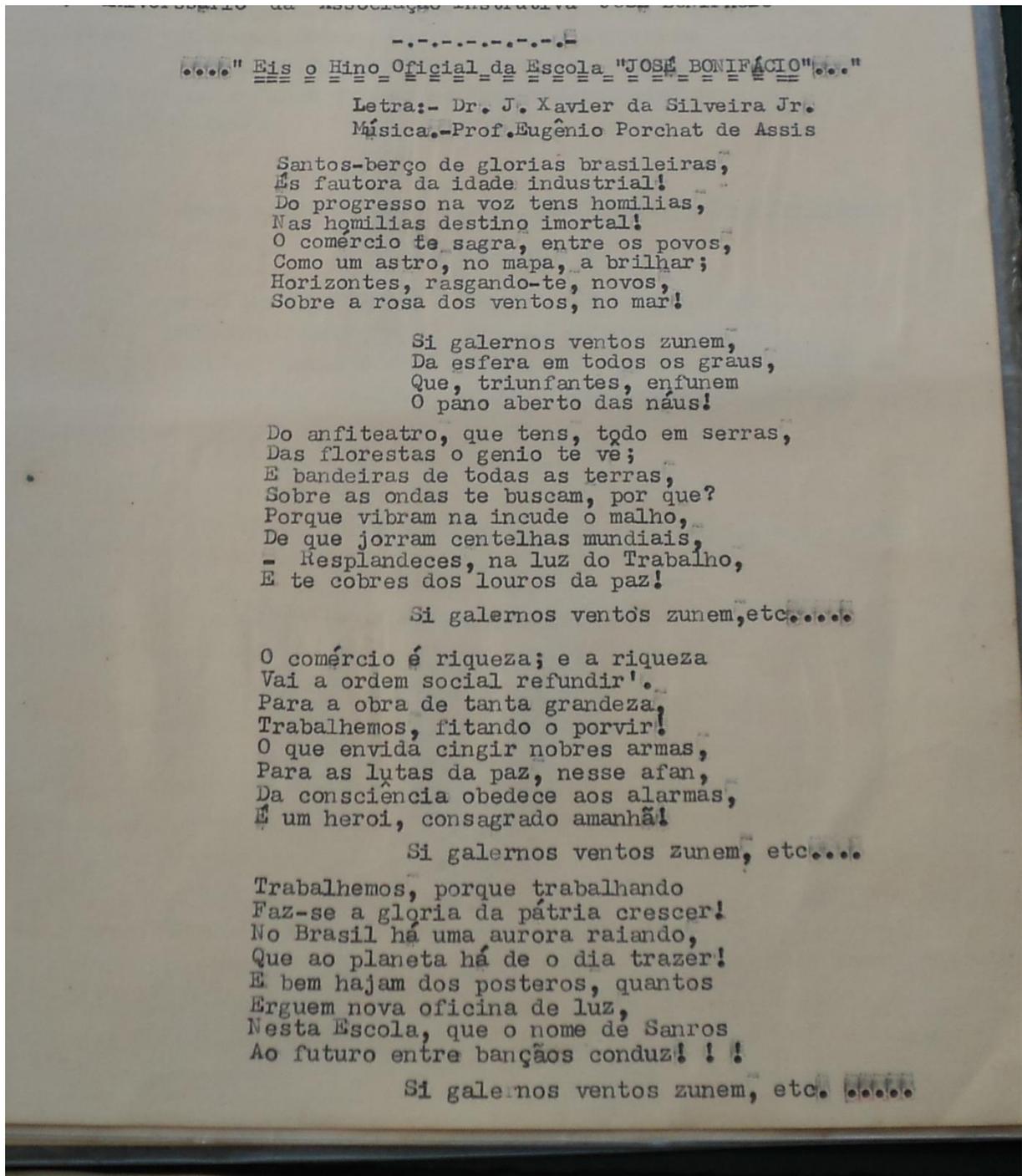


Figura 31 Alunos ilustres da AIJB

alunos contemporâneos
 Dep. José Amazonas
 " Paulo Mamandakare
 " Koin Ila -
 Ministro Paulo Egidio Martins
 Governador " " "
 " Antonio Carlos Konder Reis
 Senador " " " "
 " Mario Covas
 Poeta Ribeiro Coello - Horacio Pinares
 Coronel Ney Guerra
 Prefeito - Manuel de Carvalho = São
 " - Paulo Barbosa " "
 " - José Gomes " "
 " - Luiz Laccala " "
 " - Armando Cunha - Cabot.
 " - Maurício Mariano - Guaporé
 Reitor = Milton Teixeira
 Diretor - Stefan Kabach - Paulista
 " = Luiz Camargo - " "
 Deputado - Esmeraldo Tarquínio
 " - Antonio Moreira
 Juiz de Direito - Carneiro

Figura 32 Hino oficial da AIJB⁷¹

Fonte: AIJB

⁷¹ Retirado do texto comemorativo de 70 anos da AIJB (1977).